



CONDEL
Conselho Deliberativo da SUDENE

Relatório da Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo da Sudene

Janeiro a Junho
de 2024



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL



Sumário

1 Diretoria de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos	01
1.1 Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros	01
1.2 Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento (CGDF)	05
1.2.1 Coordenação de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento	05
1.2.2 Coordenação de Monitoramento e Planejamento dos Fundos de Desenvolvimento e Constitucional	06
2 Diretoria de Planejamento e de Articulação de Políticas.....	08
2.1 Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação – CGEP.....	08
2.1.1 Coordenação de Avaliação e Estudos - COAE	08
2.1.2 Coordenação de Tecnologia e Inovação - COTI	45
2.2 Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e de Meio Ambiente – CGDS.....	50
2.2.1 Divisão de Desenvolvimento Sustentável - DIDS.....	50
2.2.2 Coordenação de Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura e Meio Ambiente – CDIMA .	56
2.3 Coordenação-Geral de Cooperação e Articulação de Políticas - CGCP.....	60
3 Diretoria de Administração.....	64
3.1 Coordenação-Geral de Orçamento, Licitações e Finanças – CGLF.....	64
3.1.1 Coordenação de Orçamento, Contabilidade e Finanças – COCF.....	64
3.2 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP.....	66
3.2.1 Coordenação de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal – CODAS	67
3.2.2 Divisão de Cadastro, Benefícios e Pagamento – DICAD	71
3.3 Coordenação de Licitações, Convênios e Tecnologia da Informação - CGLCI.....	78
3.3.1 Divisão de Licitações e Contratos - DILIC	78
4 Auditoria-Geral.....	83

Diretoria de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos

1.1 Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

Projetos beneficiados com incentivos fiscais - 1º de janeiro a 30 de junho de 2024.

No período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de junho de 2024 a Diretoria Colegiada da **Sudene** aprovou **132 pleitos** de incentivos fiscais, distribuídos da seguinte forma: 108 pedidos de redução de 75% do imposto de renda e 24 processos de reinvestimento de 30% do IRPJ. Esses incentivos contribuíram para a geração e/ou manutenção de **53.835** empregos diretos e indiretos, números esses que serão comentados ao final do relatório.

No mesmo período de 2023 foram aprovados 119 pleitos, dos quais 85 de redução de 75% do IRPJ e Adicionais, com a criação e/ou manutenção de 52.925 empregos.

Com relação aos números, a Bahia, com **34** pleitos aprovados, Pernambuco, com **28** pleitos, Rio Grande do Norte, com **12** pleitos, Ceará, com **11** pleitose Alagoas, com **10** pleitos, foram os Estados que se destacaram no período sob análise. Esses cinco Estados também foram responsáveis pela atração de 68,1% dos investimentos registrados no período, conforme será comentado a seguir.

Tabela I - pleitos aprovados por estados e por tipo de incentivo

UF	Redução de 75% do IRPJ	Reinvestimento de 30%	Total Geral
ALAGOAS	8	2	10
BAHIA	27	7	34
CEARÁ	8	3	11
ESPÍRITO SANTO	6	1	7
MARANHÃO	6	1	7
MINAS GERAIS	7	2	9
PARAÍBA	4	1	5
PERNAMBUCO	25	3	28
PIAUI	5	1	6
RIO GRANDE DO NORTE	10	2	12
SERGIPE	2	1	3
Total Geral	108	24	132

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE

No mesmo período foram registrados investimentos da ordem de R\$ **2.998,6** milhões, distribuídos pelos estados pertencentes à área de atuação da Sudene, inclusive norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo.

Tabela II - pleitos aprovados por estados e investimentos registrados

UF	Soma Total dos Investimentos	Total pleitos de
ALAGOAS	492.366.240,06	10
BAHIA	850.104.116,13	34
CEARÁ	110.718.582,19	11
ESPÍRITO SANTO	72.835.518,18	7
MARANHÃO	808.828.261,56	7
MINAS GERAIS	29.205.326,32	9
PARAÍBA	3.692.448,50	5
PERNAMBUCO	469.993.405,40	28
PIAUÍ	28.830.962,03	6
RIO GRANDE DO NORTE	113.116.073,89	12
SERGIPE	8.881.211,30	3
Total Geral	2.988.572.145,56	132

Fonte: SUDENE/DFIN/CGIF/CIE

Por investimentos registrados, a Bahia, com **R\$ 850,1 milhões**, o Maranhão, com **R\$ 808,8 milhões**, Alagoas, com **R\$ 492,4 milhões**, Pernambuco, com **R\$ 470,0 milhões** e Rio Grande do Norte, com **R\$ 113,1 milhões**, foram os principais destaques do período e responderam por 91,5% do total.

Por tipo de projeto, os pleitos foram distribuídos entre os 42 de implantação, com recursos investidos da ordem de **R\$ 1.718,9 milhões** e 49 de Modernização Total, com investimentos de **R\$ 1.189,0 milhões**. Os demais recursos foram destinados a pleitos de Reinvestimento e de Diversificação, conforme tabela a seguir.

Tabela III - pleitos aprovados por tipo e investimentos registrados

Tipo de Projeto	Soma Total dos Investimentos	Total Pleitos de
Compl. Equipamentos	72.595.787,56	24
Diversificação	8.082.533,52	5
Implantação	1.718.901.080,73	42
Modernização Total	1.188.992.743,75	49
Retificação	0,00	9
Transferência	0,00	3
Total Geral	2.988.572.145,56	132

Dos estados que mais se destacaram no período, o maior investimento registrado na **Bahia**, no valor de R\$ 320,1 milhões foi realizado pelo Complexo Eólico Pindaí, por conta da implantação dos parques eólicos I, II, III e IV. O empreendimento está localizado no município de Pindaí/BA e tem capacidade

instalada total de 79,9 MW, com 34 aerogeradores no total, ao longo de 17 quilômetros de extensão. O município conta com uma população de 14.731 habitantes, IDH de 0,603, considerado médio para baixo.

No **Maranhão**, o maior investimento registrado foi feito pela ITACEL – Terminal de Celulose de Itaqui S.A., no valor de R\$ 390,2 milhões. O empreendimento está localizado no Porto de Itaqui, em São Luís/MA e tem por objetivo o transporte de celulose e papel higiênico advindos da unidade da Suzano em Imperatriz/MA.

No Estado de **Alagoas**, o maior investimento registrado foi feito pela Grüne Energie de Alagoas S.A., no valor de R\$ 408,5 milhões, por conta da implantação, em Marechal Deodoro/AL, de uma unidade industrial com a finalidade de produzir eucalipto e gerar vapor térmico a partir da biomassa dessa madeira, para o fornecimento de um dos principais insumos da unidade de PVC da Braskem, o vapor.

Por setores considerados prioritários, definidos de acordo com o Decreto nº 4.213, de 2002, os pertencentes ao grupo das Indústrias de Transformação, com R\$ 1.511,1 milhões e 89 pleitos aprovados e o de Infraestrutura, com R\$ 1.396,5 milhões e 33 pleitos aprovados foram os principais destaques.

Tabela IV - pleitos aprovados por setores e investimentos registrados

Setores Prioritários	Soma Total dos Investimentos	Número de Pleitos
Agroindústria	80.541.593,79	5
Indústria de Transformação	1.511.074.602,32	89
Alimentos e Bebidas	463.907.821,81	31
Artigos do Vestuário	2.009.029,74	1
Calçados	16.265.999,22	2
Celulose e Papel	170.914.066,89	9
Materiais Plásticos	47.116.686,42	7
Metalurgia	42.649.626,32	5
Minerais Não-Metálicos	34.440.886,59	7
Petroquímicos	46.636.737,10	1
Químicos	677.611.683,86	20
Têxtil	6.425.546,85	1
Máquinas e Equipamentos de Uso Específico	3.096.517,52	5
Componentes e Autopeças	104.674,26	1
Informática	340.245,64	3
Infraestrutura	1.396.477.292,53	33
Gás	61.505.376,33	5
Energia	515.139.411,49	10
esgotamento sanitário	33.201.507,94	2
Telecomunicações	19.355.000,00	7
Transportes	767.275.996,77	9
Turismo - Empreendimento hoteleiro	33.737,02	1

Total Geral	2.988.572.145,56	132
--------------------	-------------------------	------------

No setor de **Infraestrutura**, o destaque ficou por conta do setor de transportes com 9 processos aprovados e investimentos da ordem de **R\$ 767,3 milhões**, vindo a seguir o setor de energia, com 10 pleitos aprovados e R\$ 515,1 milhões.

No grupo das indústrias de transformação (**R\$ 1,5 bilhão**) o de **Químicos**, com 20 pleitos e **R\$ 677,6 milhões** em investimentos; o de **Alimentos e Bebidas**, com 31 processos aprovados e **R\$ 463,9 milhões** em investimentos e o de **Papel e Celulose**, com 9 pleitos aprovados e investimentos de **R\$ 170,9 milhões**, foram os destaques, conforme quadro acima.

Manutenção e geração de empregos

As empresas beneficiadas com os 132 laudos e portarias concedidos entre janeiro e junho de 2024, informaram da criação e/ou manutenção de **53.835** postos de trabalho, sendo **7.294** novos empregos decorrentes da implantação dos novos empreendimentos que tiveram seus pleitos de incentivos aprovados. Ao todo, são **34.065** empregos diretos e **19.770** indiretos, distribuídos pelos Estados integrantes da área de atuação da SUDENE. A Bahia, com 16.895 empregos criados e mantidos, liderou o ranking nesse período. O Estado de Pernambuco, com 13.315 empregos, Alagoas, com 4.597 e o Ceará, com 4.492 empregos, foram os demais destaques em termos de geração e manutenção de postos de trabalho na área de atuação da Superintendência.

Tabela V - empregos criados e mantidos por estados

UF	Soma de Empregos Diretos	de Indiretos	Soma de Empregos	Total Geral
ALAGOAS	1.859	2.738		4.597
BAHIA	4.642	12.253		16.895
CEARÁ	3.943	549		4.492
ESPÍRITO SANTO	866	312		1.178
MARANHÃO	2.924	1.503		4.427
MINAS GERAIS	2.642	266		2.908
PARAÍBA	2.271	17		2.288
PERNAMBUCO	12.270	1.045		13.315
PIAUI	265	0		265
RIO GRANDE DO NORTE	1.072	251		1.323
SERGIPE	1.311	836		2.147
Total Geral	34.065	19.770		53.835

Fonte dos dados: SUDENE/DFIN/CGIF

No que diz respeito aos novos postos de trabalho, Alagoas, com 3.608 liderou o ranking, vindo a seguir o Estado de Pernambuco, com 2.299 empregos, seguido por Maranhão, com 399 empregos.

1.2 Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento (CGDF)

1.2.1 Coordenação de Fundos de Desenvolvimento e de Financiamento

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (FDNE)

Foram analisados 35 (trinta e cinco) pleitos que demandaram recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE no período compreendido entre janeiro e junho de 2024, sendo 28 (vinte e oito) consultas prévias e sete financiamentos. Do total de consultas prévias analisadas, (quatorze) foram aprovadas, com duas em fase de análise do projeto pelo agente operador, cinco em fase de elaboração do projeto e outras sete aguardando autorização para elaboração do projeto por parte do agente operador. Já para os financiamentos analisados, dois não foram aprovados e outros cinco encontram-se em fase de apreciação pela Diretoria Colegiada da Sudene.

A Carteira de Projetos do FDNE possui 128 (cento e vinte e oito) projetos, dos quais 90 (noventa) tiveram seus financiamentos aprovados, representando uma participação de recursos do Fundo de R\$ 14,54 bilhões, para um investimento total de R\$ 36,60 bilhões. Já para os 16 (dezesesseis) projetos em tramitação, cinco encontram-se em fase de apreciação pela Diretoria Colegiada da Sudene, dez estão em fase de análise de viabilidade econômico-financeira junto aos agentes operadores e mais um em análise pela área técnica da Sudene – tais projetos representam um investimento total previsto de R\$ 3,12 bilhões e participação dos recursos do FDNE de R\$ 1,73 bilhão. Quanto às consultas prévias, seis estão em fase de elaboração do projeto, sete estão aguardando autorização para elaboração do projeto por parte do agente operador, sete estão em fase de apreciação pela Diretoria Colegiada da Sudene e outras duas em análise junto à Autarquia.

CARTEIRA DE PROJETOS DO FDNE

Em R\$ milhões

Projetos	Nº	Investimento Previsto	
		Total	FDNE
Aprovados	90	36.601,48	14.536,27
Implantado	42	17.860,34	5.169,08
Em Implantação	29	15.691,42	7.588,72
A Iniciar	19	3.049,71	1.778,47
Em Contratação	0	0,00	0,00
Projetos em apreciação pela Diretoria Colegiada	5	1.243,66	710,28
Em análise	11	1.877,91	1.021,70
Pelo agente operador	10	1.630,29	971,70
Pela Sudene	1	247,61	50,00

Consultas Prévias	Nº		
Aprovadas	13	2.051,52	1.111,85

Projeto em elaboração	6	1.178,14	593,07
Aguardando autorização para elaboração do projeto	7	873,38	518,78
Consultas Prévias em apreciação pela Diretoria Colegiada	7	1.581,59	937,39
Em análise	2	371,15	157,49

Total geral	128	43.727,32	18.474,98
--------------------	------------	------------------	------------------

Quanto ao desembolso de recursos do FDNE, desde 2008, a Sudene já efetuou a liberação de aproximadamente R\$ 12,36 bilhões para os projetos financiados pelo FDNE, o equivalente a 85,06% do valor aprovado, e de R\$ 405,32 milhões para as despesas acessório-legais, destinadas à remuneração da Sudene, do agente operador e recursos para custeio de atividades em P&D, conforme determinado pela legislação. Para o período compreendido entre janeiro e junho de 2024, foram realizadas 14 (quatorze) liberações de recursos do FDNE totalizando cerca de R\$ 235,06 milhões desembolsados aos projetos e R\$ 4,70 milhões para as despesas acessório-legais.

HISTÓRICO DE LIBERAÇÕES DO FDNE

Em R\$ milhões

Ano	Projetos	Despesas Acessório-legais	Total
2008	70,56	3,88	74,44
2009	196,12	10,79	206,91
2010	1.334,91	73,42	1.408,33
2011	468,29	25,76	494,05
2012	183,59	10,10	193,69
2013	1.037,00	43,49	1.080,49
2014	2.671,43	81,43	2.752,85
2015	763,49	15,27	778,76
2016	387,18	7,74	394,93
2017	236,42	4,73	241,14
2018	107,31	2,15	109,45
2019	57,05	1,14	58,19
2020	327,63	6,55	334,19
2021	592,33	11,85	604,18
2022	1.232,50	24,65	1.257,15
2023	2.464,05	77,68	2.541,73
2024 (até junho)	235,06	4,70	239,76
Total	12.364,92	405,32	12.770,24

1.2.2 Coordenação de Monitoramento e Planejamento dos Fundos de Desenvolvimento e Constitucional

Atividades relacionadas ao FNE e FDNE:

Relatórios de Acompanhamento da Execução da Programação do FNE

O Relatório de Acompanhamento da Execução da Programação do FNE é um mecanismo de monitoramento da execução dos recursos do Fundo que tem por objetivo analisar a aderência das aplicações realizadas pelo BNB com a Programação FNE para cada exercício, pactuada no âmbito do Condel/Sudene. Os resultados são reportados aos gestores do FNE, auxiliando no planejamento tático e estratégico da política. O relatório do 1º trimestre de 2024 encontra-se em fase de elaboração pela CMPF.

Programação Anual FNE 2024

Sudene e MIDR analisaram conjuntamente a proposta do BNB para reprogramação do Plano de Aplicação de Recursos apresentada em atendimento ao Art. 17 da Portaria MIDR N° 2.252/2023

Diretrizes e Prioridades do FNE 2025

Foram realizados os trabalhos, conjuntamente com a CGCP/DPLAN, de definição das Diretrizes e Prioridades do FNE para 2025 com base no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, na Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e nas diretrizes e orientações gerais para a aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para os exercícios de 2024 a 2027 estabelecidos pela Portaria MIDR 2.252, de 4 de julho de 2023. O estudo técnico tem por objetivo balizar as aplicações do FNE na área de atuação da Sudene, estabelecendo os setores e localizações prioritárias para a política de fomento.

Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e resultados obtidos pelo FNE

A Sudene e MIDR estão analisando conjuntamente o Relatório Circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas e resultados obtidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), exercício 2023, de modo a verificar a conformidade dos fatos administrativos e contábeis contidos no mesmo com os atos normativos que nortearam a programação de aplicação dos recursos financeiros do Fundo no exercício de 2023.

2. Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

2.1 Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação (CGEP)

2.1.1 Coordenação de Avaliação e Estudos - COAE

Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE

Dimensão: Resultados para usuários, beneficiários e partes interessadas

Objetivo Estratégico: Avaliar os resultados e impactos das políticas e programas públicos na região

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) atende a 2.074 municípios situados nos nove estados que compõem a região Nordeste e no Norte dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, incluindo os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e é o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a Região e um dos pilares do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE).

Financia, a partir de recursos federais, investimentos de longo prazo e, complementarmente, capital de giro ou custeio, abrangendo os diversos setores da economia, como o agropecuário, industrial, agroindustrial, turismo, comércio, serviços, cultural, infraestrutura, dentre outros.

Como instrumento de política de fomento para o desenvolvimento, as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNE estão previstas na Portaria Interministerial ME/MDR Nº 4.905, de 22 de junho de 2022.

Avaliações do Ciclo 23/24 referente à Portaria Interministerial MDR/ME nº 4.905/2022

A continuidade das avaliações das políticas públicas é fator crucial para que se possa responder aos principais questionamentos e objetivos da política.

Neste sentido, as atividades de avaliação dos impactos econômicos e sociais decorrentes da aplicação dos recursos do FNE, que desempenha um papel importante no fomento ao desenvolvimento econômico e social do Nordeste, contribuindo para a criação de empregos, a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população, tem sido o alvo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste que periodicamente selecionam quais avaliações são relevantes executar e as submete à aprovação dos e dos Ministérios do Planejamento e da Integração e do Desenvolvimento Regional, demandantes das análises.

Para o ciclo 23/24, está em fase de elaboração o edital para contratação de instituição brasileira que se enquadre no inciso XV, do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

Para estas atividades de avaliação, estão previstos projetos que visam avaliar os resultados e impactos dos financiamentos contratados para o setor de Comércio e Serviços da região, dada a sua relevância para o Fundo e, obviamente, para a economia da região, responsável por 23% do valor total contratado em 2023, 24% em 2022 e 21% em 2021.

Ainda, mediante previsão legal, estará sob análise as medidas de renegociação das condições de financiamento e a inadimplência do FNE, onde se buscará estimar e discutir os efeitos das medidas de renegociação e da inadimplência sobre a sustentabilidade financeira do Fundo, além dos riscos e mecanismos de incentivos à inadimplência futura e o efeito das medidas de renegociação no desempenho dos beneficiários.

Avaliação dos Incentivos Fiscais na área de atuação da Sudene

Dimensão: Resultados para usuários, beneficiários e partes interessadas

Objetivo Estratégico: Avaliar os resultados e impactos das políticas e programas públicos na região

As diferentes características e diversidades territoriais possuem relação significativa com a desigualdade de condições de vida nas diferentes partes do país, refletindo em variados graus de pobreza e exclusão social, comprometendo o desenvolvimento econômico. A concentração de recursos e infraestrutura em algumas regiões tende a desestimular a atividade empresarial em regiões menos desenvolvidas.

Os incentivos e benefícios fiscais têm sido utilizados como estratégia de desenvolvimento econômico, tendo por finalidade fomentar o crescimento econômico de áreas menos desenvolvidas por meio de um reequilíbrio financeiro compensatório para as empresas que se instalam em regiões distantes dos grandes mercados consumidores e/ou produtores de matérias primas.

A partir do melhoramento do ambiente de negócios, almeja-se a geração de emprego e a atração de investimentos produtivos para a região, bem como a modernização e ampliação de empreendimentos existentes.

Avaliação Global dos Incentivos Fiscais na área de atuação da SUDENE, 1º ano 1º Ciclo, referente à Portaria MDR nº 3.145/2019 (Processo SEI nº 59336.000658/2020-24)

Algumas conclusões

Impacto dos incentivos fiscais da Sudene sobre o mercado de trabalho das empresas beneficiadas

A concessão de benefícios e incentivos fiscais pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) para projetos produtivos que se instalassem na região Nordeste objetiva atrair capital produtivo para promover o desenvolvimento da região, por meio da geração de emprego e renda para a população local. Isso, por sua vez, promove maior dinamismo nos municípios cujas empresas são beneficiadas, resultando em um aumento do emprego, da renda local e da produtividade das empresas. Além disso, pode promover a interiorização do desenvolvimento regional, diversificação das bases produtivas e redução das taxas de emigração.

A avaliação do impacto do recebimento de incentivos fiscais via redução em 75% do IRPJ sobre os indicadores do mercado de trabalho (contratação de trabalhadores, salário médio e massa salarial) das empresas beneficiadas pela Sudene sugere que as empresas beneficiárias contratam mais trabalhadores, o que pode contribuir para os objetivos da política de desenvolvimento regional.

Em relação aos efeitos médios da política, observou-se um impacto positivo na estimativa do efeito médio agregado por grupo-tempo. O efeito sobre a quantidade de vínculos ativos das empresas beneficiadas foi de aproximadamente 0,09825. Este resultado sugere que a concessão da redução de 75% do IRPJ, resultou em um aumento médio de 9,82% na geração de empregos nas empresas beneficiadas

Avaliação de efetividade da política de incentivos fiscais conduzidas pela Sudene.

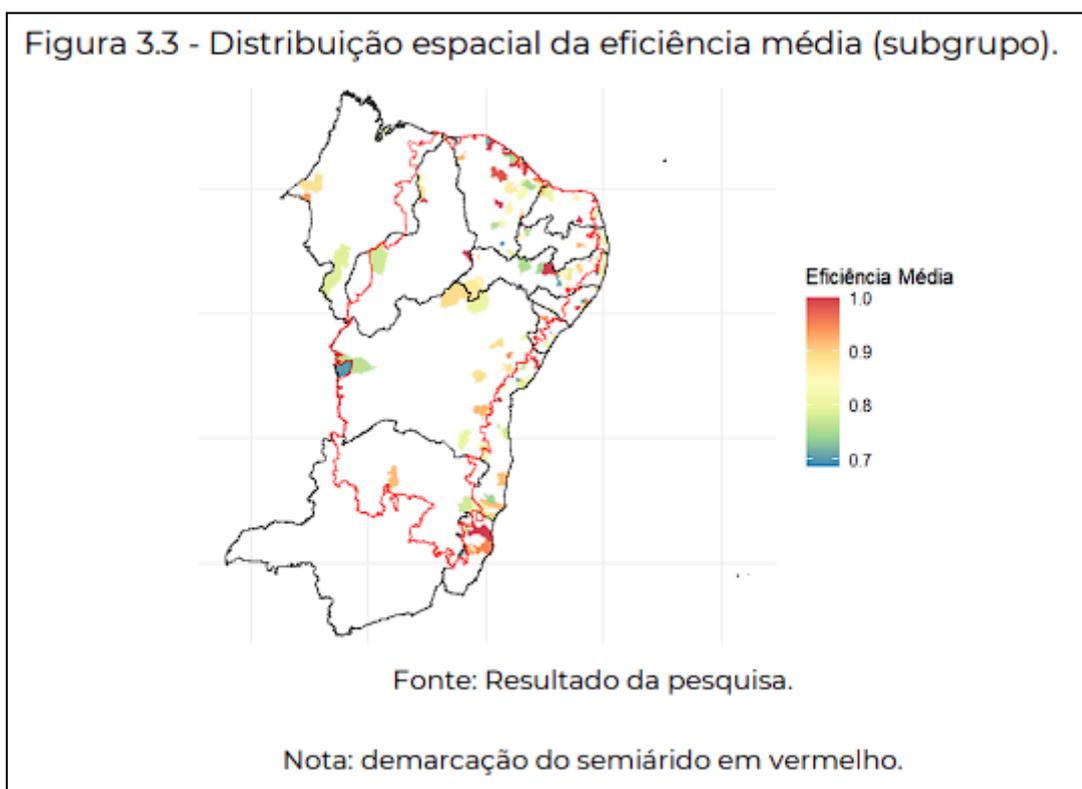
O Nordeste brasileiro, sobretudo a região do semiárido, sofre com baixos índices de investimento e crescimento, o que fundamentou a criação de órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A avaliação pretendeu identificar em que medida a dinâmica de crescimento econômico é beneficiada pelo tratamento fiscal diferenciado dado às empresas atendidas pela superintendência e sob que circunstâncias há convergência nesta região.

Os municípios localizados em Alagoas reportaram, em média, maior crescimento do produto por trabalhador (3,20%), seguidos pelos municípios do Rio Grande 34 do Norte e Ceará. Por outro lado, os municípios de Espírito Santo e Maranhão reportaram crescimento negativo no período. Em relação ao crescimento da produtividade por setor, tem-se que, no setor industrial, os municípios piauienses lideraram o crescimento médio no período. Apesar do baixo crescimento médio, os municípios de Alagoas foram os únicos que reportaram crescimento médio positivo e, além disso, lideraram o crescimento da produtividade na agropecuária (9,5%). Por fim, os municípios cearenses apresentaram maior crescimento médio da produtividade na administração pública.

Em nível estadual, o Maranhão lidera as estatísticas de crescimento médio da produtividade, com aproximadamente 3,69%, seguido de perto pelo Piauí. Em termos setoriais, destaca-se o desempenho dos setores industriais e de serviços na Bahia, com crescimento médio de 4,80% e 8,31%, respectivamente

Avaliação de Eficiência

As empresas que receberam incentivos fiscais tiveram um aumento, na média, de 114 mil reais na massa salarial dois anos após o recebimento do incentivo. No entanto, essa variação apresentou uma grande variabilidade, com valores extremos indo até 1,5 milhão de reais. Os investimentos projetados tiveram uma média de 1,6 bilhão de reais, também com alta variabilidade. A média de empregos gerados foi de 283 postos, variando de 1 a 5,8 mil vagas. Esses resultados indicam que, em média, as empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais da Sudene são de grande porte.



Em síntese, pode-se dizer que os resultados indicam que:

1. A maioria das empresas estava operando eficientemente, dado que a eficiência média foi alta em todos os setores, com escores de eficiência geralmente acima de 0,8;
2. Os setores de Transformação em Madeira, Turismo, Eletroeletrônica e Agro tiveram mais de 60% das empresas com escores de eficiência acima de 0,9, destacando-se como os mais eficientes.

Os setores de transformação em alimentos e bebidas e químicos tiveram a maioria das empresas com escores de eficiência abaixo de 0,8, indicando menor eficiência nessas áreas.

Avaliação dos Incentivos Fiscais para o setor de infraestrutura, na área de atuação da Sudene, 2º ano 1º Ciclo, referente à Portaria MDR nº 1.534/2023 (Processo SEI nº 59336.002426/2022-72)

A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, surge como um dos esforços da política governamental para a resolução das diferenças regionais de desenvolvimento econômico que marcam o território brasileiro. Tal problema pode ser entendido a partir do conceito das Economias de Aglomeração, tema amplamente discutido pela literatura teórica e empírica. O termo diz respeito às externalidades positivas que surgem com a concentração de atividades econômicas em determinadas localidades.

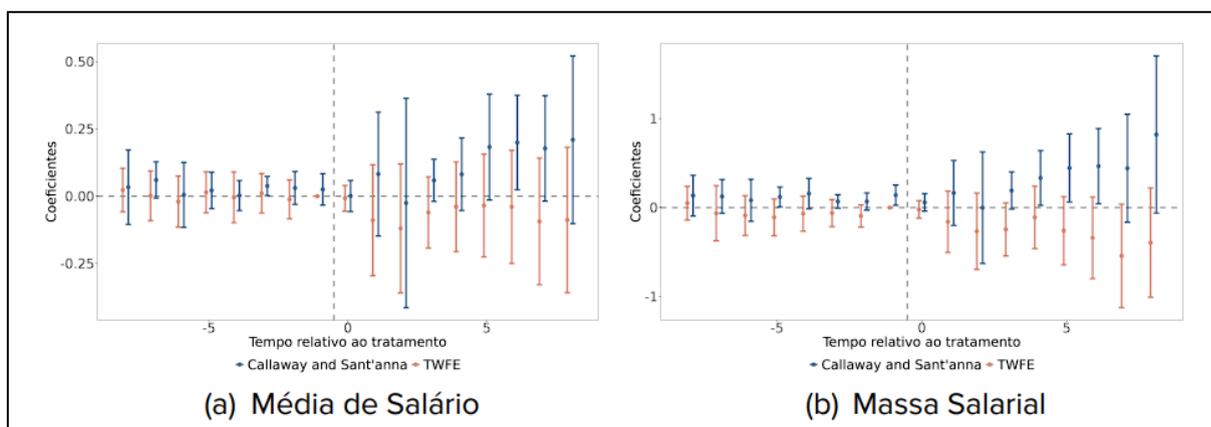
A região Nordeste consiste em um símbolo dessas desigualdades, dado o seu reduzido crescimento econômico vis-à-vis o crescimento registrado em localidades historicamente mais desenvolvidas. Como forma de compensar as diferenças regionais existentes e frear o círculo vicioso de reforço dessas disparidades, a Sudene dispõe de uma série de instrumentos, dentre os quais se destacam as políticas de incentivos fiscais a setores econômicos prioritários, como a infraestrutura.

Avaliação de Eficácia da política de incentivos fiscais para o setor de infraestrutura

O setor de infraestrutura, o qual abrange projetos de energia, telecomunicações, transportes, gasodutos, produção de gás, abastecimento de água e esgotamento sanitário tem, consistentemente, liderado os investimentos da região de atuação da Sudene. Além disso, tem como principal instrumento de incentivo a redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Dados de 2013 a 2023 mostram que aproximadamente 86% de todos os incentivos são provenientes dessa modalidade. Esses investimentos são impulsionados por incentivos fiscais, Fundos 5 Constitucionais de Financiamento e Fundos de Desenvolvimento Regional, alinhados à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), cuja finalidade é reduzir desigualdades intra e inter-regionais, promovendo crescimento econômico, modernização dos negócios, geração de renda e, por fim, desenvolvimento regional.

Em relação ao fluxo de empregos nas firmas beneficiadas, o número de admissões foi maior nas empresas beneficiadas pela redução de 75% no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e crescente com o número de anos de tratamento.

Efeito Dinâmico da redução de 75% no Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) - Variáveis de Salário



De forma geral, a média de salário das empresas incentivadas teve um aumento de aproximadamente 11% em relação às empresas do grupo de controle. Em relação à massa salarial, observou um aumento de 38% em relação às empresas não beneficiadas pela política.

Os principais resultados da avaliação da eficácia da política de incentivos fiscais no setor de infraestrutura incluem o aumento na média de salários e na massa salarial ao longo da exposição à política de incentivo fiscal nas empresas beneficiadas.

Ademais, mostrou um efeito líquido positivo sobre o tamanho das empresas beneficiadas, evidenciada pelo aumento das contratações e redução das demissões, comparativamente às empresas do grupo de controle. Como resultado, há um aumento significativo sobre o número de trabalhadores ativos ao longo do tempo. Esses resultados destacam a importância da avaliação contínua e aprofundada dos impactos das políticas de incentivos fiscais no setor de infraestrutura, fornecendo insights valiosos para a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

Avaliação dos Incentivos Fiscais voltados ao setor de alimentos e bebidas na área de atuação da SUDENE, 3º ano 1º Ciclo, referente à Portaria MDR nº 1.534/2023 (Processo SEI nº 59336.002897/2023-61)

De acordo com o relatório de 2022 da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), a indústria de alimentos e bebidas no Brasil é composta por 38 mil empresas, que geram em torno de 1,8 milhões de empregos formais diretos e é responsável por 24,3% dos empregos da indústria de transformação (dados da RAIS). O grupo de empresas da indústria da alimentação (exceto panificação industrial de micro e pequeno porte) era composto, em 2021, por 75,5% de microempresas, 18% de pequeno, 4,8% de médio e apenas 1,7% das empresas eram de grande porte. O faturamento do setor representa 10,8%

do PIB nacional, e 72% da sua produção é para abastecer o mercado interno. A Associação estima que foram investidos R\$ 23,6 bilhões no setor, em 2022.

De acordo com o relatório “Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros - Projetos aprovados pela Sudene em 2020”, com relação aos Setores Prioritários (definidos pelo Decreto 4.213/2002), o de infraestrutura (49.327 empregos) foi responsável pelo maior número de empregos, seguido pelo setor de alimentos e bebidas (16.963 empregos) e o setor de Minerais, com 9.968 empregos registrados. Entre os estados da região, o setor de alimentos foi o que mais registrou empregos em Pernambuco, com um total de 6.953 postos de trabalho ocupados.

Dada a relevância do setor de alimentos e bebidas para a área de atuação da Sudene, assim como sua presença em todo o território, estão em andamento os trâmites necessários para a contratação das avaliações dos resultados obtidos e dos impactos econômicos e sociais decorrentes da fruição dos incentivos fiscais de redução do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis e de reinvestimento na área de atuação da Sudene sobre o setor de alimentos e bebidas, de forma a permitir a aferição da eficiência, da eficácia e da efetividade da aplicação desses recursos, por meio da análise de dados secundários e primários, obtidos por meio da realização de pesquisa de campo.

Avaliação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

A Sudene, exercendo seu papel de instituição voltada ao desenvolvimento de sua área de atuação, contratou as avaliações desta política no portal Transferegov, a partir da criação do Programa 09114420230006 - Avaliação do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

Busca-se responder, entre outras, as seguintes questões: Em que medida há complementaridade entre os recursos do FDNE e outros instrumentos de política regional, como os incentivos fiscais concedidos pela Sudene e o FNE? Qual o grau de amplitude e equidade do acesso e da cobertura ao FDNE? Qual o grau de eficiência das empresas que utilizam o FDNE? O FDNE é competitivo, em termos de condições de financiamento, para o setor produtivo frente às demais fontes de financiamento existentes no mercado de crédito?

De acordo com os resultados apontados, decorrentes da contratação das avaliações do FDNE, apesar da importância do FDNE como instrumento de desenvolvimento regional, há uma escassez de estudos a respeito dele. Embora seja frequentemente mencionado no contexto da PNDR, não existem estudos específicos que abordam detalhadamente seu funcionamento, nem evidências empíricas que avaliem sua eficiência, eficácia e impacto.

Segundo o texto, e diante dessa lacuna foi produzida uma análise detalhada do FDNE, incluindo seus mecanismos de operação em consonância com os objetivos da PNDR e sua base regulatória. Além disso, busca-se mapear a literatura para examinar os aspectos que vêm sendo discutidos sobre o FDNE e identificar estudos empíricos que possam servir de referência para a avaliação do Fundo no contexto dos objetivos da PNDR.

De acordo com o estudo, o principal propósito do FDNE é assegurar recursos para a implantação, expansão, modernização e diversificação de investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos na área abrangida pela Sudene. A gestão do Fundo é compartilhada entre o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), a Sudene, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e os operadores de crédito. Os primeiros definem as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos, assim como estabelecem normas complementares. Por sua vez, o CMN define as condições do financiamento e os agentes operadores analisam a viabilidade econômico-financeira dos projetos, bem como acompanham e fiscalizam a execução dos empreendimentos.

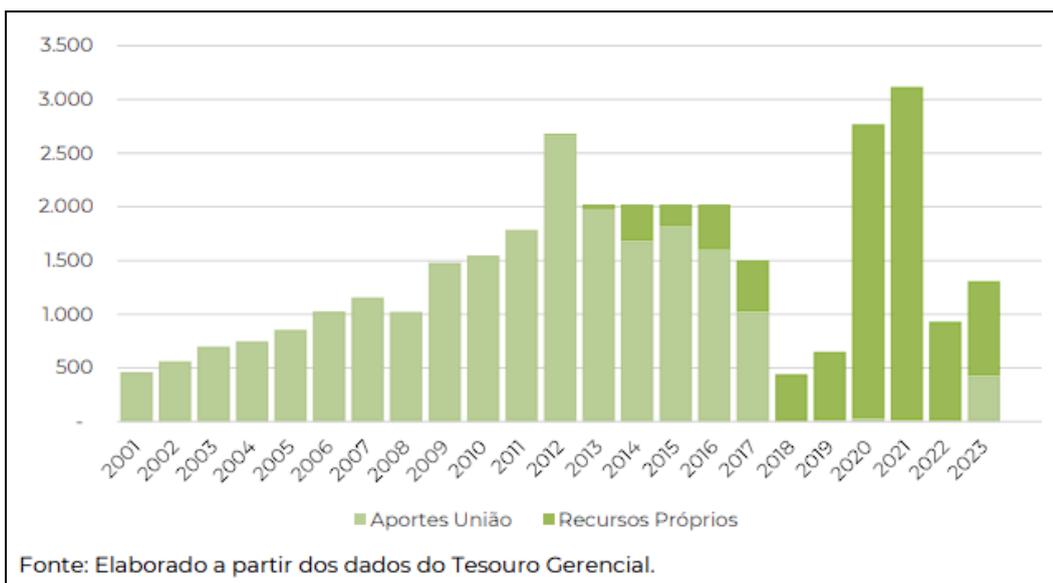
O público-alvo do FDNE são os empreendimentos de pessoas jurídicas de direito privado que estejam localizados no Semiárido e/ou nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDEs) 3 , e os projetos localizados nas demais áreas de atuação da Sudene. Com a Lei nº 13.530 de 2017, também passou a compor os recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), tendo como objetivo assegurar investimentos em financiamento de estudantes regularmente matriculados em cursos superiores e de educação profissional, técnica e tecnológica não gratuitos.

Ainda conforme os resultados da análise procedida, a fonte primária de recursos do Fundo é composta pelo Orçamento Geral da União, aprovado anualmente, e pelos valores de juros e amortizações das operações, definidos aqui como receitas próprias.

Conforme dados do Relatório de Gestão do FDNE de 2023, a carteira do Fundo no final desse período era composta por 81 (oitenta e uma) operações contratadas, com investimento total de R\$ 34,5 bilhões e financiamento do FDNE de R\$ 13,4 bilhões, dos quais já haviam sido liberados R\$ 12,1 bilhões.

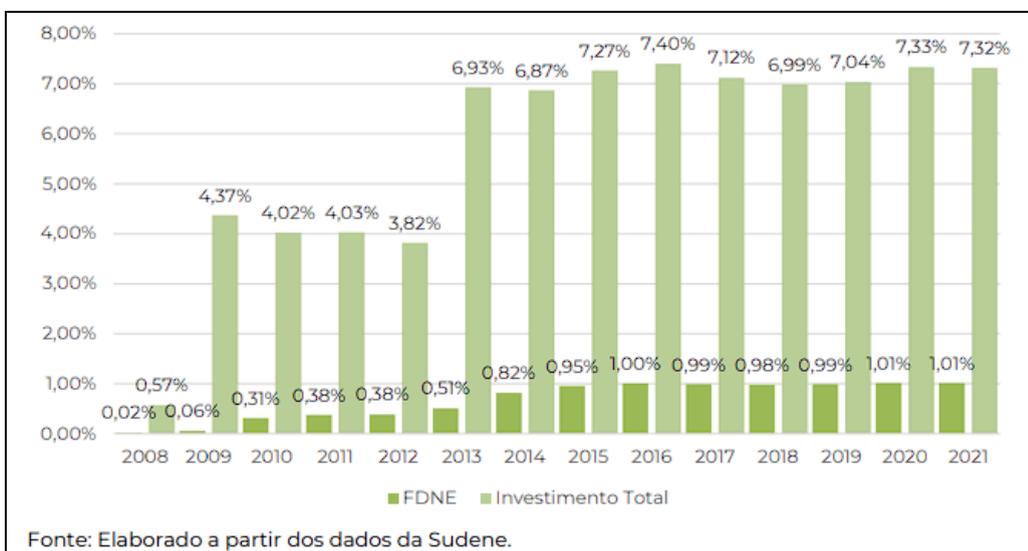
A seguir, apresentam-se alguns resultados da evolução da execução orçamentária e financeira do FDNE.

Evolução dos recursos consignados no orçamento pelo FDNE, em milhões de R\$, de 2001 a 2023

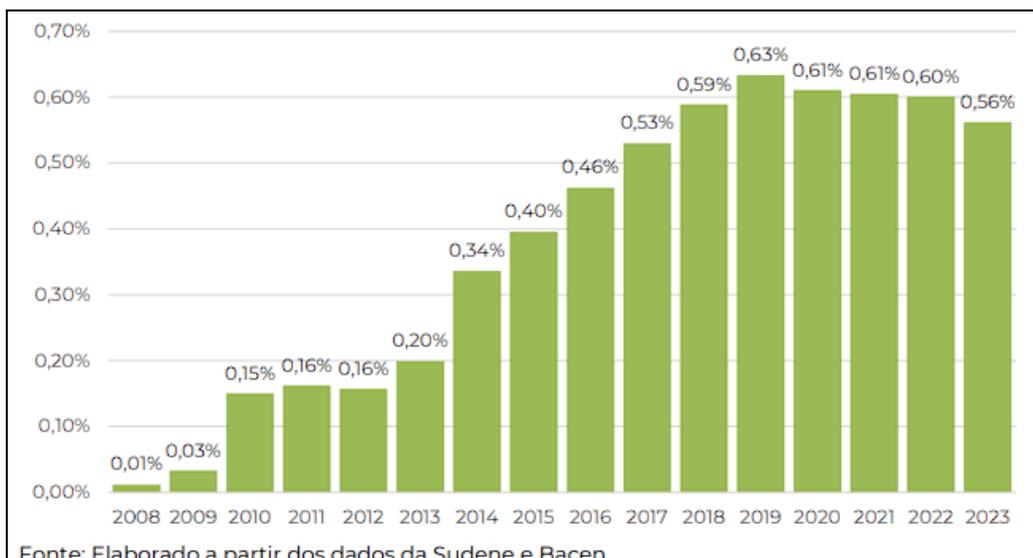


Os dados do Banco Central mostram um aumento progressivo na importância do Fundo desde sua criação, com o pico alcançado em 2019, quando os valores desembolsados pelo FDNE chegaram a 0,63% de todo o crédito empresarial concedido na Região Nordeste, a partir de quando o indicador reduziu gradualmente, alcançando certa estabilidade em torno do patamar de 0,56%.

Evolução dos desembolsos do FDNE e Investimento total como proporção do PIB da Região Nordeste, acumulado de 2008 a 2023

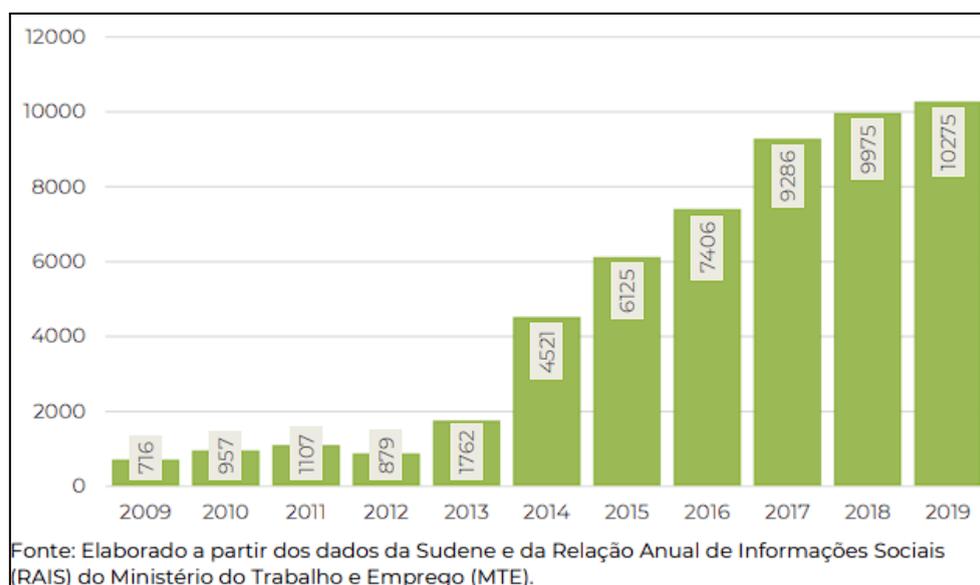


Evolução dos desembolsos do FDNE como proporção do volume de crédito Pessoa Jurídica na Região Nordeste, acumulado de 2008 a 2023



A quantidade de vínculos formais nas empresas com projetos financiados pelo FDNE a cada ano é reportada no Gráfico 6. Verifica-se um ganho gradativo na quantidade de empregos associados ao Fundo ao longo do tempo, à medida que aumentou a carteira de projetos e há a maturação dos investimentos apoiados. Para o ano de 2019, foram consideradas apenas as empresas localizadas na RAIS. Não considera eventuais vínculos decorrentes de terceirizações, de modo que o número de vínculos formais pode ser maior que o observado.

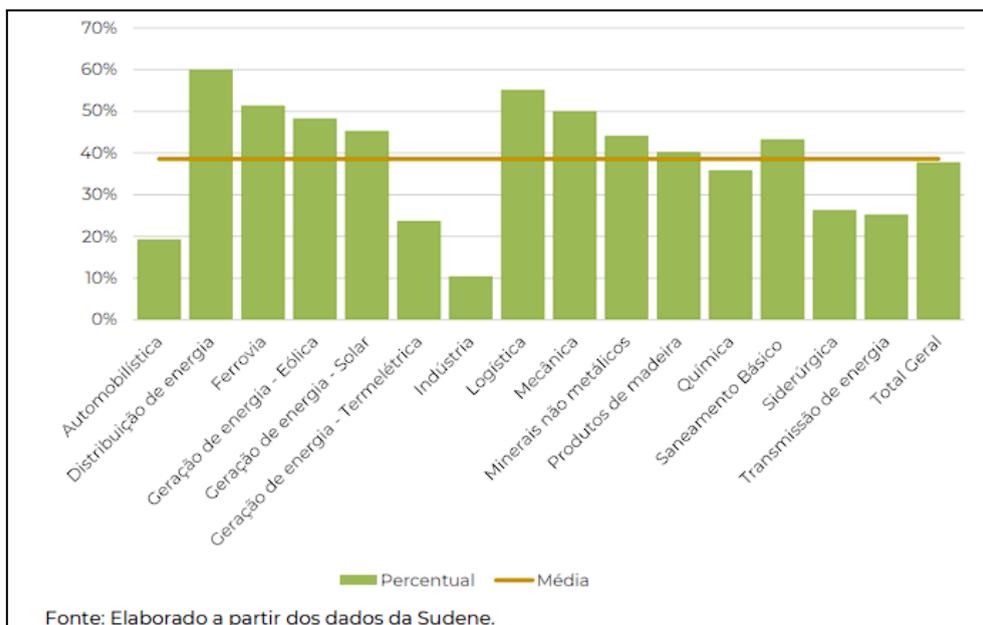
Total de vínculos formais das empresas apoiadas pelo FDNE, acumulado de 2008 a 2019



Entre os setores com maior participação de recursos do Fundo, pode-se destacar a distribuição de energia elétrica, com uma média de 60% do valor dos projetos financiado, seguido dos setores ferroviário, mecânico e de logística, com aproximadamente 50% do valor dos projetos executados com recursos do FDNE, em média. Por outro lado, os setores automobilístico e

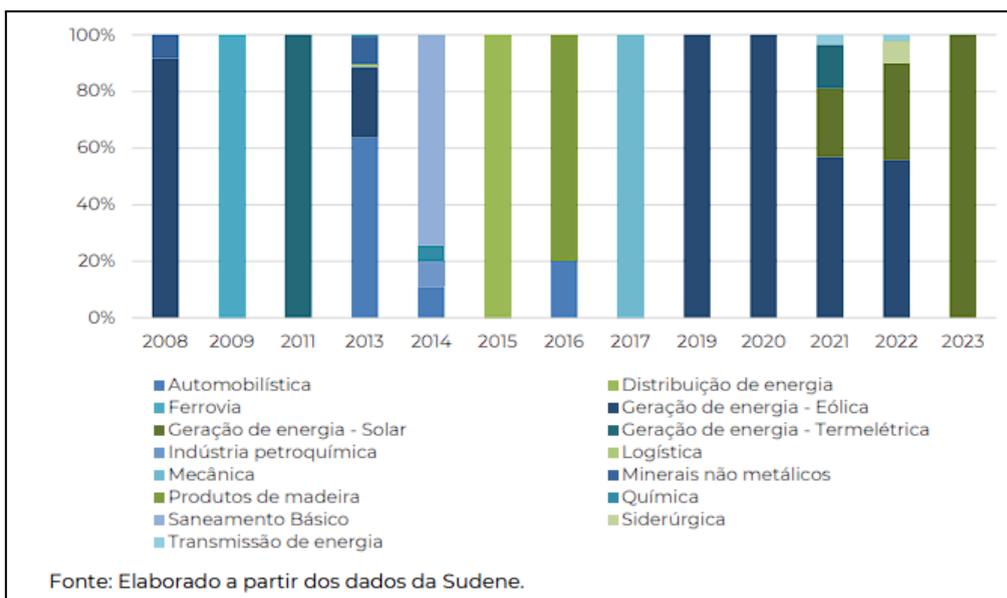
industrial tiveram projetos com menos de 20% de recursos do FDNE, em média.

Participação dos recursos do FDNE em relação aos Investimentos totais, em percentual, durante o período de 2008 a 2023



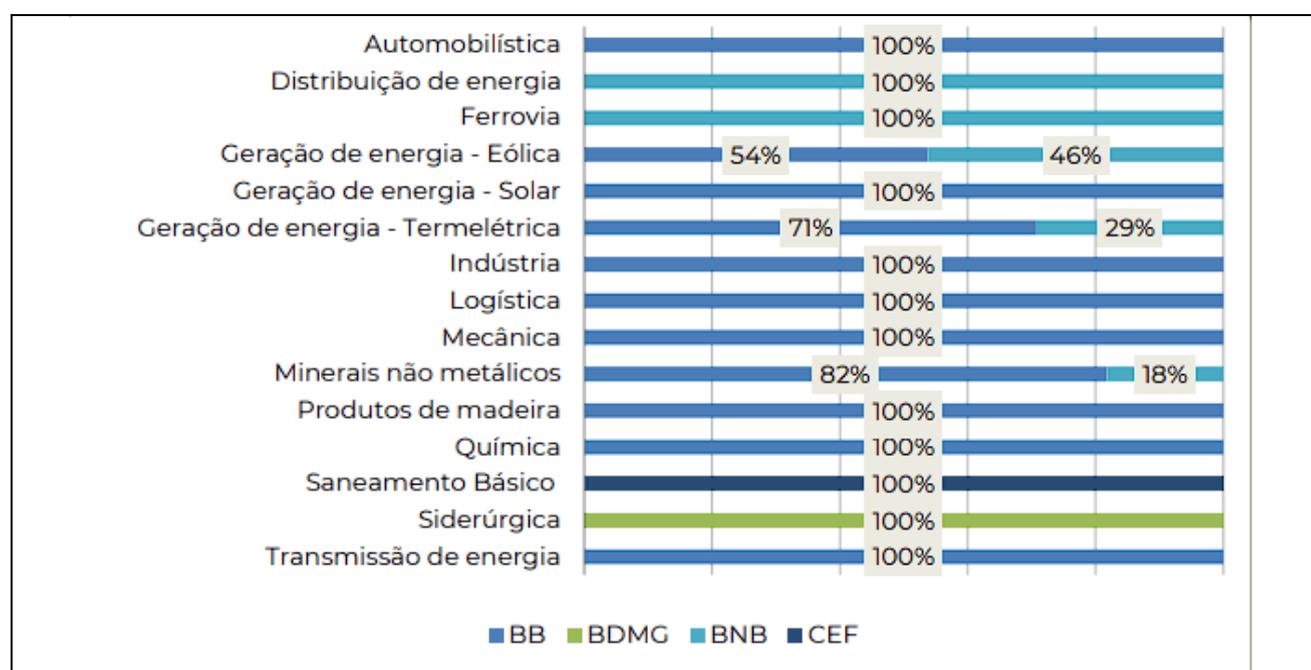
Considerando todo o período, além do setor de energia, destacam-se os setores automobilístico, ferroviário e de saneamento básico. No setor automobilístico identifica-se a atuação das empresas FCA Fiat Chrysler, Shineray e a Tiberina Automotive, todas localizadas no estado de Pernambuco. Na atividade do setor Ferroviário tem-se somente a empresa Transnordestina Logística, responsável pela construção da ferrovia homônima. Por sua vez, as atividades de saneamento básico são desenvolvidas pela empresa BRK Ambiental na Região Metropolitana do Recife.

Evolução das contratações do FDNE por setor, de 2008 a 2023



Analisando a participação de cada operador financeiro por setor contemplado, percebe-se pelo Gráfico 11 que houve uma especialização do BNB nos setores ferroviário, em função da Transnordestina, e de distribuição de energia. Por sua vez, a Caixa Econômica intermediou a totalidade das operações de saneamento básico e o BDMG, um projeto de siderurgia, referente às atividades de ampliação e modernização da empresa Ligas de Alumínio S.A. - LIASA, em Pirapora/MG. Já o BB apresentou a maior diversidade de setores, atuando fortemente no setor elétrico, mas também nos setores da indústria de madeira, química, automobilística, entre outras.

Atividades Econômicas abrangidas por instituições financeiras



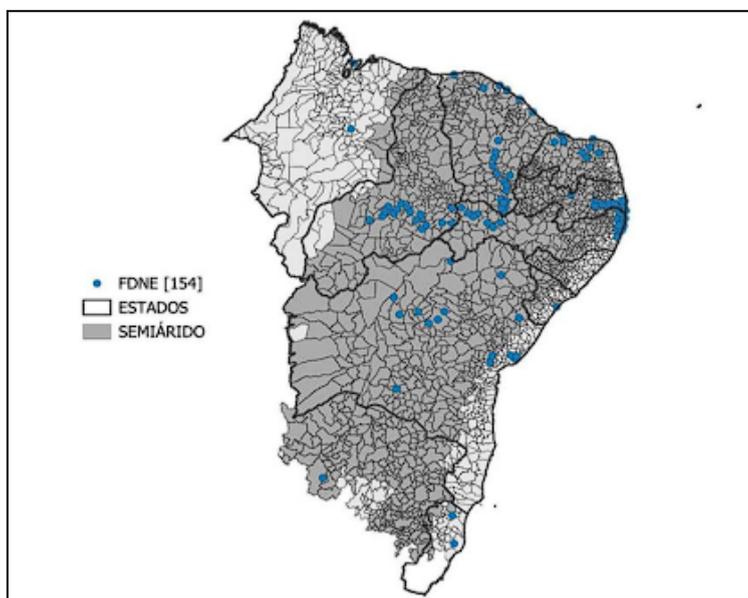
Fonte: Elaborado a partir de dados da SUDENE.

Distribuição espacial

A distribuição espacial dos empreendimentos que contrataram recursos do FDNE, totalizam o quantitativo de 153 (cento e cinquenta e três), ressaltando que algumas empresas possuem empreendimentos em mais de um município,

como o exemplo da empresa Transnordestina Logística S/A, que possui empreendimentos em 39 (trinta e nove) municípios distribuídos entre os estados do Piauí, Pernambuco e Ceará, como se observa pelo mapa abaixo.

Mapa da região da Sudene com municípios com empreendimentos financiados com recursos contratados junto ao FDNE, de 2008 a 2023



Fonte: Elaborado a partir dos dados da Sudene. Nota: delimitação do semiárido de acordo com a Resolução CONDEL/SUDENE n° 155, de 29/04/2022

Em algumas áreas, são observadas concentrações de empreendimentos financiados com aportes do FDNE, como em Pernambuco, na zona metropolitana de Recife e na Paraíba, próximo da capital. Em Pernambuco, a empresa BRK Ambiental é responsável por um empreendimento que abrange 14 (quatorze) municípios próximos da capital, Recife. Enquanto na Paraíba a concentração de projetos financiados se deve aos empreendimentos da empresa Borborema Transmissão de Energia S/A, localizados na capital e em sua região metropolitana, e também em Junco do Seridó, com 6 (seis) projetos do Parque Eólico Serra do Seridó.

Na mesma direção, a Tabela a seguir consolida os quantitativos de projetos e investimentos apoiados pelo FDNE, por estado. Nota-se que em termos de quantidade de financiamentos, os principais estados foram Ceará e Bahia, com 35 e 27 projetos respectivamente, seguidos pelos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí. Por outro lado, Maranhão e Espírito Santo, tiveram 2 projetos cada, seguidos de Sergipe e Minas Gerais com apenas um projeto apoiado.

Já no que refere ao volume de aportes, nota-se que Pernambuco e Ceará despontam com os maiores valores financiados, enquanto que Sergipe e Minas Gerais foram os que receberam menos financiamento. O mesmo padrão é encontrado quando se considera o investimento total. Já quando se observa a proporção dos projetos financiados pelo FDNE, por estado, destacam-se os 28 estados do Ceará e Rio Grande do Norte, como uma média de 54%, seguidos do Maranhão, e Piauí, com 51%.

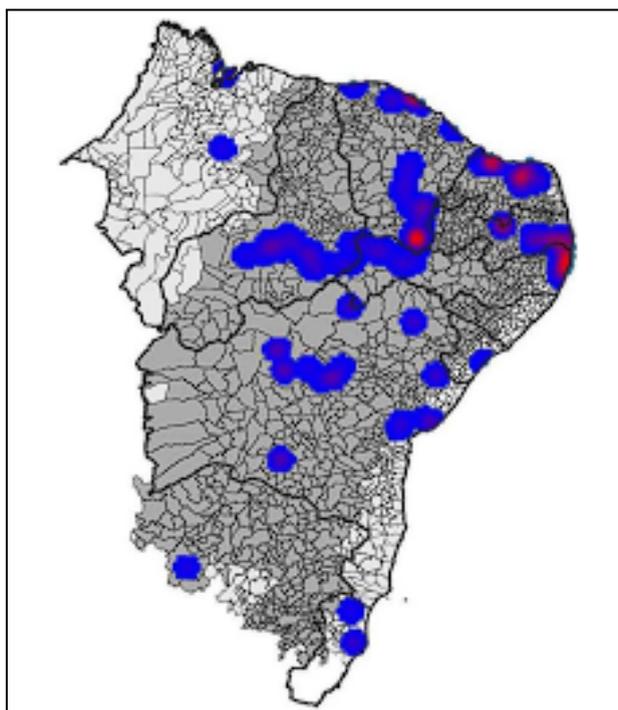
Contratações e Investimentos do FDNE por estado, de 2008 a 2023

UF	Projetos por municípios	FDNE		Investimento Total		Participação do FDNE (em %)
		Percentual	Total	Percentual	Total	
BA	27	14,47	1.898,33	14,95	5.196,80	37
CE	35	22,27	2.921,98	15,59	5.417,49	54
ES	2	1,20	156,98	1,12	387,72	40
MA	2	2,41	316,65	1,78	619,16	51
MG	1	0,73	95,89	1,05	364,33	26
PB	21	5,20	682,12	6,93	2.407,22	28
PE	24	26,21	3.439,50	38,76	13.472,66	26
PI	18	12,86	1.687,13	9,44	3.282,27	51
RN	23	14,59	1.914,98	10,26	3.566,78	54
SE	1	0,06	7,59	0,12	41,66	18
Total	154		13.121,14		34.756,08	

Fonte: Elaborado a partir dos dados da Sudene. Nota: Investimento em milhões de Reais, valores nominais.

A figura a seguir evidencia as concentrações citadas nos parágrafos anteriores, assim como em outras regiões. As áreas com cores mais quentes do mapa são referentes às regiões com maiores concentrações de empreendimentos financiados com recursos do FDNE. No estado do Rio Grande do Norte há uma concentração relevante em virtude de projetos de 22 (vinte e duas) empresas de geração de energia solar e eólica distribuídas em 8 (oito) municípios do estado potiguar. No estado do Ceará também se observa uma concentração de empreendimentos com presença de investimentos do FDNE.

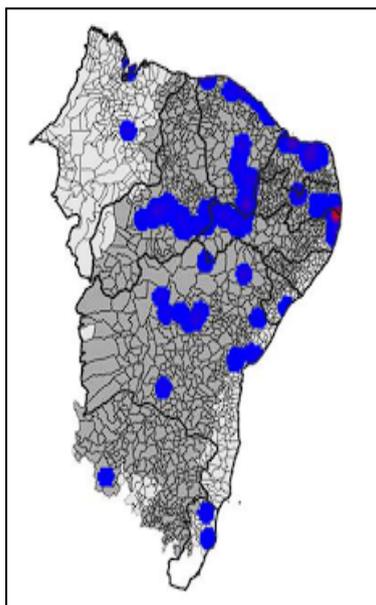
Mapa de calor dos municípios por quantidade de empreendimentos financiados pelo FDNE, de 2008 a 2023



Fonte: Elaboradas a partir dos dados da Sudene e IBGE (2021). Legenda: Área em cinza corresponde ao semiárido. Gradiente do azul (valores menores) ao vermelho (valores maiores). Nota: delimitação do semiárido de acordo com a Resolução Condel/Sudene n° 155, de 29/04/2022.

A figura a seguir mostra o mapa de calor das concentrações de investimento (em milhões de reais). Observa-se então que há uma concentração de investimentos na região entre Pernambuco e Paraíba, estados esses onde foram investidos R\$ 76,1 milhões, predominantemente, nos setores de saneamento básico e transmissão de energia.

Mapa de calor dos municípios para o Investimento Total dos empreendimentos financiados pelo FDNE, em milhões de R\$, de 2008 a 2023



Fonte: Elaboradas a partir dos dados da Sudene e IBGE (2021). Legenda: Área em cinza corresponde ao semiárido. Gradiente do azul (valores menores) ao vermelho (valores maiores). Nota: delimitação do semiárido de acordo com a Resolução Condel/Sudene n° 155, de 29/04/2022.

Estudo Diagnóstico e Plano de Ação para os principais polos Couros/Calçadistas da área de atuação da Sudene (Processo SEI nº 59336.002068/2021-17)

Dimensão: Resultados para a sociedade

Objetivo Estratégico: Aumentar a competitividade e a integração da base produtiva regional, fazendo uso dos instrumentos de fomento e do incentivo à inovação

Plano de ações estratégicas para desenvolvimento do setor de Couro e Calçados na área de atuação da Sudene

O Plano de ações estratégicas para desenvolvimento do setor de Couro e Calçados na área de atuação da Sudene foi previsto como um dos produtos contidos no diagnóstico da competitividade do setor couro/calçadista na área de atuação da Sudene. Foi elaborado com o objetivo de definir estratégias, objetivos e ações para o setor, envolvendo um conjunto específico de atores ou stakeholders da estrutura de governança identificada, com foco na superação de desafios e aproveitamento das oportunidades e potencialidades locais/regionais existentes, para apoiar e fomentar o desenvolvimento desses setores e foi conduzido pela Coordenação Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação (CGEP/DPLAN).

Tem um caráter estratégico e busca apontar caminhos consistentes para o crescimento do setor e o desenvolvimento regional.

Foi organizado a partir de cinco componentes: atração seletiva de empresas; acesso a mercados; inovação e tecnologia; investimento e financiamento; e aperfeiçoamento da governança econômica, entendidos como temáticas agregadoras, em torno das quais são propostas estratégias consideradas essenciais para o desenvolvimento do setor, objetivos gerais dentro de cada estratégia e indicativos de ações a serem desenvolvidas para atendimento desses objetivos. São apresentados, também, stakeholders considerados relevantes para cada objetivo.

Em conjunto com os diretamente interessados nos resultados, fornece subsídios para a construção de ações conjuntas, fortalecimento de ações em andamento nos governos locais, empresários, associações e órgãos de classe, etc., e identificação de lacunas para atuação presente e futura, além de possibilitar a construção de modelos diversos de governança baseados nos desdobramentos dos problemas e potencialidades identificados.

Resumo Executivo

Foi produzido e está disponível para a sociedade um relatório síntese, de caráter executivo, contendo os principais resultados do estudo de competitividade para os principais polos da área de atuação da SUDENE e as ações estratégicas elaboradas, bem como um conjunto de painéis de visualização das informações levantadas durante a elaboração do estudo, possibilitando análises dinâmicas e visualização de mapas com as informações levantadas, para auxiliar os gestores públicos na tomada de decisão, na divulgação dos resultados e na articulação de estratégias e ações voltadas para o desenvolvimento da cadeia produtiva Calçadista da área de atuação da Sudene.

Os resultados do estudo foram apresentados a partir de um painel BI, e podem ser acessados a partir do link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMGFiMwY1ZjEtYjkzOC00OTdhLWE1MTctZWNhNTk2NjQ4ZDFiIiwidCI6Ijc0YTM4MGFhLTNmNjMtNDMzZS1iN2RhLTBhZDNkZWl4YTc2NyJ9>

Painel Inicial

PESQUISA COMPETITIVIDADE SETORIAL COURO E CALÇADOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE (2023)

O levantamento de informações foi realizado com uma amostra de 190 empresas do setor que contou com uma distribuição por estratos de número de vínculos das empresas associado a uma distribuição geográfica de estabelecimentos conforme informado pelos dados consolidados da RAIS referentes a 31/12/2019.


PARA ACESSAR OS DADOS DA PESQUISA SELECIONE OS INDICADORES


Cadeias Produtivas


Força de Trabalho


Áreas de Investimentos


Tecnologias Utilizadas


Estratégia de Divulgação


Insumos


Outros fatores de competitividade


Vínculos


Estabelecimentos


Plano de Ações

Coordenado
América-Fato



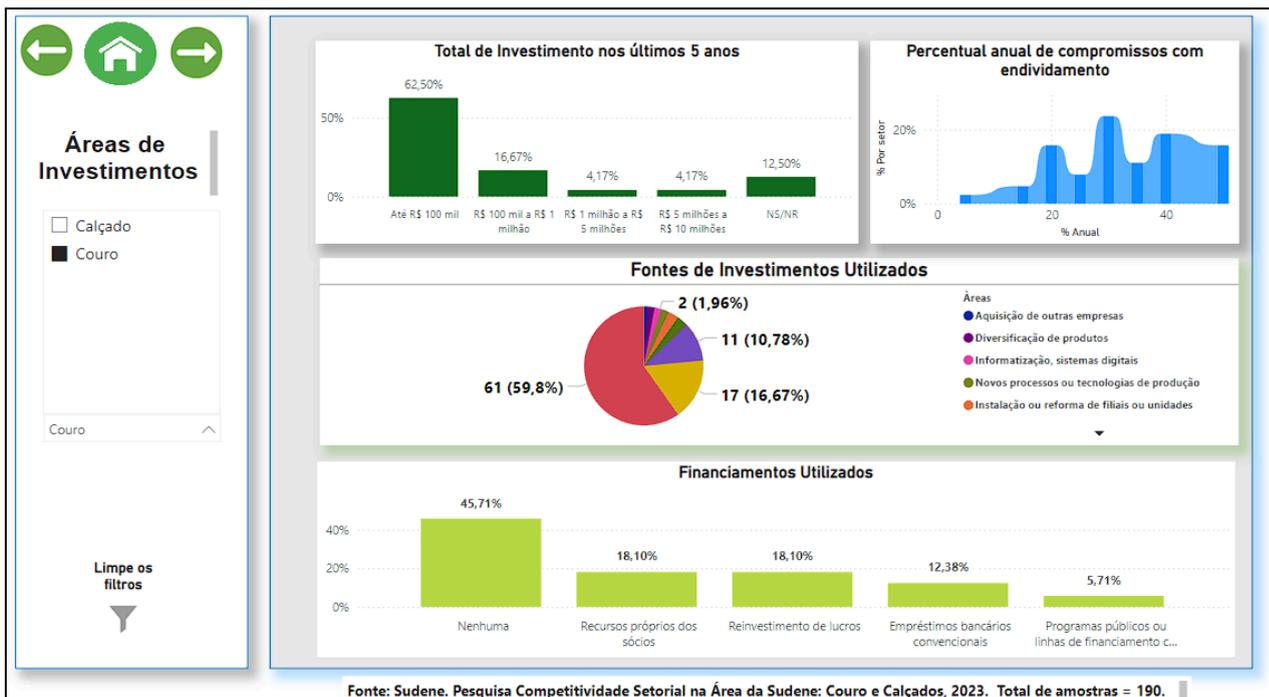


MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

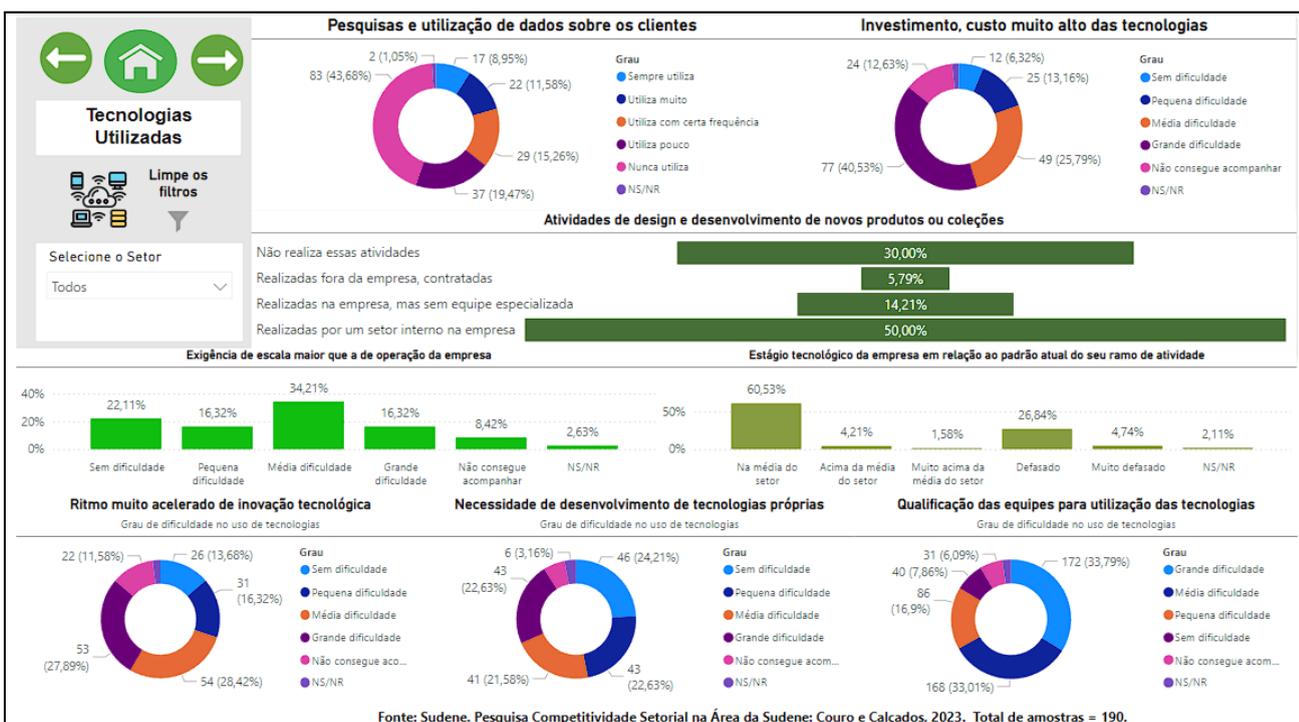
GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

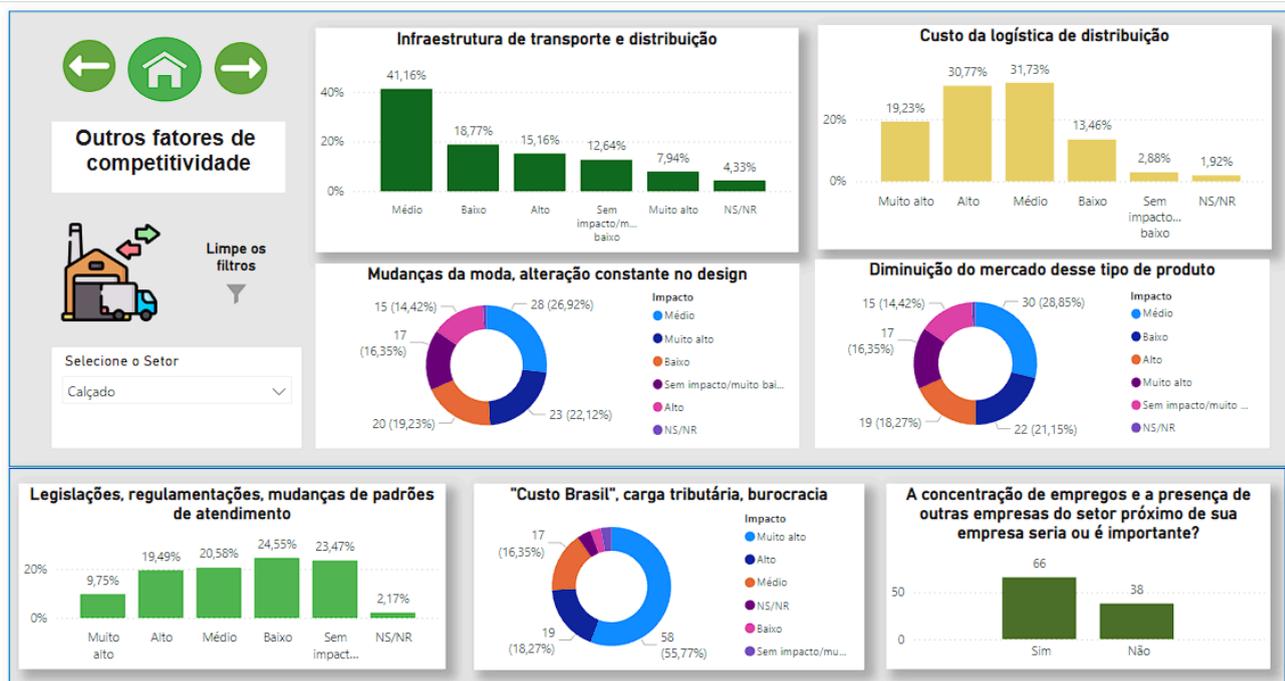
Painel Áreas de Investimentos - Setor Couros



Painel sobre Tecnologias utilizadas - Couros e Calçados



Painel sobre outros fatores de competitividade - Setor Calçados



Fonte: Sudene. Pesquisa Competitividade Setorial na Área da Sudene: Couro e Calçados, 2023. Total de amostras = 190.

Painel Plano de Ação Sudene - Dimensão Acesso a Mercados

Componente

Selecione

Acesso a mercados

Limpe os filtros

PLANO DE AÇÃO SUDENE

Nº TOTAL DE ESTRATÉGIAS: **4**

Nº TOTAL DE OBJETIVOS: **10**

Nº TOTAL DE AÇÕES: **17**

Estratégia	Objetivo
<p>Selecione</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Capacitação do setor para e-commerce <input type="checkbox"/> Exploração de nichos de mercado <input type="checkbox"/> Integração a elos globais da cadeia de valor da moda <input type="checkbox"/> Promoção da produção regional no mercado interno e externo 	<p>Selecione</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Capacitação em marketing digital Letramento digital e formação de profissionais especializados <input type="checkbox"/> Certificação de produtos para comércio à distância <input type="checkbox"/> Conhecimento e monitoramento dos mercados interno e externo <input type="checkbox"/> Identificar nichos de mercado alinhados com vocação e perfil da região <input type="checkbox"/> Inserir a região na cadeia internacional de valor da moda <input type="checkbox"/> Melhorar do acesso e eficiência da distribuição
<p>Ação</p>	
<p>Acesso subsidiado a capacitação e a serviços especializados pelas empresas</p>	
<p>Acesso/desenvolvimento de aplicativos de logística inteligentes</p>	
<p>Aprimoramento da certificação Origem Sustentável que o setor já dispõe para outros fatores de comercialização</p>	
<p>Articulação com ensino técnico e superior para extensão em e-commerce e formação de especialistas</p>	
<p>Relação com os objetivos do PRDNE 2024-2027</p>	
<p>08. Trabalho decente e crescimento econômico; 09. Indústria, inovação e infraestrutura</p>	
<p>10. Redução das desigualdades</p>	

Fonte: Sudene. Pesquisa Competitividade Setorial na Área da Sudene: Couro e Calçados, 2023.

Estudo Diagnóstico e Plano de Ação para os principais polos Têxtil e de Confeções da área de atuação da Sudene (Processo SEI nº 59336.002067/2021-72)

Dimensão: Resultados para a sociedade

Objetivo Estratégico: Aumentar a competitividade e a integração da base produtiva regional, fazendo uso dos instrumentos de fomento e do incentivo à inovação

Plano de ações estratégicas para desenvolvimento do setor de Têxtil e de Confeções na área de atuação da Sudene

Este relatório apresenta o Plano de Ações e o modelo de governança proposto para o setor têxtil e de confeções na área de atuação da Sudene. A elaboração deste Plano de Ações assumiu que não há estratégias as quais, sozinhas, irão representar uma modificação suficiente para alavancar o crescimento do setor. Para isso, são propostas diferentes estratégias, articuladas entre si e a serem ajustadas à realidade de cada local em peso e importância, para que possam desencadear processos sustentáveis de crescimento. Sendo assim, o foco de atuação precisa ser dirigido a um conjunto de objetivos e ações que, juntas, acredita-se que irão propiciar o atendimento dos requisitos de desenvolvimento associados aos componentes aqui propostos.

Construído considerando cinco temáticas agregadoras, em torno das quais foram propostas estratégias consideradas essenciais para o desenvolvimento do setor: atração seletiva de empresas; acesso a mercados; inovação e tecnologia; investimento e financiamento; e aperfeiçoamento da governança econômica.

Resumo Executivo

Um resumo executivo de caráter prático e objetivo e com capacidade de contribuir aos processos de desenvolvimento sustentável, encontra-se disponível para a sociedade no sítio institucional. Apresenta um retrato destes setores na área de atuação da SUDENE, demonstrando a sua dinâmica do mercado, como, por exemplo, o destino das vendas para o mercado interno nos últimos 5 anos; os canais de distribuição e comercialização utilizados no mercado interno; o acesso a crédito e financiamento e seus gargalos; a inovação e evolução da tecnologia, fatores críticos de sucesso para o desempenho das indústrias; e uma proposta de modelo de governança com atores estratégicos para atuar nas ações elencadas, apresentando um conjunto de proposições iniciais para articulações.

Os resultados do estudo foram apresentados a partir de um painel BI, e podem ser acessados a partir do link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjojZjY0MjdINjgtNDM1OC00ZGFiLTgxODAtOTMwMDU5ZmNjMGJmliwidCI6Ijc0YTM4MGFhLTNmNjMtNDMzZS1iN2RhLTBhZDNkZWl4YTc2NyJ9>

Painel Inicial

PESQUISA COMPETITIVIDADE SETORIAL

TÊXTIL E CONFECÇÕES NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA SUDENE (2023)

O levantamento de informações foi realizado com uma amostra de 397 empresas do setor que contou com uma distribuição por estratos de número de vínculos das empresas associado a uma distribuição geográfica de estabelecimentos conforme informado pelos dados consolidados da RAIS referentes a 31/12/2019.



PARA ACESSAR OS DADOS DA PESQUISA SELECIONE OS INDICADORES



**Cadeias
Produtivas**



**Força de
Trabalho**



**Áreas de
Investimentos**



**Tecnologias
Utilizadas**



**Estratégia de
Divulgação**



Insumos



**Outros fatores de
competitividade**



Vínculos



Estabelecimentos



**Plano de
Ações**



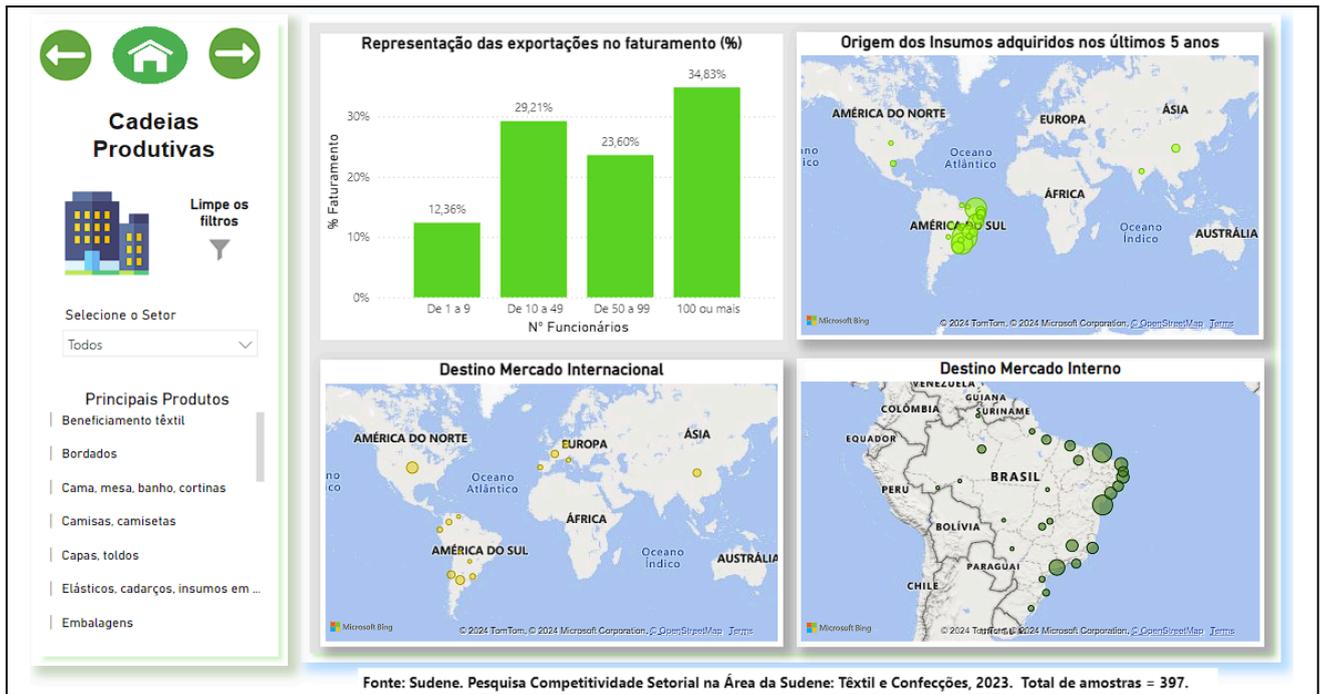




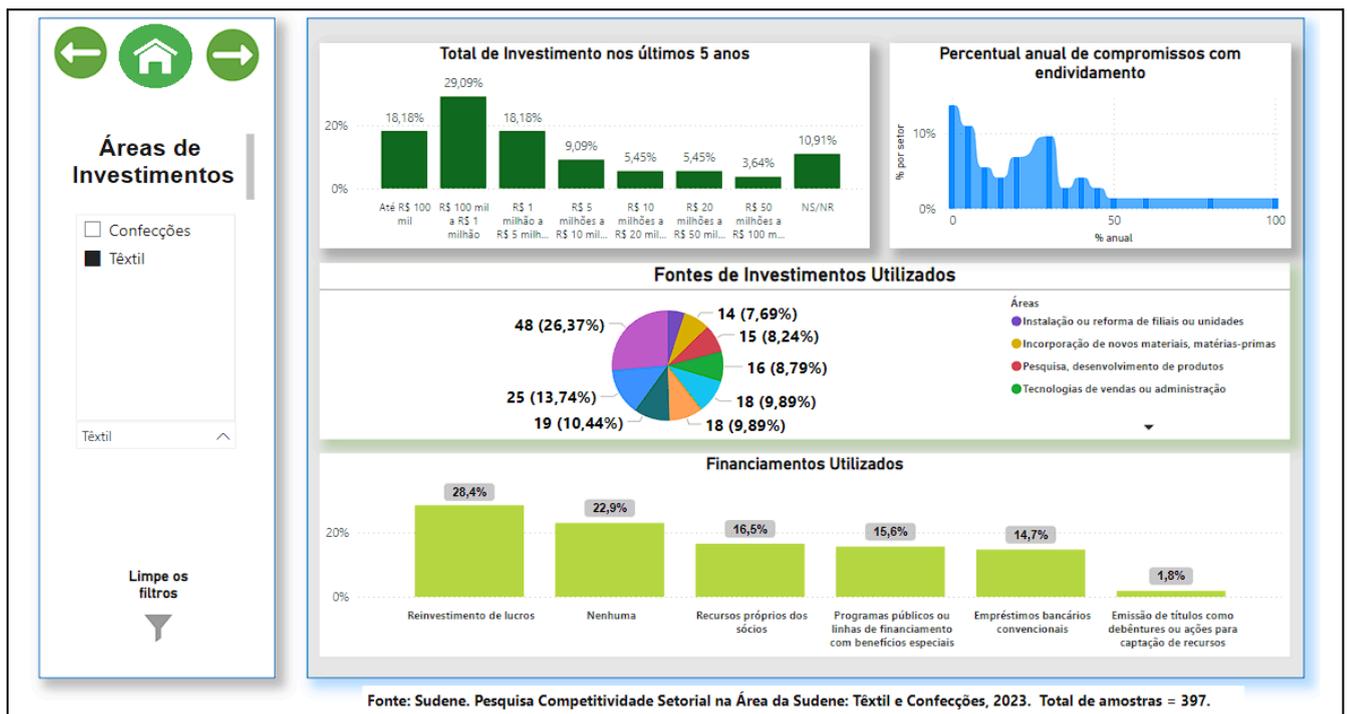




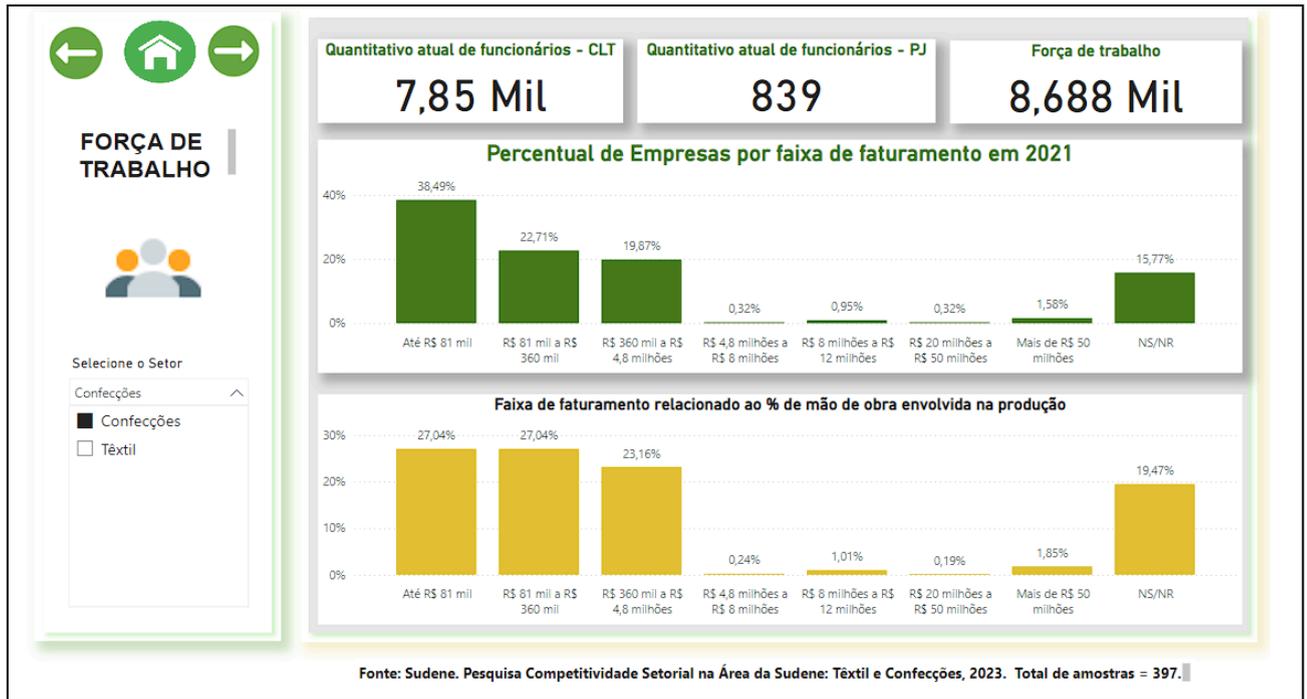
Painel Cadeias Produtivas - Todos os setores



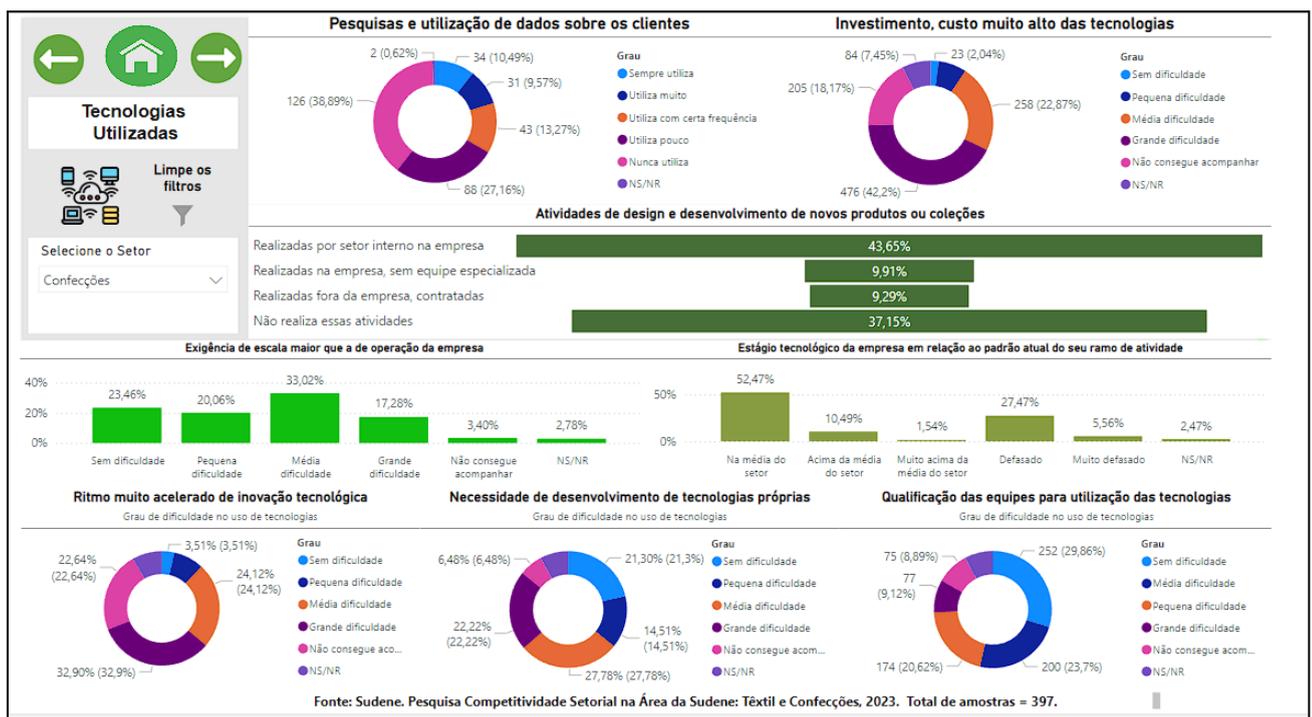
Painel Áreas de Investimentos - Setor Têxtil



Painel Força de Trabalho - Setor Confecções



Painel Tecnologias Utilizadas - Setor Confeções



Painel Estratégia de Divulgação - Setores Têxtil e Confeções



Painel Insumos - Todos os Setores



Como desdobramento do estudo, foi lançado o Programa Linhas do Desenvolvimento - Edição Pernambuco, lançado no município de Caruaru. O Programa tem como objetivo desenvolver ações e projetos para o setor de grande relevância para o desenvolvimento regional.

Em sua expansão, foram iniciadas a Edição Paraíba e a Edição Rio Grande do Norte, para os quais foram inicialmente mantidos contatos com o SENAI-RN e SENAI-PB, resultando em uma matriz de planejamento específica para o

fortalecimento da moda sustentável e suas iniciativas a partir das instituições. O relatório e seus desdobramentos estão em fase de conclusão.

Estudo para redefinição do rol de setores prioritários para fins de concessão dos incentivos fiscais

Dimensão: Resultados para a sociedade

Objetivo Estratégico: Aumentar a competitividade e a integração da base produtiva regional, fazendo uso dos instrumentos de fomento e do incentivo à inovação.

Com objetivo de potencializar os esforços e recursos para impulsionar o desenvolvimento sustentável do Nordeste, alinhado com as necessidades e potencialidades da região, é importante que os setores prioritários sejam atualizados e revisados ao longo do tempo, de acordo com as demandas e mudanças na conjuntura nacional e regional. As atividades apoiadas devem apresentar forte potencial de crescimento e deverão contribuir diretamente para a ampliação da oferta de ocupação, emprego e renda.

Atualmente, em relação aos empreendimentos prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, para fins dos benefícios de redução do imposto de renda, inclusive de reinvestimento, encontra-se em vigor o Decreto nº 4.213/2002 que define como prioritários os empreendimentos na forma do Art. 2º: São considerados prioritários para fins dos benefícios de que trata o art. 1º, os empreendimentos nos seguintes setores:

I - de infraestrutura, representados pelos projetos de energia, telecomunicações, transportes, instalação de gasodutos, produção de gás, abastecimento de água e esgotamento sanitário;

II - de turismo, considerando os empreendimentos hoteleiros, centros de convenções e outros projetos, integrados ou não a complexos turísticos, localizados em áreas prioritárias para o desenvolvimento regional;

III - da agroindústria vinculados à agricultura irrigada, piscicultura e aqüicultura;

IV - da agricultura irrigada, da fruticultura, em projetos localizados em pólos agrícolas e agroindustriais objetivando a produção de alimentos e matérias primas agroindustriais, voltados para os mercados internos e externos;

V - da indústria extrativa de minerais metálicos, representados por complexos produtivos para o aproveitamento de recursos minerais da região;

VI - da indústria de transformação, compreendendo os seguintes grupos:

a) têxtil, artigos do vestuário, couros e peles, calçados de couro e de plástico e seus componentes;

b) produtos farmacêuticos, considerados os farmoquímicos e medicamentos para uso humano;

c) fabricação de máquinas e equipamentos (exclusive armas, munições e equipamentos bélicos), considerados os de uso geral, para a fabricação de

máquinas-ferramenta e fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso específico;

d) minerais não-metálicos, metalurgia, siderurgia e mecânico;

e) químicos (exclusivo de explosivos) e petroquímicos, materiais plásticos, inclusive produção de petróleo e seus derivados;

f) de celulose e papel, desde que integrados a projetos de reflorestamento; de pastas de papel e papelão;

g) material de transporte;

h) madeira, móveis e artefatos de madeira; e

i) alimentos e bebidas;

VII - da eletro-eletrônica, mecatrônica, informática, biotecnologia, veículos, componentes e autopeças; e

VIII - da indústria de componentes (microeletrônica).

Dado o decurso de tempo do estabelecimento do decreto e as mudanças ocorridas na economia, o estudo apresenta duas alternativas de metodologias para atualização do rol de setores prioritários ao desenvolvimento regional, para fins de concessão dos incentivos fiscais. A primeira, uma combinação entre a metodologia MPOG e literatura (MPOG/Literatura), e a outra, a metodologia Top-Down/Sudam (utilizada pela Sudam).

Com a aplicação das metodologias, novos setores se apresentam como prioritários, variando entre metodologias, conforme abaixo:

Comparação de setores prioritários: Decreto Nº 4.213/2002 versus TopDown/Sudam versus Peso do MPOG/Literatura

Setor – CNAE	Situação anterior (7 setores)	Situação: MPOG/Literatura (12 setores)	Situação: Top-Down/SUDAM (12 setores)
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	Não prioritário	Prioritário	Prioritário
Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	Não prioritário	Prioritário	Prioritário
Serviços Essenciais	Não prioritário	Prioritário	Prioritário
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	Não prioritário	Prioritário	Não prioritário
Comércio	Não prioritário	Prioritário	Prioritário
Atividades Financeiras e Imobiliárias	Não prioritário	Prioritário	Não prioritário
Produção Florestal, Pesca e Aquicultura	Não prioritário	Não prioritário	Prioritário
Indústria Extrativa de Minerais Não Metálicos	Não prioritário	Não prioritário	Prioritário
Outros	Não prioritário	Não prioritário	Não prioritário
Transporte	Não prioritário	Não prioritário	Não prioritário

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

Como o método escolhido para definição de prioritários abrange mais setores do que a situação anterior, 4 setores são inclusões novas, ou seja, anteriormente eram definidos como não prioritários e passam a ser priorizados

pelos dois métodos. Estes setores estão em destaque na segunda coluna acima, ou seja, são os setores “Artes, Cultura, Esporte e Recreação”, “Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação”, “Comércio”, “Serviços Essenciais”. Vale frisar que são setores que também possuem potenciais econômicos, ficando em boas posições em um e/ou outro método. Por exemplo, o setor relacionado a comércio fica na quarta posição no método MPOG/Literatura, enquanto a atividade de gestão de resíduos fica na mesma posição no método Top-Down/Sudam.

A inclusão desses setores como prioritários é justificada pelo uso de métodos que levam em conta os potenciais socioeconômicos de geração de emprego, número de empresas, massa salarial, enquadramento nas políticas de desenvolvimento do nordeste, entre outros. As áreas consideradas prioritárias na "MPOG/Literatura" apresentam maior robustez analítica, pois são hierarquizadas de acordo com uma análise dinâmica (vários pontos no tempo) e penalizações para baixa distribuição espacial de empresas e renda.

No entanto, é notável a semelhança entre os resultados alcançados. Por exemplo, o setor de 'Artes, Cultura, Esporte e Recreação', tanto de forma dinâmica quanto de forma estática, apresenta um potencial socioeconômico baseado no maior crescimento da massa salarial, geração de empregos, distribuição espacial das empresas e renda entre os municípios da área de atuação da Sudene, em alinhamento com as estratégias de desenvolvimento do nordeste, dentre outros.

Por ambas as metodologias, comparativamente ao rol atual, é válido discutir o cenário dos resultados por regiões metropolitanas, semiárido, municípios mais pobres e interior, a fim de comparar as variáveis econômicas para os setores prioritários antes e depois da aplicação do método. Os dados utilizados para a análise são de 2019, considerando este ser o ano imediatamente anterior à pandemia.

Regiões metropolitanas

Os resultados comparativos entre os antigos setores e os novos setores utilizando as duas metodologias propostas: a baseada nos pesos do MPOG/Literatura e a Top-Down/Sudam, para as variáveis: arrecadação, número de empregos gerados, número de empresas, massa salarial e exportação para as regiões metropolitanas dos estados da área de atuação da Sudene, estão dispostos a seguir:

Variação (%) entre o cenário antigo e os métodos MPOG/Literatura e TopDown/Sudam – Regiões Metropolitanas

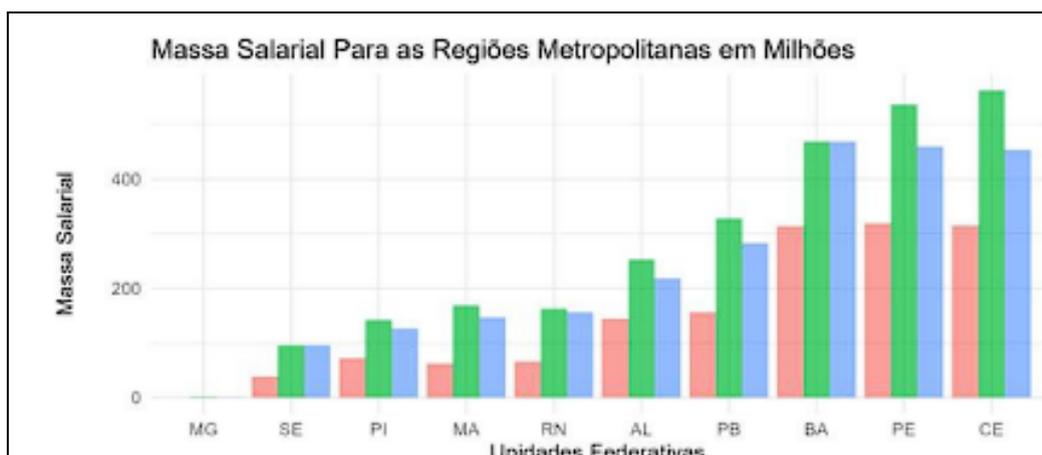
UF	Arrecadação	Empregos	Empresas	Massa salarial	Exportação
Variação: MPOG/Literatura					
AL	251	59	308	76	0,00
BA	171	70	329	50	-0,05
CE	260	54	243	79	0,00
MA	293	176	352	167	-13,63
MG	389	123	122	167	-
PB	354	74	249	109	-4,61
PE	213	69	289	68	0,00
PI	494	91	294	97	0,00
RN	429	94	244	145	-0,15
SE	522	125	299	144	0,00
Variação Top-Down/SUDAM					
AL	187	49	268	51	0,00
BA	146	60	263	50	0,97
CE	180	42	200	44	3,41
MA	241	154	304	133	-13,63
MG	181	120	113	128	-
PB	283	63	219	81	2,40
PE	160	54	231	44	0,01
PI	414	75	257	74	0,00
RN	383	82	197	136	-0,10
SE	446	105	238	144	0,00

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

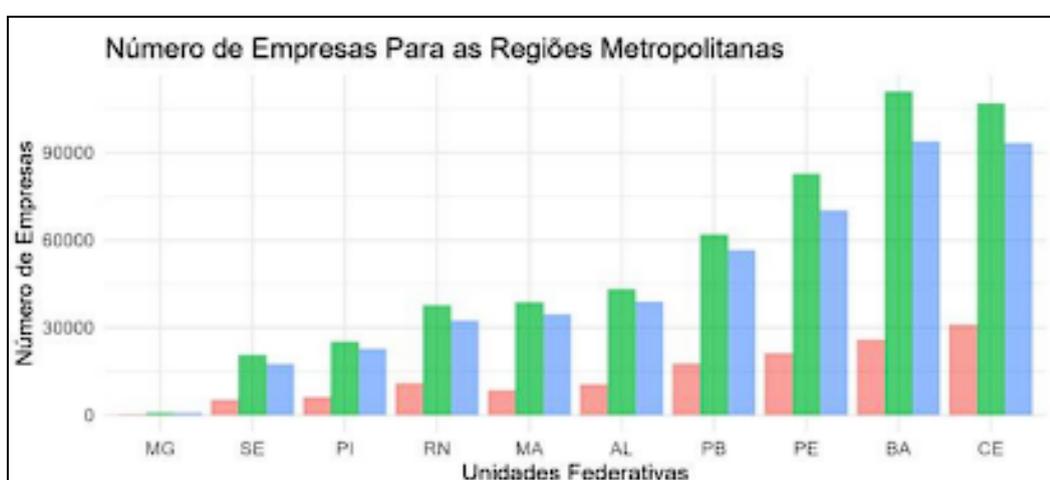
Pode-se observar que em ambas as metodologias adotadas os indicadores analisados apresentaram crescimento, exceto o indicador de Exportações. Nesse sentido, o resultado para os estados apontou a prevalência de variações nulas e/ou negativas, principalmente com a metodologia MPOG/Literatura. Já com a metodologia Top-Down/ Sudam, embora essa tendência permaneça, os estados do Ceará, Paraíba, Bahia e Pernambuco apresentaram variações positivas, mesmo que muito contidas.

Dessa forma, é possível observar como a metodologia MPOG/Literatura apresentou um crescimento estadual mais elevado para as variáveis de arrecadação, empregos gerados, número de empresas e massa salarial. Em contrapartida, a variável de exportação, menos afetada em termos de crescimento, registrou resultados positivos nos estados do Ceará (3,41%), Paraíba (2,4%), Bahia (0,97%) e Pernambuco (0,01%).

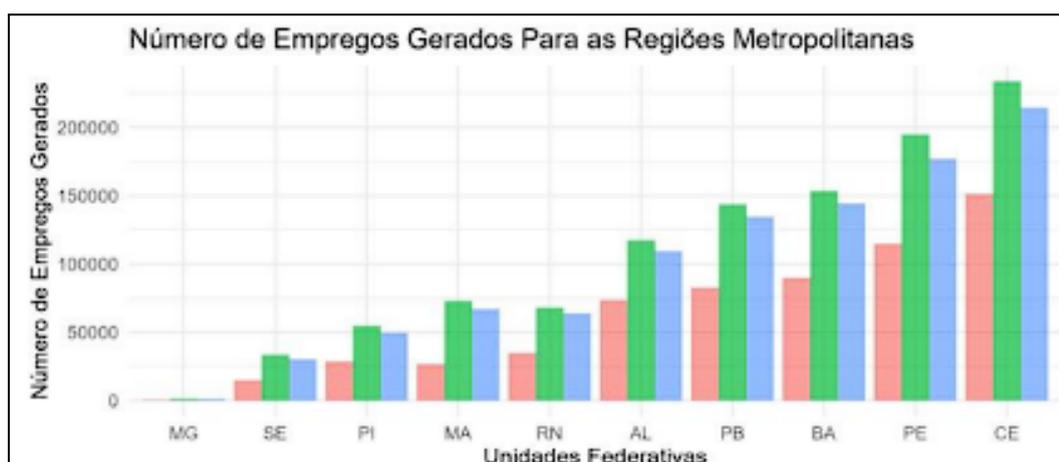
Os gráficos a seguir apresentam uma comparação entre cenários antigos X MPOG/Literatura X Top-Down/Sudam, para as Regiões Metropolitanas, verificando-se que a inserção dos novos setores propostos, considerando a metodologia MPOG/Literatura proporciona os melhores resultados para as variáveis destacadas, à exceção das exportações, que mantém certa equivalência.



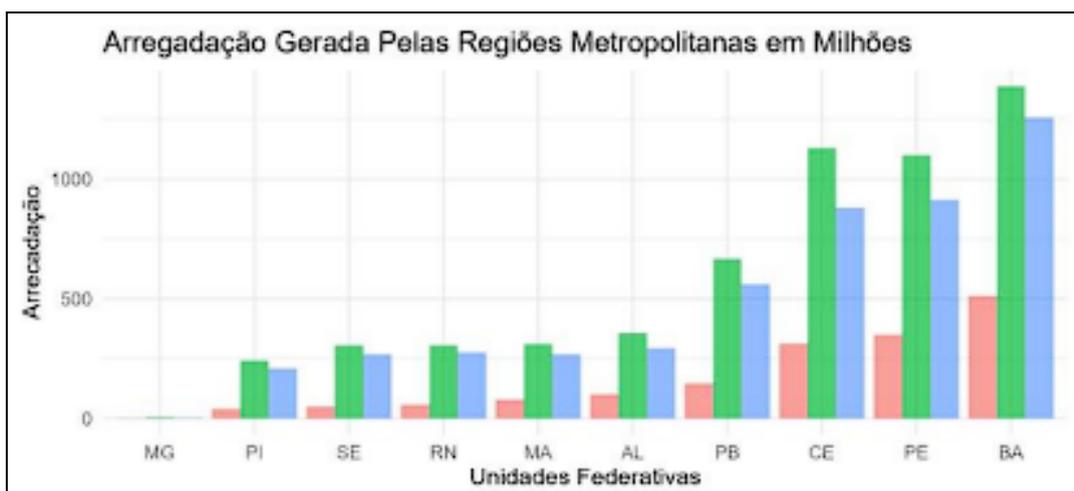
Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



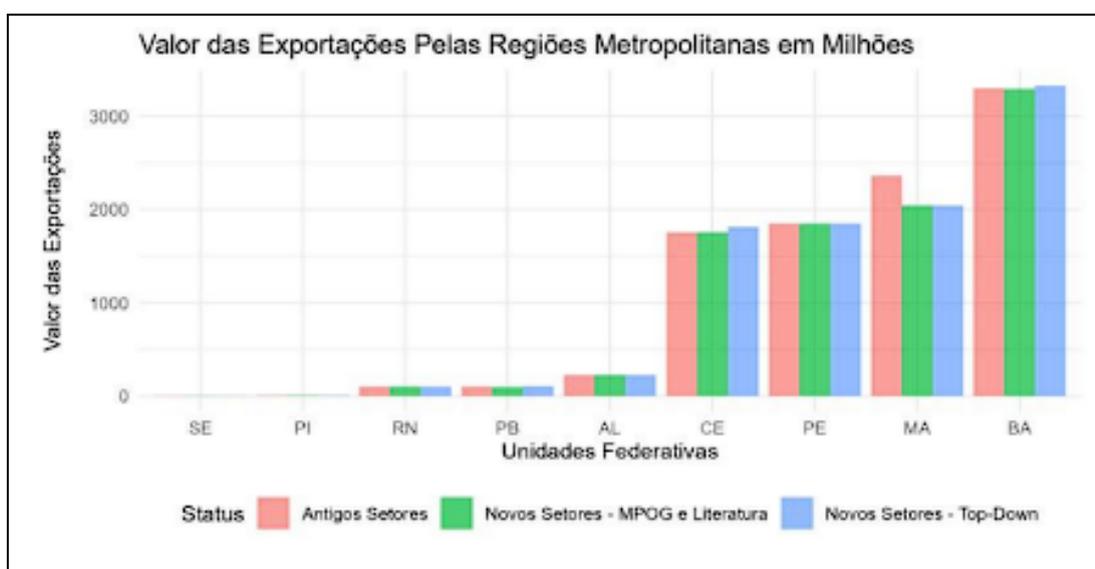
Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down

Regiões mais pobres

Passando para a análise das regiões com PIB abaixo da mediana, aqui denominada de “regiões mais pobres”, é perceptível que para a maioria dos indicadores a variação é superior se comparado com os setores prioritários definidos pelo decreto N° 4.213/2002. Gráficos na sequência.

Percebe-se que em todos os estados (considerando os municípios mais pobres abrangidos pela Sudene), em todas as variáveis, bem como em ambos os métodos, quando a variação não é positiva, é zero, mas nunca negativa. E, na verdade, a variação zero acontece em poucos estados e em apenas uma variável, a de exportação. Assim, esse resultado implica que não existe mudança no nível de exportação ao comparar os setores prioritários antigos com os novos, tal situação acontece, por exemplo, no estado do Ceará, para ambos os métodos.

Comparação entre cenários antigos X MPOG/Literatura X Top-Down/Sudam – Regiões “mais pobres”



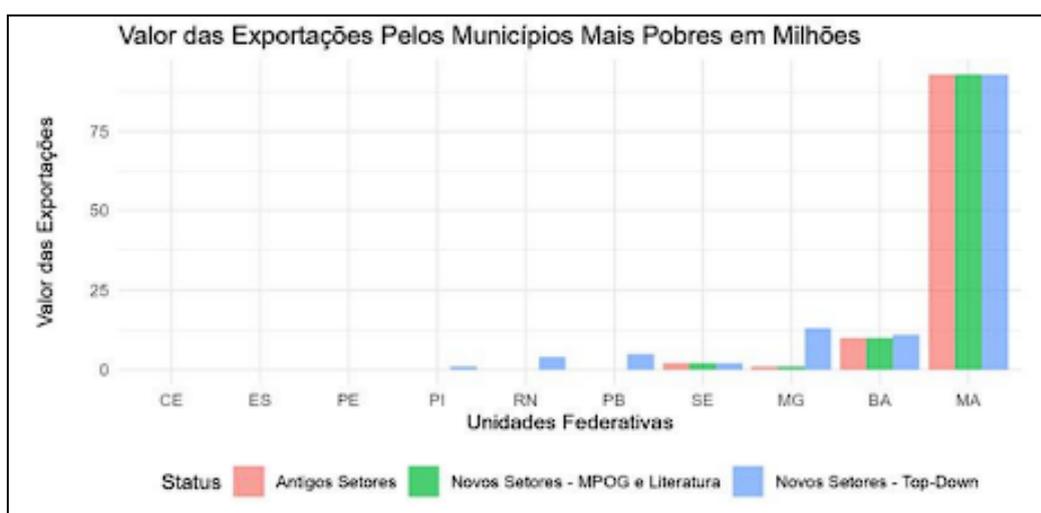
Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



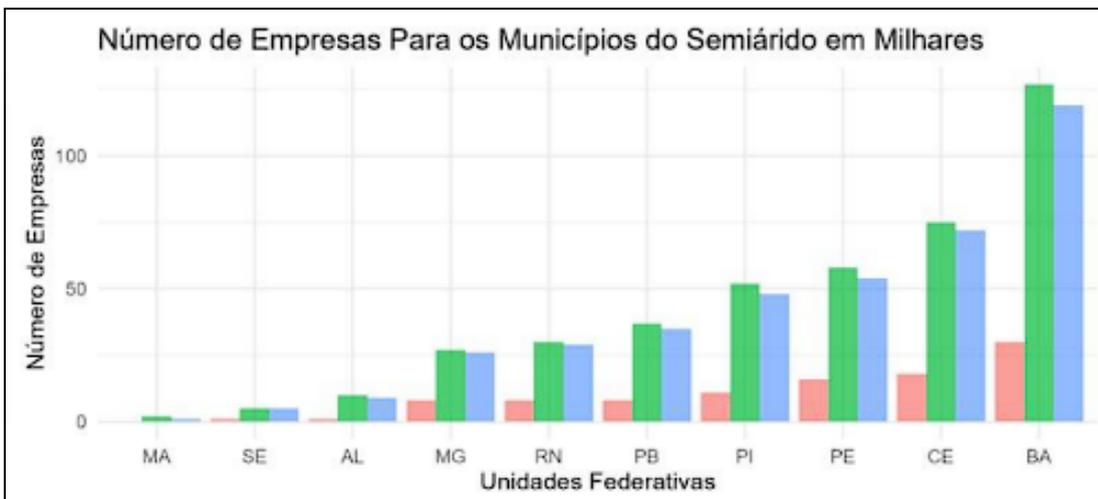
Região do semiárido

Dada a necessidade de se trabalhar cada vez mais no desenvolvimento da Região Semiárida, aproveitando de forma eficiente seus potenciais, apresentam-se os gráficos que comparam os indicadores já analisados anteriormente, porém voltados para os municípios que se encontram em tal região.

Comparação entre cenários antigos X MPOG/Literatura X Top-Down/Sudam – Semiárido



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down

Considerando a variação (%) entre o cenário antigo e os métodos MPOG/Literatura e TopDown/Sudam – Semiárido, percebe-se que em quase todas as situações a variação para os métodos também é positiva, de modo que se espera gerar mais emprego, aumentar arrecadação e elevar a massa salarial com os novos setores prioritários.

A variável que apresenta pouca variação, nenhuma, ou até mesmo apresenta resultados negativos, é a exportação. Nesse caso, por exemplo, para o Rio Grande do Norte e considerando o método MPOG/Literatura, o volume de exportações é maior para os setores antigos, ou, em outras palavras, se for considerar os setores prioritários do método em questão, a exportação reduz em 10%. Tal fato se repete, apenas, para a Bahia em ambos os métodos. Assim, mais uma vez, os novos setores prioritários apresentam fortes potenciais de crescimento econômico da região do semiárido

Variação (%) entre o cenário antigo e os métodos MPOG/Literatura e TopDown/Sudam – Semiárido

UF	Arrecadação	Empregos	Empresas	Massa salarial	Exportação
Variação: MPOG/Literatura					
AL	430	169	435	171	0
BA	183	79	322	78	-5
CE	183	49	307	59	0
MA	250	131	373	142	
MG	241	80	238	85	0
PB	278	85	319	115	0
PE	409	97	264	127	0
PI	361	127	345	123	0
RN	162	74	251	85	-10
SE	127	44	231	63	0
Variação Top-Down/SUDAM					
AL	264	152	403	125	0
BA	127	68	296	53	-2
CE	118	46	287	47	2
MA	158	122	356	114	
MG	156	80	232	69	7
PB	180	74	294	78	11
PE	257	77	240	85	3
PI	268	113	317	95	19
RN	147	82	232	100	66
SE	35	36	210	34	0

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

Interior

Por fim, é válido analisar os municípios do interior e de atuação da Sudene para verificar se o mesmo comportamento, já observado nas demais regiões, permanece. Tais municípios também são importantes de se analisar, tendo em vista seus potenciais e possíveis contribuições para o desenvolvimento regional.

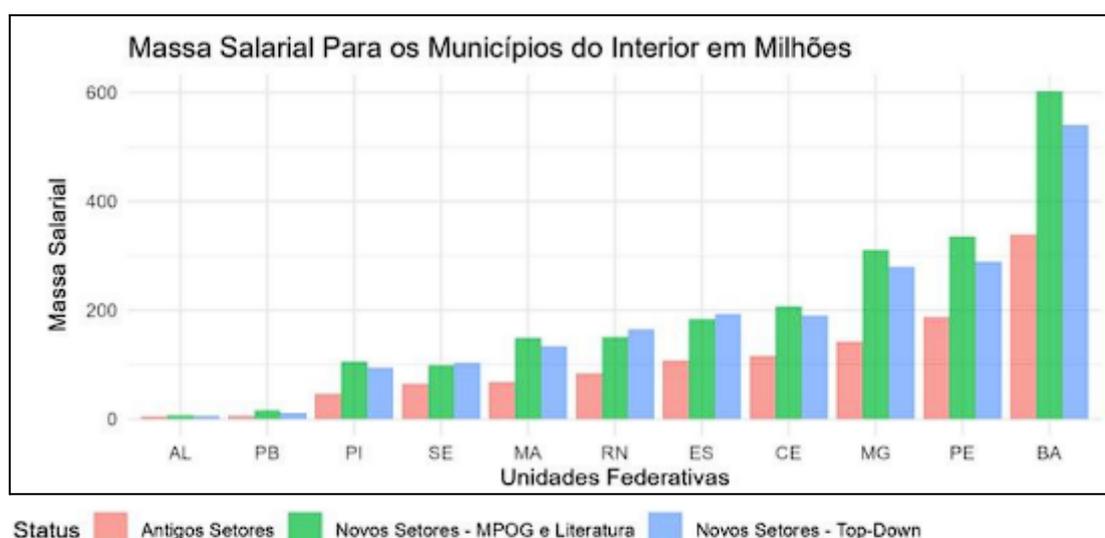
No que tange aos setores prioritários definidos pelos métodos MPOG/Literatura e TopDown/Sudam, e considerando os municípios do interior, percebe-se, mais uma vez, que eles possuem maior potencial de aumento de receita, emprego e empresas de modo geral. Assim como nas situações anteriores, a única variável com pouca ou variação negativa é a exportação.

Varição (%) entre o cenário antigo e os métodos MPOG/Literatura e TopDown/Sudam – Interior

UF	Arrecadação	Empregos	Empresas	Massa salarial	Exportação
Varição: MPOG/Literatura					
AL	237	58	299	74	0
BA	171	72	290	64	-1
CE	251	56	269	79	0
ES	170	70	176	70	0
MA	247	141	383	142	-9
MG	292	104	214	119	0
PB	376	78	250	114	-5
PE	213	67	281	72	0
PI	274	113	346	110	0
RN	275	81	245	108	-3
SE	290	69	253	86	0
Varição Top-Down/SUDAM					
AL	179	48	260	50	0
BA	138	64	252	55	0
CE	168	47	232	49	4
ES	163	69	159	79	6
MA	177	132	349	114	-9
MG	204	98	199	97	7
PB	292	66	219	83	0
PE	149	54	239	48	0
PI	201	102	319	85	8
RN	250	80	211	114	15
SE	232	62	214	91	0

Fonte: Elaboração dos autores, 2024.

Comparação entre cenários antigos X MPOG/Literatura X Top-Down/Sudam – Interior





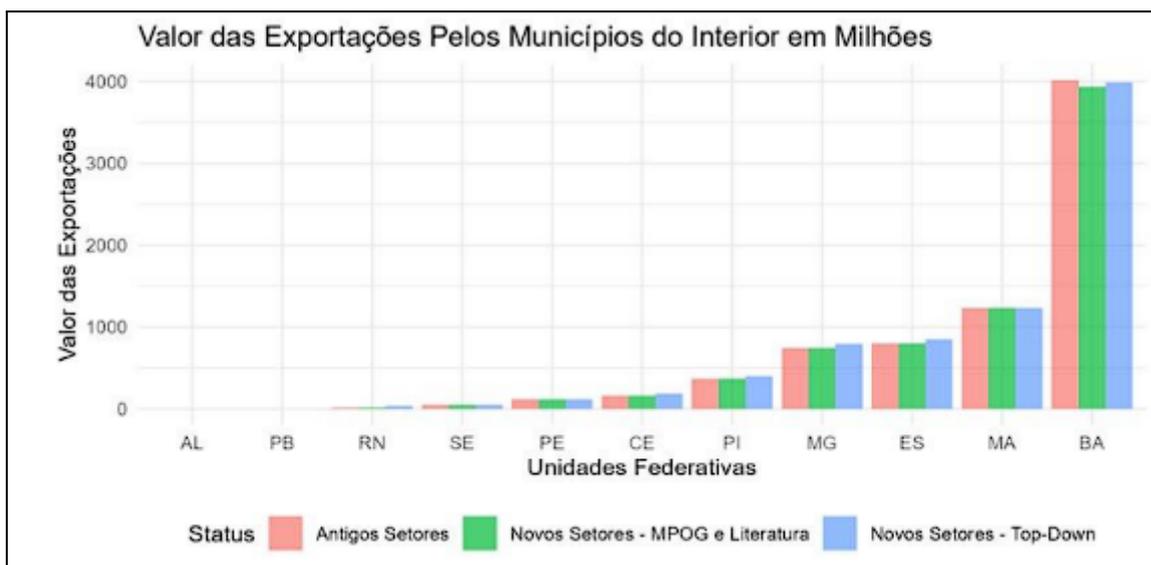
Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Status ■ Antigos Setores ■ Novos Setores - MPOG e Literatura ■ Novos Setores - Top-Down



Em conclusão e para fins de hierarquização de setores prioritários, foi recomendado pelo estudo a escolha daqueles que estão na coluna 'MPOG/Literatura'. Após a análise de cenários, os 12 setores prioritários recomendados, que contemplam 57 CNAEs, mostraram-se com índices superiores aos dos selecionados pelo método 'Top-Down/Sudam', assim como são bem distribuídos em relação às empresas e, conseqüentemente, tocante à renda.

Outro ponto a favor da escolha de setores prioritários com base nos métodos da coluna 'MPOG/Literatura' é a consistência dos resultados. A estimação de resultados é realizada de forma dinâmica, com punições para CNAEs com baixo potencial distributivo de empresas e renda, visando uma distribuição espacial mais homogênea das variáveis utilizadas em comparação aos setores prioritários presentes no Decreto No 4.213/2002 e na hierarquização 'Top-Down'. Além disso, os métodos para a seleção dos setores "Top-Down" são menos criteriosos do que os "MPOG/Literatura", tendo em vista a utilização de técnicas da literatura, o que, também, justifica ainda mais esta escolha.

A inclusão dos novos setores no Rol de Setores Prioritários da Sudene é uma decisão estratégica baseada em análises criteriosas dos indicadores econômicos. Estes setores não apenas promovem a diversificação e a sustentabilidade econômica, mas também fortalecem infraestruturas essenciais, possibilitam a geração empregos e aumentam a competitividade regional. A diversificação do Rol com estes novos setores deve contribuir para um crescimento econômico mais equilibrado, sustentável e inclusivo, posicionando a região de forma mais competitiva e resiliente frente aos desafios econômicos e ambientais.

2.1.2 Coordenação de Tecnologia e Inovação - COTI

Principais destaques

Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Apoio a projetos de P&D Centelha II

O Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação conduzido pela Sudene por intermédio da Coordenação de Tecnologia e Inovação, unidade da Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação, continua promovendo o empreendedorismo inovador e ajudando na criação de novos negócios e na competitividade da economia regional.

Os recursos a serem alocados têm origem no retorno de 1,5% das operações do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) para o custeio de atividades de pesquisa e desenvolvimento de interesse do desenvolvimento regional nos termos do § 2º, art. 3º da Medida Provisória nº 2.156-5/2001.

Entre janeiro e junho de 2024 foram apoiados com subvenção econômica não reembolsável, 9 projetos de Sergipe, apresentados pela Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica, que somam recursos da ordem R\$ 484,81 mil reais, dos quais R\$ 461,73 mil na forma de subvenção econômica da Sudene e R\$ 23,08 na forma de contrapartida e desembolsados pela Sudene, recursos da primeira parcela que somam R\$ 236,52 mil. Estão sendo esperados outros 11 projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia que somam investimentos totais de R\$ 537,86 mil, dos quais R\$ 512,25 mil da Sudene.

Até o momento já foram aprovados 72 Termos de Outorga de Subvenção Econômica com startups, assim discriminados: 11 (onze) selecionadas pela **Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA)** 11 (onze) pela **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI)** e 10 (dez) pelo **Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (Sebrae/RN)**, 11 (onze) pela **Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ)**, 10 (dez) pela **Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE)**, 10 (dez) pela **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas**, e 9 (nove) pela **Fundação de Apoio à Pesquisa e Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC)**.

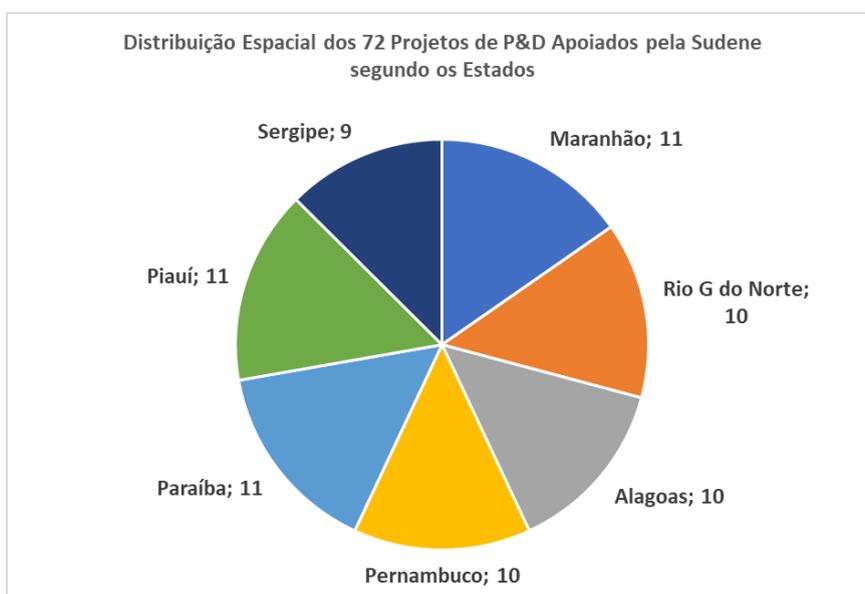
No âmbito desse Programa a Sudene já comprometeu R\$ 3,72 milhões na forma de subvenção econômica, que somados à contrapartida das startups, alcança cerca de R\$ 3,94 milhões comprometidos desde as primeiras celebrações em fev/23.

Os recursos desembolsados pela Autarquia na forma de subvenção econômica somam R\$ 2,13 milhões e representam cerca de 57 % da subvenção comprometida (R\$ 3,72 milhões) para os 72 projetos. Vale lembrar que os desembolsos acompanham o cronograma de evolução dos projetos e o cumprimento de requisitos constantes da Cláusula Quarta de todos os termos de outorga de subvenção econômica. Outrossim, vale esclarecer que recursos comprometidos significam valores com destinação definida.

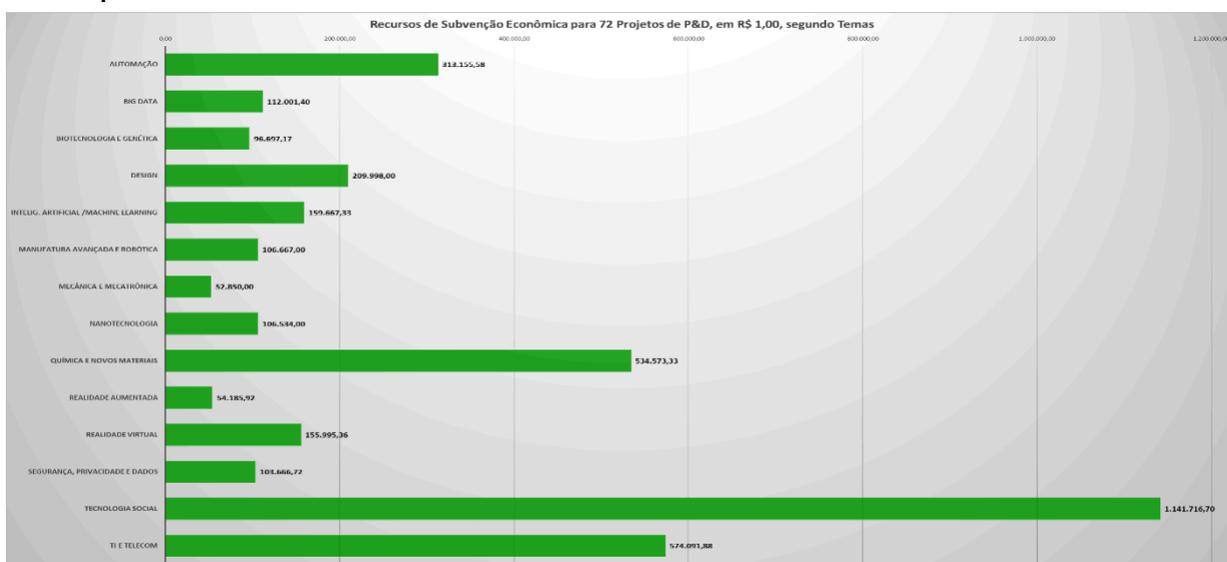
A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia já começou a enviar a documentação das primeiras startups habilitadas. E essa documentação já se encontra em análise na área técnica.

Ao final, a Sudene deverá alocar recursos que somam cerca de R\$ 5,23 milhões na forma de subvenção econômica, previsão que vai se ajustando à medida que os projetos habilitados vão sendo informados, e os investimentos se confirmando. Esse montante deverá alcançar 102 projetos de 102 startups de P&D, em sintonia com o que preconiza o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) em seu eixo de Inovação.

O Gráfico adiante mostra a distribuição dos 72 projetos de P&D, em execução até o momento.



O Gráfico adiante mostra a distribuição dos recursos de subvenção comprometidos com os 72 projetos, conforme os temas.



O Quadro adiante mostra a participação das iniciativas segundo sua localização, capital e interior.



Alguns dos fatores influentes nesse resultado são o grau e os meios de divulgação dos editais; o conhecimento sobre os benefícios do empreendedorismo inovador, a infraestrutura de governança do desenvolvimento local, a estrutura econômica, os fatores locacionais, a organização social local e os incentivos existentes, inclusive os tributários.

Edital Inova Mulher nº 01/2024

Lançado em março deste ano, com o objetivo de possibilitar o empoderamento socioeconômico de mulheres, por meio do apoio financeiro a 51 ideias inovadoras a serem selecionadas, o chamamento público recebeu 134 propostas cuja análise está sendo concluída e a divulgação dos resultados, de acordo com o Comunicado nº 05/2024 está prevista para 05 de julho corrente.

O apoio estará voltado a projetos de inovação de empresas constituídas ou a serem constituídas, bem como, entidades sem fins lucrativos, cuja gestão e liderança seja realizada por mulheres, inclusive aquelas que pertençam ao grupo de minorias sociais, possibilitando ao mesmo tempo, o desenvolvimento cultural, econômico e social da área de atuação da Sudene, por meio de soluções sustentáveis e inovadoras.

Estão previstos recursos na forma de subvenção econômica que somam R\$ 4.080.000,00.

Serão apoiadas ideias que atendam a um dos seguintes setores: Economia Criativa; Bioeconomia ou Educação e utilize alguma das tecnologias lá relacionadas: Biotecnologia e Bioeconomia com aproveitamento dos diferenciais competitivos da região; Indústria 4.0; IoT, Blockchain, IA e Robótica aplicadas ao desenvolvimento local/regional; Inovação inclusiva/frugal (atende

às necessidades sem desperdício; o desenvolvimento é simples e modesto, rápido e fácil; é de baixo custo; gera poder de compra), em diferentes escalas regionais, baseadas em startups e modelos de negócios circulares; ou Tecnologias que ampliem e qualifiquem o acesso aos serviços públicos essenciais.

Cabe lembrar o **alinhamento** dessa iniciativa com **4 (quatro) Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS): 4- Educação e Saúde, 5- Igualdade de Gênero, 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura, e 10 - Redução das Desigualdades**. Os objetivos deste edital também estão alinhados com **4 (quatro) eixos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste**, a saber: **1-Desenvolvimento Produtivo, 2 - Inovação, 6 - Desenvolvimento Social, e 7 - Educação**.

SIGMapas

O SIGMapas é uma solução de inteligência geográfica que tem o objetivo de auxiliar, de forma eficiente, o planejamento e o monitoramento integrado dos instrumentos da Sudene (Fundos de Desenvolvimento - FDNE e FNE, Incentivos Fiscais e Emendas Parlamentares), projetos, convênios e dados estratégicos utilizando um ambiente georreferenciado, visando assim a otimização da tomada de decisão de gestores, pesquisadores e sociedade. Dessa forma, a criação do SIGMapas como solução geográfica atende a agregação dos multitemas do desenvolvimento regional, otimizando significativamente a compreensão dos elementos atuantes no território e a dinâmica da sociedade. O SIGMapas possui atualização constante, com a incorporação e/ou atualização de camadas.

Por outro lado, visando a continuidade do SIGMapas da Sudene realizou, em abril de 2024, a renovação das licenças anuais da plataforma ArcGIS. Além das licenças, também adquiriu mais créditos de armazenamento de dados em nuvem, parâmetro que converge com as instruções da Estratégia de Governo Digital, estabelecidas no Decreto nº 10.332/2020, que define, no Art.9º, a adoção de tecnologias de processos e serviços governamentais em nuvem como parte da estrutura tecnológica dos serviços e setores da administração pública federal.

Utilizando a Plataforma ArcGIS, o SIGMapas destaca-se como uma aplicação de inteligência geográfica, desenvolvida inicialmente em 2022 pelo corpo técnico especializado da Sudene, sendo um sistema que permite a visualização dinâmica, disponibilização e análise dos dados por meio de ferramentas de geoinformação.

Além do desenvolvimento do SIGMapas, o acesso a plataforma trouxe ganhos diversos para esta Autarquia na elaboração de mapas, execução de análises espaciais, desenvolvimento de múltiplas aplicações de geoinformação, administração de base de dados geográficos e publicação de mapas, dashboards e sigwebs que auxiliam direta e indiretamente no planejamento e monitoramento das informações da SUDENE e do Desenvolvimento Regional.

O SIGMapas, no período de janeiro a junho de 2024, realizou o incremento de novas camadas e adaptação de grupos temáticos para sua acomodação em seu template, conforme descrito abaixo:

Grupo Temático	Camada	Descritivo
Pesquisa e Desenvolvimento	Projetos de P&D e beneficiados com recursos de 1,5% das operações do FDNE	Identificação, através de pontos, das sociedades empresariais habilitadas e projetos apoiados que integram o programa Centelha 2 e recebem subvenção econômica da Sudene.
Áreas Estratégicas	Vale do Jequitinhonha (Alto, médio e baixo)	Identificação do limite do Vale do Jequitinhonha, que integra a área de atuação da Sudene
Instrumentos Sudene FNE	FNE Jan-Fev/2024 - Valor total contratado (em reais) por município	- Atualização dos dados do FNE, do período de janeiro a fevereiro de 2024, referentes ao valor total contratado, em reais, por município, inclusive por setores econômicos.
Instrumentos Sudene FNE	FNE Jan-Fev/2024 - Quantidade de contratações por município	- Atualização dos dados do FNE, do período de janeiro a fevereiro de 2024, referentes a quantidade de contratações, por município, inclusive por setores econômicos.
Instrumentos Sudene FNE	FNE Jan-Fev/2024 - Valor médio contratado, em reais, por município	- Atualização dos dados do FNE, do período de janeiro a fevereiro de 2024, referentes ao valor médio (ticket), por município, inclusive por setores econômicos.
Instrumentos Sudene FDNE	FDNE – Projetos por município (Dados acumulados de 2007 a março 2024)	Identificação da quantidade de projetos contratados através do FDNE, por município.
Instrumentos Sudene Incentivos Fiscais	Incentivos Fiscais – Quantidade por município	Identificação da quantidade de empreendimentos incentivados pela Sudene, por município.

Adicionalmente, caso haja interesse, para maior conhecimento das camadas disponibilizadas no SIGMapas, acessar os metadados em:

<https://storymaps.arcgis.com/stories/5361c8dc29bc40c5886e652f3f743cf1>

Seu conteúdo está disponível também para o público externo. Suas informações são mantidas e atualizadas por equipe da Coordenação de Tecnologia e Inovação, unidade da Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação.

O sistema conta com um manual de utilização disponível no endereço eletrônico:

https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/SIGMapas_Manualdeuso_Modulo2.pdf

2.2 Coordenação-Geral de Promoção do Desenvolvimento Sustentável e de Meio Ambiente – CGDS

2.2.1 Divisão de Desenvolvimento Sustentável – DIDS

Atividades desenvolvidas entre janeiro/2024 e junho/2024

Desembolsos de recursos para projetos de desenvolvimento do Nordeste

No período compreendido entre janeiro a junho de 2024, foram repassados R\$ 16,1 milhões para a promoção de projetos de desenvolvimento na área de atuação da Sudene, que viabilizaram a execução de obras de engenharia e aquisições de equipamentos nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Nº Instrumento	Ano	Beneficiário	UF	Ano Desembolso	Objeto	Data Desembolso	Valor Desembolsado
951632	2023	Município de Dormentes	PE	2024	Aquisição de patrulha mecanizada e implementos agrícolas para o município de dormentes/pe.	27/06/2024	R\$ 407.406,18
952947	2023	Município do Brejo da Madre de Deus	PE	2024	Aquisição de 02 retroscavadeira para município de brejo da madre de deus/pe.	27/06/2024	R\$ 784.000,00
953471	2023	Município da Aliança	PE	2024	Aquisição de 01 (uma) retroscavadeira para município de aliança-pe.	27/06/2024	R\$ 285.087,91
950714	2023	Município de Floresta	PE	2024	Aquisição de 01 (uma) Retroscavadeira e 01 (um) implemento agrícola para o município de Floresta - PE.	25/06/2024	R\$ 351.166,56
951504	2023	Município de Salgueiro	PE	2024	Pavimentação de ruas no município de salgueiro/pe.	25/06/2024	R\$ 600.000,00
952884	2023	Município de Jatauba	PE	2024	Aquisição de Retroscavadeira para o município de Jataúba-PE.	25/06/2024	R\$ 335.827,34
951490	2023	Município de Itapissuma	PE	2024	Obras de Recapeamento Asfáltico em Rua do Município de Itapissuma/PE	20/06/2024	R\$ 300.000,00
952639	2023	Município de São João	PE	2024	Aquisição de 01 (uma) retroscavadeira para município de são joão pe.	20/06/2024	R\$ 335.241,21
952641	2023	Município da Lagoa dos Gatos	PE	2024	Aquisição de Retroscavadeira para o Município	20/06/2024	R\$ 304.608,73

					de Lagoa dos Gatos/PE.		
952850	2023	Município de Timbaúba	PE	2024	Aquisição de 01 (uma) motoniveladora para o município de timbaúba-pe	20/06/2024	R\$ 676.362,06
952866	2023	Município de Igarassu	PE	2024	Aquisição de Motoniveladora para o Município de Igarassu/PE.	20/06/2024	R\$ 757.381,36
952951	2023	Município de Palmeirina	PE	2024	Aquisição de 01 (uma) retroescavadeira para o município de palmeirina/pe.	20/06/2024	R\$ 298.422,17
952969	2023	Município de Calçado	PE	2024	Aquisição de 01 (uma) retroescavadeira para o município de calçado/pe.	20/06/2024	R\$ 272.835,82
952325	2023	Município de Cumaru	PE	2024	Aquisição de patrulha mecanizada para o município de Cumaru/PE	19/06/2024	R\$ 421.457,49
951663	2023	Município de Parnamirim	PE	2024	Aquisição de uma retroescavadeira	18/06/2024	R\$ 425.000,00
952234	2023	Município de Caruaru	PE	2024	Aquisição de tratores e implementos agrícolas para o Município de Caruaru - PE.	18/06/2024	R\$ 329.733,68
952241	2023	Município de Bezerros	PE	2024	Aquisição de Retroescavadeira para o município de Bezerros-PE	18/06/2024	R\$ 466.346,15
951496	2023	Município de Salgueiro	PE	2024	Aquisição de 01 retroescavadeira para o município de salgueiro/pe.	13/06/2024	R\$ 384.130,19
951884	2023	Município de Passira	PE	2024	Aquisição de Patrulha Mecanizada para o Município de Passira – PE.	12/06/2024	R\$ 343.495,15
951899	2023	Município de Chã Grande	PE	2024	Aquisição de Retroescavadeira para o Município de Chã Grande/PE.	12/06/2024	R\$ 313.195,00
951899	2023	Município de Chã Grande	PE	2024	Aquisição de Retroescavadeira para o Município de Chã Grande/PE.	12/06/2024	R\$ 16.467,55

950792	2023	Município do Bom Jardim	PE	2024	Aquisição de patrulha mecanizada	06/06/2024	R\$ 467.503,68
951661	2023	Município de Gameleira	PE	2024	Aquisição de 01 (uma) retroescavadeira e 01 (um) implemento agrícola para o município de gameleira/pe.	06/06/2024	R\$ 331.753,55
950868	2023	Município de Afrânio	PE	2024	Pavimentação de Vias na Zona Urbana do Município de Afrânio-PE.	29/05/2024	R\$ 600.000,00
913104	2021	Município de Paracuru	CE	2024	Pavimentação em pedra tosca no município de Paracuru-CE	28/05/2024	R\$ 500.000,00
952644	2023	Município de Saloa	PE	2024	AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) RETROESCAVAD EIRA PARA O MUNICÍPIO DE SALOÁ PE.	21/05/2024	R\$ 343.336,06
953172	2023	Município de Macapara na	PE	2024	Aquisição de uma retroescavadeira para o município de Macaparana.	10/05/2024	R\$ 317.131,96
872767	2018	Município de Ibirataia	BA	2024	Pavimentação em paralelepípedo e drenagem de ruas, em área urbana do município de Ibirataia - BA	08/05/2024	R\$ 250.844,99
952245	2023	Município de Quixaba	PE	2024	Aquisição de Equipamentos para o Município de Quixaba-PE	30/04/2024	R\$ 491.470,75
865730	2018	Município de Currais Novos	RN	2024	Pavimentação em Paralelepípedo com Drenagem Superficial de Ruas na Zona Urbana do Município de Currais Novos/RN.	29/04/2024	R\$ 178.878,79
865844	2018	Município de São Fernando	RN	2024	Pavimentação em paralelepípedo de ruas na zona urbana do município de são fernando/rn.	29/04/2024	R\$ 198.866,77
950870	2023	Município de Flores	PE	2024	Aquisição de retroescavadeira e implemento agrícola para o	29/04/2024	R\$ 400.683,17

					município de flores-pe		
950197	2023	Município de Palmares	PE	2024	Aquisição de Retroescavadeira para o Município de Palmares/PE.	16/04/2024	R\$ 413.440,00
952447	2023	Município de Palmares	PE	2024	Aquisição de Motoniveladora para o Município de Palmares/PE.	16/04/2024	R\$ 645.675,24
951658	2023	Município de Amaraji	PE	2024	Aquisição de Retroescavadeira para o município de Amaraji/PE.	12/04/2024	R\$ 500.000,00
953585	2023	Município de Carnaíba	PE	2024	Aquisição de Tratores Agrícolas para o município de Carnaíba - PE.	11/04/2024	R\$ 500.000,00
950454	2023	Município de Dormentes	PE	2024	Pavimentação Asfáltica de Ruas, Urbanização e Ampliação do Pátio de Feira na sede do Município Dormentes/PE..	13/03/2024	R\$ 1.000.000,00
952363	2023	Associação dos trabalhadores rurais do bonito	PE	2024	O objeto deste termo de fomento é o aumento na produção e/ou diminuição dos custos ao produtor rural através da aquisição de um Trator 4x4 com Implementos Agrícolas	26/01/2024	R\$ 300.000,00
952369	2023	Assoc. Pequenos Prod. Rurais Sitio Pratinha	PE	2024	O objeto deste termo de fomento é o aumento na produção e/ou diminuição dos custos ao produtor rural através da aquisição de um Trator 4x4 com implementos agrícolas	26/01/2024	R\$ 300.000,00

Fonte: Painel Transferências Abertas

Objetos concluídos para a promoção do desenvolvimento do Nordeste

No período de janeiro a junho de 2024, foram concluídos objetos de 11 convênios e 2 termos de fomento, para pavimentação de vias e aquisições de equipamentos, com vistas à implementação de projetos de desenvolvimento em municípios do estado de Pernambuco.

Nº Instrumento	Ano	Objeto	Nome Proponente	UF	Valor Global	Valor de Repasse
953585	2023	Aquisição de Tratores Agrícolas para o município de Carnaíba - PE.	Município de Carnaíba	PE	R\$ 519.466,67	R\$ 500.000,00
952850	2023	Aquisição de 01 (uma) motoniveladora para o município de Timbaúba-PE	Município de Timbaúba	PE	R\$ 887.087,01	R\$ 800.000,00
952447	2023	Aquisição de Motoniveladora para o Município de Palmares/PE.	Município de Palmares	PE	R\$ 797.000,00	R\$ 645.675,24
952369	2023	O Objeto deste termo de fomento é o aumento na produção e/ou diminuição dos custos ao produtor rural através da aquisição de um Trator 4x4 com implementos agrícolas	Assoc. Pequenos Prod. Rurais Sítio Pratinha	PE	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
952363	2023	O Objeto deste termo de fomento é o aumento na produção e/ou diminuição dos custos ao produtor rural através da aquisição de um Trator 4x4 com Implementos Agrícolas	Associação dos Trabalhadores Rurais do Bonito	PE	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00
952325	2023	Aquisição de patrulha mecanizada para o município de Cumaru/PE	Município de Cumaru	PE	R\$ 555.750,00	R\$ 500.000,00
952245	2023	Aquisição de Equipamentos para o Município de Quixaba-PE	Município de Quixaba	PE	R\$ 546.217,65	R\$ 500.000,00
951663	2023	Aquisição de uma retroescavadeira	Município de Parnamirim	PE	R\$ 505.000,00	R\$ 500.000,00
951658	2023	Aquisição de Retroescavadeira para o município de Amaraji/PE.	Município de Amaraji	PE	R\$ 500.550,00	R\$ 500.000,00
950870	2023	Aquisição de retroescavadeira e implemento	Município de Flores	PE	R\$ 505.000,00	R\$ 500.000,00

		agrícola para o município de Flores-PE				
950792	2023	Aquisição de patrulha mecanizada	Município do Bom Jardim	PE	R\$ 651.331,77	R\$ 500.000,00
950454	2023	Pavimentação Asfáltica de Ruas, Urbanização e Ampliação do Pátio de Feira na sede do Município Dormentes/PE..	Município de Dormentes	PE	R\$ 2.058.989,36	R\$ 1.000.000,00
950197	2023	Aquisição de Retroescavadeira para o Município de Palmares/PE.	Município de Palmares	PE	R\$ 418.000,00	R\$ 413.440,00

Fonte: Transferegov

2.2.2 – Coordenação de Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura e Meio Ambiente – CDIMA

No âmbito da Coordenação de Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura e Meio Ambiente (CDIMA), integrante da Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (CGDS), foram desenvolvidas diversas atividades, as principais são discriminadas abaixo:

Principais Atividades

1. Participação em eventos: ExpoAgreste 2024 - Garanhuns/PE; Reunião Técnica (Sudene, Congemas, Enap, Fundaj) sobre Inovação no SUAS; Reunião Superintendente e representação de organização regional de povos indígenas
Período 01/01/2024 - 30/06/2024
2. Acompanhamento de Seminários Estaduais, na área de atuação da Sudene, para a revisão e reestruturação do Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAB), que tem o intuito de propor e planejar ações estratégicas concretas de curto, médio e longo prazos para combater a desertificação, mitigar os efeitos das secas e prevenir e reverter os quadros de degradação da terra;
Período 01/01/2024 - 30/06/2024
3. Articulação do Grupo de Trabalho da Territorialização e Desenvolvimento Regional (GT-TDR) da Nova Indústria Brasil (NIB) no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) em conjunto com o Consórcio de Governadores do Nordeste e com o Banco do Nordeste. A primeira reunião do GT-TDR ocorreu no 20 de junho com participação do Superintendente Danilo Cabral, titular da Sudene neste GT, além de diversas outras autoridades. Foi apresentado o Plano de Trabalho do GT, que tem como primeira atividade o mapeamento das

cadeias produtivas relevantes nas regiões para cada uma das missões/eixos da NIB. A Sudene constituiu em conjunto com diversos parceiros (BNB, Consórcio Nordeste, UPE e UFPE) grupos de trabalho do Nordeste para cada uma das missões da NIB

Período 01/02/2024 - 30/06/2024

4. Nuvem – Eventos - Segundo Hackaton do Sertão, realizado em Salgueiro
23/02 - 25/02/2024
5. - Elaboração de posicionamentos técnicos (Notas Técnicas) tratando de assuntos que envolvem diversas temáticas, tais como: semiárido, desertificação, mudanças climáticas, conteúdo e tramitação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 504/2010, para que o Bioma Caatinga seja considerado Patrimônio Nacional, assim como, do conteúdo e tramitação da constituição do Fundo Caatinga (Projeto de Lei nº 6391/2016, que dispõe sobre o estabelecimento do Fundo Caatinga pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e dá outras providências);
 - NOTA TÉCNICA Nº 85/2024 - SEI/SUDENE (0630945), em 12/03/2024;
 - NOTA TÉCNICA Nº 87/2024 - SEI/SUDENE (0631173), em 12/03/2024;
 - NOTA TÉCNICA Nº 106/2024 - SEI/SUDENE (0638238), em 01/04/2024.
6. Participação em reuniões do Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (CONSEMA/PE), como integrante deste Conselho;
 - 114ª Reunião Ordinária do CONSEMA/PE, em 26/03/2024;
 - 58ª Reunião Extraordinária, em 26/04/2024;
 - 115ª Reunião Ordinária do CONSEMA/PE, em 14/06/2024.
7. Lançamento da proposta de criação de uma rede de Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) no Nordeste. Articulação com Universidades e Institutos Federais para sua instalação.
8. No período foram elaborados os documentos de referência para a Rede, uma minuta de Acordo de Cooperação Técnica e Carta de Intenções para as ICTs aderirem à Rede.
9. O Consórcio Nordeste é gestor/proponente da Rede em conjunto com a Sudene.
10. A Rede Nordeste de Universidades Federais (RENE), participante da Associação Nacional do Dirigentes das Universidades Federais (ANDIFES) aderiu à Rede de ICTs. As Universidades Estaduais idem, através de sua entidade representativa Associação Brasileira de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM). Assim como os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (Ifs) assinaram a Carta de Intenções.

11. Continuidade da iniciativa para o segundo semestre de 2024 visando assinatura do ACT e continuidade do mapeamento das pesquisas existentes.
Período: 01/04 - 30/06/2024
12. Inovation Express, no Centro Cultural de Surubim.
Data 07/05/2024
13. Participação no Seminário realizado em Minas Gerais, mais especificamente, em Montes Claros.
Período: 08 a 09/05/2024.
14. Participação do Seminário de Bioeconomia da Caatinga, no auditório do Senac, em Petrolina. Realização de palestras e discussões sobre o uso sustentável dos recursos genéticos da Caatinga e destacar os avanços das pesquisas sobre a bioeconomia do bioma. Foram dois dias de debates, que contaram com palestras sobre o fortalecimento da bioeconomia, uso econômico do patrimônio genético e desenvolvimento regional através da bioeconomia.
Período: 22 a 23/05/2024
15. Participação no evento Diálogos Científicos para o Desenvolvimento Sustentável das Terras Secas. Trata-se de um Seminário preparatório à segunda conferência científica da Iniciativa Latinoamericana e Caribenha de Ciência e Tecnologia para o combate à desertificação (ILACCT). O objetivo do evento foi mobilizar as instituições de ensino e pesquisa do Nordeste do Semiárido, bem como os tomadores de decisões e acadêmicos, para participarem da ILACCT, organizada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCTI
Período: 25 a 27/05/2024
16. Participação no evento Missão Climática pela Caatinga, em Petrolina, no Espaço Plural da UNIVASF. O evento realizado tratou-se de ato Político em Defesa da Caatinga e pelo enfrentamento da Desertificação, onde foram anunciadas parcerias e entregas do Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Social e da Sudene. Da parte da Sudene, foi informado da assinatura do Termo de Execução Descentralizado entre a Sudene, MMA e UNIVASF que visa apoiar ações nos Planos Estaduais de Combate à Desertificação.
Data: 10/06/2024
17. Ida ao Parque Nacional Serra da Capivara para reunião realizada com a Sra. Marian Rodrigues, Chefe do Parque Nacional da Serra da Capivara (ICMBio), onde foram abordados projetos na área de turismo e de APLs na Serra da Capivara/PI. Na sequência realizamos visita guiada ao Parque.
Data: 04/07/2024.

Projetos

1. CGDS 2023001 - Saúde Digital 2023 UFPE: Implementação e oferta de curso de capacitação (início 13 de maio e término 31 de agosto) em Saúde Digital para Agentes (400) ACS/ACE (de 849 inscritos 849 565 matriculados e 76 concluintes até junho)
2. CGDS 2012001 - Zoneamento - SEMAS/PE - Desertificação: análise inicial e complementar da prestação de contas (relatório de execução, relatório físico do plano de trabalho, relatório de cumprimento do objeto e elaboração de parecer técnico final)
3. "CGDS 2020011 - NE 4.0 - UPE: Finalização do Livro que sistematiza o Programa Indústria 4.0, a ser lançado em julho.
Articulação dos Núcleos de Indústria 4.0 nos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.
Organização de Plano de Trabalho até janeiro de 2025"
4. "CGDS 2020009 - Reuso - São Raimundo Nonato: Finalização dos 26 sistemas de reuso de águas em 5 comunidades quilombolas do Município. Entrega realizada pelo Superintendente no dia 03/07. Continuidade das ações através do monitoramento dos sistemas por um período de um ano."
5. "CGDS 2020005 - Nuvem UPE: Realização de dois eventos
Em Fevereiro, segundo Hackaton do Sertão, realizado em Salgueiro
Em maio, Inovation Express, no Centro Cultural de Surubim."
6. CGEP 2020003 - TED INSA Palma: Projeto em fase final de execução. Foi apresentado e analisado o 13º Relatório Técnico Parcial, que apresenta as diversas atividades referentes ao melhoramento da palma forrageira para os aspectos produtivos e fitossanitários, para o período de Janeiro a Março/2024, para os 3 subprojetos que integram este TED nº 002/2020, celebrado entre a Sudene e o INSA.
7. CGDS2023003 - NE Confeção: Assinatura do CONVÊNIO TRANSFEREGOV.BR Nº 952647/2023, com a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, tendo como objeto: POIO AO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL DO NORDESTE, visando estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas em múltiplas escalas (1194), conforme detalhado no Plano de Trabalho.
8. CGDS2022004 - Pescado IFCE: Evento de assinatura do Termo de Responsabilidade do uso dos oito barcos adquiridos pelo IFCE no âmbito de TED firmado com a Sudene para utilização da Colônia Z-37, a qual possui mais de 300 pescadores vinculados. Local: IFCE - campus Maranguape.

9. CGDS 2020009 - Reuso - São Raimundo Nonato: Inauguração de 28 unidades de sistemas de reuso de águas cinzas em São Raimundo Nonato/PI, nas comunidades quilombolas Lagoa da Firmeza, Lagoa do Calango, Lagoa das Emas, Lagoa do Moisés e Lagoa dos Prazeres e escola municipal.

2.3 Coordenação Geral de Cooperação e Articulação de Políticas (CGCP)

Introdução

O presente relatório trata das atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Cooperação e Articulação de Políticas – CGCP, e resultados obtidos, entre janeiro e junho de 2024, com o objetivo de subsidiar a elaboração relatório da Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo da SUDENE.

Principais Atividades desenvolvidas no período de janeiro a junho de 2024

Elaboração de Planos e sua Articulação

Rede Palma

No período referente a este relatório se consolidou a retomada das atividades da Rede palma, onde a CGCP realizou 18 reuniões de articulação de projetos a serem submetidos no âmbito do programa INOVAPALMA que prevê um investimento de 7,5 milhões de Reais em três eixos temáticos, Expansão, Qualificação e P&D.

Até o momento recebemos 5 propostas de projetos descritos a seguir:

- 2- Estudo do uso da palma na alimentação de animais monogástricos (aves e suínos)
- 2- Palma como alternativa alimentar para suínos no Nordeste brasileiro
- 3- Produção de palma forrageira (*Opuntia sp.*) para expansão das áreas de cultivo no Semiárido brasileiro
- 4- Produção de farelo de palma santa no Semiárido do Brasil
- 5- Palma Forrageira: In Natura ou Farelo - Mais Leite e mais Carne com Mais Qualidade

Ademais, nesse período a CGCP realizou uma Reunião Técnica da Rede Palma, com a perspectiva de aumentar ainda mais a discussão sobre a palma forrageira na região semiárida do Nordeste Brasileiro, tendo sido realizado um evento sobre a Promoção do Crescimento Sustentável do Cultivo Intensivo da Palma Forrageira na Região Semiárida. O evento contou com palestras ministradas por pesquisadores e cientistas da área.

Rede de Proteção Social e Direitos Humanos

No dia 10 de dezembro de 2023 foi realizado o 1º Seminário de Desenvolvimento Regional e Direitos Humanos, tomando como referência o dia Nacional dos Direitos Humanos, 10 de dezembro, e o dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, 20 de novembro. A partir dessas datas comemorativas, o evento teve por objetivo iniciar a articulação de parceiros para a formação da Rede de Proteção Social e Direitos Humanos, com vistas à implementação do Programa Proteção Social e Direitos Humanos que integra o eixo Desenvolvimento Social do PRDNE.

O evento contou com uma Mesa de abertura e debate sobre “Desenvolvimento Regional e Direitos Humanos – Nordeste” e dois painéis: “Desmistificar a inovação em territórios vulneráveis: um olhar para a diversidade e para a promoção dos direitos humanos” e “Juventudes no Nordeste, promoção de direitos e cidadania”. Foi possível articular representantes do governo e da sociedade para diálogo. Estiveram presentes: Ministério das Mulheres, Ministério da Igualdade Racial, Secretaria Nacional da Juventude, Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação Joaquim Nabuco, Instituto Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude, Centro Dom Helder Câmara de Direitos Humanos (Cendhec), representante da Head de Inovação Social do Lab. Griô Consultoria em Desenvolvimento de Territórios e do Hub Periférico e Gabinete Assessoria Jurídica Organizações Populares (GAJOP).

Na oportunidade, foi apresentada a proposta da Rede de Governança de Políticas para a Promoção dos Direitos Humanos e Fortalecimento da Proteção Social – Sudene e direcionados recursos para abertura de edital de fortalecimento da proteção social e direitos humanos.

Evento Diálogos de planejamento: Planos e Projetos para o Nordeste

No dia 29 de fevereiro de 2024, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) promoveu o encontro “Diálogos do Planejamento”, de forma híbrida (online e presencial), com o objetivo de discutir a convergência dos planos de desenvolvimento estaduais com as políticas federais, em especial o Plano Regional do Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), além de apresentar o PPA 2024-2027 e dialogar com os representantes dos governos estaduais estratégias para alinhamento entre os instrumentos de planejamento federal e estaduais.

Os principais resultados esperados com o evento foram identificar projetos estratégicos para os Estados e que estejam em alinhamento ao PRDNE; dar início aos diálogos referentes ao monitoramento do PRDNE e ao Pacto de Metas; e identificar casos de sucesso de programas e projetos do planejamento dos estados a serem replicados em nível regional ou nacional.

O evento teve a participação de representantes do Ministério do Planejamento e Orçamento, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Consórcio Nordeste, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do

Gabinete do Governador do Estado da Bahia, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Universidade Federal de Alagoas, e dos secretários e representantes das secretarias estaduais de planejamento dos estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Espírito Santo, Piauí, Pernambuco e Sergipe.

Estudo de Complexidade Econômica e Plano de Ação Estratégica para Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas do Rio Parnaíba, Rio São Francisco e Área de Influência do PISF.

Foi contratada consultoria por meio do projeto de cooperação técnica internacional firmado entre Sudene e PNUD. Início da consultoria se deu em maio de 2021 para elaboração de um Estudo de Complexidade Econômica e um Plano de Ação Estratégica para o desenvolvimento das bacias hidrográficas do Rio Parnaíba, Rio São Francisco e área de influência do Projeto de Integração do São Francisco (PISF). O detalhamento metodológico e o Estudo de Complexidade econômica (Produtos 1, 2 e 3) foram concluídos anteriormente e indicam os produtos potenciais para especialização e diversificação da economia com recorte territorial municipal. Em março de 2023, foram entregues e aprovados os Produtos 4 - Análise Integrada de Políticas Públicas da Bacia Hidrográfica do São Francisco e PISF e 8 - Complementação dos Estudos de Complexidade Econômica (referencial teórico), Oficinas de entregas dos processos ETL, R e de apresentação dos resultados do P3. Em setembro de 2023, foi emitido um parecer técnico recomendando a aprovação do Produto 6: Plano de Ação Estratégica da Região da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, bem como os Produtos 6 e 7: Planos de ações Estratégicas para as Bacias Hidrográficas dos Rios Parnaíba, São Francisco e Região do PISF, Estratégias Macrorregionais: Região Total dos Planos, Fichas Analíticas para os Estados e as Fichas Analíticas de Regiões Intermediárias. Em outubro, foi entregue e aprovado o Produto 7: Plano de Ação Estratégica da Região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e PISF e seus documentos complementares.

O Produto 9, último produto, foi entregue em 29 de janeiro de 2024 e recomendado para aprovação em fevereiro de 2024. O produto cumpriu efetivamente o propósito de estruturar os documentos resultantes do projeto, assegurando a qualidade dos arquivos destinados ao planejamento público. O documento apresenta uma síntese do diagnóstico socioeconômico da região, análise integrada de políticas públicas e um plano de ações para a Região Total do Projeto (RTP), buscando otimização e melhoria contínua na aplicação dos recursos públicos.

Lançamento do Edital INOVASUAS

O edital INOVASUAS é o primeiro fruto da parceria da Sudene com o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - Congemas. Após uma série de reuniões iniciadas em abril de 2024 entre as equipes técnicas das duas instituições, a parceria com o Congemas foi oficialmente firmada no evento realizado em 5 de junho na sala JK da Sudene que teve o

seguinte tema: Inovação na Gestão Municipal do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Participaram dessa reunião técnica representantes de várias instituições como a Enap, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDAS), a Fundaj, o CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social, o Consórcio Nordeste, com o objetivo de discutir processos de inovação no Sistema Único da Assistência Social e colher subsídios para o edital INOVASUAS.

Esse edital materializa a trilha de inovação e diálogo entre as políticas públicas de Assistência Social e de Desenvolvimento Regional, iniciada nessa reunião técnica e dá mais um passo na concretização da Rede de Proteção Social e Direitos Humanos no Nordeste que foi proposta no primeiro Seminário realizado pela Sudene, em dezembro de 2023, com a temática de Desenvolvimento Regional e Direitos Humanos. Essa Rede é a estratégia escolhida pela Sudene para implementação do Programa de Proteção Social e Direitos Humanos, um dos cinco programas do eixo de desenvolvimento social do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, e conta com a parceria de oito ministérios no processo de formulação da agenda territorial e transversal do Plano Plurianual (PPA) para o período 2024-2027.

3.Diretoria de Administração

3.1 Coordenação-Geral de Orçamento, Licitações e Finanças – CGLF

3.1.1 Coordenação de Orçamento, Contabilidade e Finanças – COCF

Visão geral

Este relatório foi elaborado com o objetivo de atender à demanda da Diretoria Colegiada da Sudene para utilização na reunião do Condel – Conselho Deliberativo que será realizada no mês de agosto de 2024.

A demanda do Condel compreende a apreciação das principais atividades desenvolvidas pelas diretorias e coordenações da instituição até o mês de junho/2024 (data-base 30-06), sendo os dados orçamentários e financeiros importantes para nortear os recursos envolvidos na execução das atividades da Instituição e do FDNE que serão apreciados.

Para melhor compreensão das informações abordadas, após apresentada a metodologia de sua elaboração, este relatório segue dividido em 02 partes, conforme segue:

- a) Gestão Orçamentária e Financeira da Sudene; e
- b) Gestão Orçamentária e Financeira do FDNE.

Esclarecemos que o principal motivo de distinção dos recursos compreende o fato que a gestão orçamentária e financeira dos mesmos é efetuada através de UG's – Unidades Gestoras distintas no SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira.

Este relatório está estruturado por meio das informações da execução dos créditos na Unidade Gestora (UG) da SUDENE (533014) e na UG do FDNE (533009).

Gestão Orçamentária e Financeira da Sudene

A Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, publicada em 23 de janeiro de 2024) consignou dotação orçamentária inicial no valor de R\$ 74.547.670,00. Foram empenhados e/ou descentralizados R\$ 34.805.980,53 e pagas/repassadas despesas no total de R\$ 22.461.051,20.

Com finalidade de auxiliar no entendimento das informações, será inserido, conforme abaixo, os elementos utilizados nas tabelas abaixo (de acordo com as definições do MTO – Manual Técnico de Orçamento 2021, elaborado pela SOF – Secretaria de Orçamento Federal):

- **Programa:** “É a categoria que articula um conjunto de ações (orçamentárias e não-orçamentárias) suficientes para enfrentar um problema. Seu desempenho deve ser passível de aferição.”;

- **Ação:** “Operação da qual resultam produtos (bens ou serviços) que contribuem para atender ao objetivo de um programa. Incluem-se também no conceito de ação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições, entre outros, e os financiamentos”.

Execução Orçamentária

Quadro 01 – Programas Orçamentários – Valores empenhados/descentralizados 2024

PROGRAMA	R\$	%
0032 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO	31.888.882,82	91,62
2317 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	2.917.097,71	8,38
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00
TOTAL	34.805.980,53	100,00

Quadro 02 – Ações do Programa 2217 – Valores empenhados/descentralizados 2024

AÇÃO	R\$	%
8340 - DESENVOLVIMENTO DA REDE REGIONAL DE INOVAÇÃO	1.275.763,44	43,73
00SX -	800.000,00	27,42
20WQ - GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ORDENAMENTO TERRITORIAL E IRRIGAÇÃO	496.080,00	17,01
214S - ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS	345.254,27	11,84
TOTAL	2.917.097,71	100,00

Gestão Orçamentária e Financeira do FDNE

Na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 (Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, publicada em 23 de janeiro de 2024) foi consignada a seguinte dotação inicial na Ação 0355 (Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE):

- Fonte 1050 (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente - Recursos Próprios Livres da UO) - R\$ 539.944.196,00
- Fonte 1052 (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente - Recursos Livres da UO) - R\$ 478.579.048,00
- Fonte 1114 - (Recursos Arrecadados no Exercício Corrente - Pesquisa, Desenvolvimento e Tecnologia de Interesse do Desenvolvimento Regional) - R\$ 8.607.611,00

Os recursos das fontes 1050 e 1052 são utilizados para os projetos usuais do FDNE e os da 1114 destinados a serem aplicados em atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional.

No exercício de 2024, até o mês de junho (data-base 30-06), no Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), foram realizadas operações de desembolso no seguinte montante:

- Liberações no montante de R\$ 239.758.629,11, incluindo os 2% transferidos, legalmente, para a SUDENE, com recursos derivados de Restos a Pagar (RP).

Até o mês de junho, foi arrecadado (para UG do FDNE ou para o tesouro nacional) o montante de R\$ 346.140.817,07, da seguinte forma:

- Fonte 1050 - R\$ 148.347.441,74
- Fonte 1052 - R\$ 194.380.297,25
- Fonte 1114 - R\$ 3.413.078,08

3.2 Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP

Visão Geral

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – CGGP tem como competências regimentais definidas no Regimento Interno da Sudene aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada nº 271, de 02/02/2017 e ajustado pelas Resoluções nº 278 de 23/02/2017, nº 282 de 13/06/2017, nº 311, de 10/10/2018 e nº 319, de 09/11/2018, nº 725, de 27/07/2022, as competências organizacionais de:

- i) Planejar;
- ii) Coordenar;
- iii) Orientar;
- iv) Acompanhar e avaliar a execução das atividades de administração e desenvolvimento de pessoas no âmbito da Sudene, em consonância com as diretrizes e normas emanadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil – SIPEC.

Para atendimento destas competências, a CGGP conta em sua estrutura regimental com a Coordenação de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal – CODAS e a Divisão de Cadastro, Pagamento e Benefícios – DICAD.

O quadro atual da força de trabalho da equipe da CGGP é:

Servidor	Cargo	Unidade de Lotação
Jurandir Pereira Liberal	Coordenador-Geral	CGGP
Amanda Érika Bispo Gomes	Coordenadora	CODAS
Andrilene de Andrade Leitão dos Santos	Agente Administrativo	CODAS

Ester Lucila Soares Selva	Auxiliar de Enfermagem	CODAS
Marina Braga	Analista Técnico Administrativo	CODAS
Márcia Santos de Melo	Chefe de Divisão	DICAD
Antônio Félix de Araújo Filho	Agente Administrativo	DICAD
Edilene Maria Fernandes Gonçalves	Agente Administrativo	DICAD
Geraldo Ferreira da Silva	Agente Administrativo	DICAD

Terceirizados	Cargo	Unidade de Lotação
Camila Évelin Silva Gomes do Nascimento	Apoio Técnico	CGGP
Daniel Henrique da Silva Gonzaga	Apoio Técnico	CGGP

Estagiário	Cargo	Unidade de Lotação
Ana Beatriz Ferreira Souza	Estagiária – Direito	CGGP

3.2.1 Coordenação de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal – Codas

À Divisão de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal, como unidade integrante da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Diretoria de Administração compete:

Propor e acompanhar a aplicação das normas e legislação de pessoal, bem como, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de desenvolvimento e capacitação de pessoas.

As principais atividades da unidade envolvem:

- i) Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP;
- ii) Análises de Legislação de Pessoal;
- iii) Avaliações de Desempenho;
- iv) Qualidade de Vida no Trabalho e Saúde do Servidor;
- v) Programa de Estágio.

Execução PDP 2024

Considerando o período de janeiro a Junho/2024, foram 15 eventos realizados, dos quais 02 referem-se a pós-graduações - ainda em curso. A maioria das capacitações realizadas foi de curta duração e promovidas pela Escola Nacional de Administração Pública - Enap, na modalidade de ensino à distância/remoto. Em resumo:

CAPACITAÇÕES	
Investimento	R\$ 62.366,27
Eventos realizados	15
Servidores Capacitados	14
Participações em capacitação	16

Os eventos buscaram atender diferentes necessidades de desenvolvimento registradas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2024 e abordaram temáticas como: Logística e Compras Públicas, Ética no Serviço Público, Governo e Transformação Digital, Análise de Dados, Políticas Públicas, Direito Público.

Legislação de Pessoal

Dentre as principais atividades relativas à Legislação de Pessoal desempenhadas pela CODAS, pode-se destacar:

- Estudos e Pesquisas para elaboração de Edital para seleção de estagiários;
- Despachos, notas técnicas, estudos e análises de temas diversos afetos à CGGP (direitos, benefícios, deveres, aspectos procedimentais, responsabilidades, entre outros);
- Apoio às contratações de Plano de Saúde, Agente Integrador de Estágio, Psicoterapia, Médico e Maestrina – elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência;
- Edital para contratação de novos estagiários (reposição do quadro);
- Elaboração de Proposta de normativos internos de competência da CGGP/CODAS;
- Publicações de atos normativos em Boletins Mensais e Especiais;
- Estudos e procedimentos relativos à implementação do Programa de Gestão na Sudene: Análise da legislação, sugestão de ofícios e norma de procedimentos gerais;
- Procedimentos para contratação de Exames Médicos Periódicos para atendimento aos servidores;
- Análise, acompanhamento e atualização do Programa Qualidade de Vida no Trabalho alinhado às normativas estabelecidas pelo Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC e o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS.

Programa de Bem Estar e Qualidade de Vida no Trabalho

Com foco no bem estar do servidor, a CODAS tem como uma de suas propostas para o ano de 2024, a execução do programa estruturado de Qualidade de Vida no Trabalho, alusivo às necessidades e demandas atuais da Sudene.

Paralelamente ao projeto, estão sendo desenvolvidas ações voltadas para a saúde dos servidores (as), que perpassam por atendimentos de enfermagem, vacinação contra a gripe influenza, prestação de serviços de saúde com a contratação de profissionais nas áreas de Clínica Médica Geral, Psicologia, bem como contratação de profissional de Canto Coral (Maestrina), para regência do Coral da Sudene, além de procedimentos para contratação de exames médicos periódicos.

Atendimento aos servidores:

Dados dos atendimentos de enfermagem prestados aos servidores da Sudene, no período de **janeiro a junho/2024**:

ATENDIMENTOS DE ENFERMAGEM	
Medicação Oral	152
Aferição de Pressão Arterial	108
Curativo	37
Medição de Glicose Capilar	3
Medicação Injetável	2
Agendamento de Perícia ou Junta Médica para servidores na Unidade SIASS/UFPE	3
Vacinação contra a Gripe Influenza	0
Homologação de Atestado Médico no Sistema Siape-Saúde	54
Registro de Licença Médica no Ponto Eletrônico dos Servidores (as)	107

Todas as ações de saúde promovidas pela CODAS/CGGP, contemplam, além dos servidores da Sudene, seus dependentes, os estagiários, os funcionários contratados pela Sudene, bem como os do condomínio Souza Melo Tower. No período compreendido entre os meses de **Janeiroa Junho/2024**, foram realizados:

- a) **236** (duzentos e trinta e seis) **atendimentos médicos**;
- b) **20** (vinte) **atendimentos psicoterápicos**;
- c) **22** (vinte e dois) ensaios do **Coral**, que geralmente têm periodicidade semanal, podendo haver mais de um ensaio, a depender da proximidade de apresentação nos eventos promovidos pela Sudene, como foi na **Ação de Carnaval**, onde os integrantes passaram por todos os andares do prédio cantando para os servidores, além da apresentação do coral no evento de lançamento do **Edital Inova Mulher**, na comemoração dos **Aniversariantes** do primeiro e segundo semestre de 2024, assim como no evento em comemoração ao Dia das Mães em Maio/2024, além da apresentação do coral no evento das Festas Juninas em Junho/2024.

Programa de Estágio

O Programa de Estágio da Sudene visa propiciar uma oportunidade de complementação do ensino e da aprendizagem, por meio da participação do estudante em situações reais de preparação profissional, no ambiente de trabalho produtivo, propiciando-lhe conhecimentos teóricos e práticos imprescindíveis à sua inserção social e cultural.

Os estagiários são admitidos na forma da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, onde os candidatos devem ter matrícula e frequência regular em

Instituições de Ensino Superior, cujos cursos sejam reconhecidos pelo Ministério da Educação.

A Sudene publicou, no Diário Oficial da União, em fevereiro/2024, um edital para processo seletivo de contratação de 08 estagiários nas áreas de Publicidade, Jornalismo, Engenharia Civil, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e TI, para desempenhar atividades nas unidades da ASCOM, CGGP, CGLCI, DPLAN e DFIN. Foi ocupada apenas uma das vagas de TI, por não haver estudantes com a nota mínima exigida e não foi ocupada a vaga de Publicidade, pela ausência de estudantes inscritos. Assim, foram contratados sete estagiários, totalizando 12 estudantes contratados pela Autarquia.

Cada estagiário tem um plano de trabalho para o desenvolvimento das atividades em sua unidade e passa por avaliações periódicas (semestrais), o que possibilita acompanhar o desempenho dos estudantes e serve como instrumento para a chefia no momento de renovação de contrato. É também ferramenta importante para o crescimento profissional do estagiário, pois permite identificar seus pontos fortes e pontos de atenção.

A Coordenação de Desenvolvimento, Assistência ao Servidor e Legislação de Pessoal também procura, através de cartilhas informativas e reuniões, propiciar aos estagiários e seus supervisores conhecimento da legislação e procedimentos internos referentes a estágio.

Com a publicação da Instrução Normativa Nº 213, de 17 de dezembro de 2019, ficou estabelecido:

Art. 7º O quantitativo de estagiários nos órgãos e entidades corresponderá, no máximo, a 8% (oito) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se força de trabalho do órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o quantitativo de cargos efetivos, cargos comissionados, funções de confiança, e os empregados públicos da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

§ 2º – Sobre o número efetivo de estagiários contratados pelo órgão ou entidade, aplicam-se os seguintes percentuais:

I – 10% das vagas de estágio reservadas aos estudantes cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado, nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; e

II – 30% das vagas de estágio reservadas aos estudantes negros, nos termos do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018.

§ 3º A distribuição das vagas de que trata o caput entre os estagiários de nível superior nas modalidades graduação e pós graduação, ensino médio e de educação profissional, ficará a critério do órgão ou entidade, observada a sua disponibilidade orçamentária.

A nova legislação prevê o quantitativo de estagiários de 8% da força de trabalho da instituição, o que significa no momento 14 estudantes). A diminuição do quadro de servidores por questões de aposentação e vacância acabaram por diminuir o número de estagiários da Autarquia para 15 estudantes.

Análise do Quantitativo de Estagiários:

Atualmente possuímos 12 estagiários de nível superior, buscando atender à demanda das diversas Unidades Administrativas, nas áreas de Direito (2), Ciências Contábeis (3), Tecnologia da Informação (1), Jornalismo (1), Design Gráfico (1), Geografia (1), Economia (2) e Agronomia (1), com bolsa reajustada pela IN 213/2019, no valor de R\$ 1.125,69 (hum mil, cento e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos) e o auxílio-transporte no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) mensais.

Quadro Atual do Programa de Estágio da SUDENE:

NOME	CURSO	SETOR
Alicia Giovana Michelon	AGRONOMIA	DPLAN/CGDS
Aline Kaylhane Ribeiro Aguiar	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CGIF/CIE
Alysson Johnny Lima Silva Ferreira	ECONOMIA	DFIN/CGDF
Ana Beatriz Vieira Calheiros	DIREITO	PROCURADORIA
Ana Beatriz Ferreira de Souza	DIREITO	CGGP
EriadleyLoslane Gomes da Silva	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CGIF/CIE
Fernanda Fortunato do Nascimento Santos	DESIGN	DAD/CGGP
Filipe Alves Campos	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	CGIF/CIE
Kamilla Regina Batista da Cunha	JORNALISMO	ASCOM
Maria Clara Alexandre de Araújo	GEOGRAFIA	DPLAN
Rayanne Bandeira Ramos de Araújo	ECONOMIA	DPLAN/CGCP
Richard Henrique Nunes dos Santos	TI	DAD/CGLTI

3.2.2 Divisão de cadastro, Benefícios e Pagamento – DICAD

Administração de Pessoal

A área de Administração de Pessoal da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas envolve toda a parte de gestão das informações de Pagamento e Cadastro de servidores, aposentados e pensionistas. O acompanhamento da gestão da administração de pessoal ocorre mediante emissão de relatórios quantitativos e qualitativos que auxiliam a Autarquia na definição de objetivos, indicadores e metas de desempenhos relativos a Administração de Pessoal, neste particular a gestão de benefícios na função de gestão de pessoas.

Dentre as atividades de competência da Unidade destacam-se: i) gerenciamento e atualização da folha de pagamento; ii) procedimentos de inclusão de novos servidores nomeados sem vínculo, exoneração de outros; iii) subsídio à CGGP para movimentação de servidor de outros órgãos; iii) solicitação mensal ao MIDR de recursos para reembolso de servidor cedido; iv) pagamento de benefícios assistenciais e previdenciários (como aposentadoria, pensão por morte, auxílio-funeral, auxílio-moradia e ajuda de custo); v) atendimento a diligências do TCU; vi) atendimento a demandas do MIDR; vii) atendimento a demandas de servidores da Sudene e orientações a servidores da extinta-Sudene; viii) análise e informe à COCF/CGPOF da estimativa de gastos com pessoal e benefícios e necessidade de suplementação orçamentária; ix) fornecimento de subsídios à Procuradoria Federal para defesa da União decorrente de ações judiciais de servidores; x)

acompanhamento do envio das informações de servidores ativos, aposentados, estagiários e sem vínculo quanto ao recolhimento de contribuição previdenciária no e-Social; xi) cumprimento de sentenças judiciais com implementação em ficha financeira de servidor; xii) instrução processual e manifestação técnica para concessão de cessão de servidores para outros órgãos e de licença sem vencimentos para tratar de interesse particular; xiii) gerenciamento e acompanhamento da execução para recolhimento previdenciário dos servidores em licença sem vencimentos que optaram pela manutenção do vínculo com o Regime Próprio de Previdência – RPPS; movimentação de servidor interna e externamente, dentre outras atividades de rotina.

No período de 02 de janeiro a 30 de junho de 2024, além das atividades desenvolvidas nos Sistemas Estruturantes de Governo, a Unidade Administrativa da DICAD/CGGP foi responsável pela execução das seguintes atividades no Sistema Eletrônico de Informações - SEI: i) geração de 30 processos; ii) 130 processos concluídos; iii) geração de 604 documentos eletrônicos entre declarações, despachos, e-mail, levantamento de perfil de cargo de confiança, ofícios, minutas de portarias, notas técnicas, termos de opção; termos de poss; iv) e inserção de 774 documentos externos, entre os quais, tabelas, declarações, mapas de tempo de serviço, planilhas, relatórios, requerimentos etc.

Além disso, novas demandas para modernização da Administração Pública Federal estão em andamento com a participação das Coordenações-Gerais de Gestão de Pessoal - COGEPs dos órgãos da Administração Pública Federal, entre elas a Sudene.

No que concerne às ações para reestruturação e modernização da Administração Pública Federal, a DICAD gerenciou e implementou, no âmbito da Sudene, no período de janeiro a junho de 2024 as seguintes ações:

Elaboração do Relatório de Gestão 2023 – exercício 2024 - relativo às ações administrativas da CGGP

Desenvolvidas ações, tais como: - indicadores de conformidade da gestão; avaliação da força de trabalho com os índices de distribuição de servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício; estratégias de recrutamento e alocação de pessoas; demonstrativos da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos gastos nos últimos dois anos e justificativa para o aumento/diminuição; tabela de remuneração e percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos.

Adoção dos procedimentos para Envio do Arquivo da DIRF relativo à pagamento de Pessoal conjuntamente com o arquivo SIAFI da CGPOF, em conformidade à Instrução Normativa RFB nº 1990, de 18 de novembro de 2020

Análise dos dados da DIRF no Sistema SIAPE relativo à folha de pagamento de pessoal, baixa do aplicativo do Sistema SIAPENet, conferência das informações do SIAPE, lançamento individualizado por beneficiário dos pagamentos de Plano de Saúde da UNIMED e envio do arquivo à CGPOF para, juntamente com os dados do SIAFI, a CGPOF enviar à Receita Federal do Brasil a DIRF da Autarquia.

Acompanhamento da Validação Cadastral de Pessoal de que trata a Portaria MGI n 1.035, de 23 de fevereiro de 2024

A partir do dia 01/03/2024 deu início o Ciclo 2024 de Validação Cadastral Obrigatória, exclusivamente por meio da plataforma SOUGOV.BR, conforme estabelecido na mensagem SIAPE 565210 pela Portaria MGI n 1.035, de 23 de fevereiro de 2024, cuja data para finalização do ciclo é 30 de abril de 2024. Todos os agentes públicos ativos, aposentados e pensionistas deverão validar seus dados cadastrais.

Tratativas junto à Receita Federal para solução de inconsistências previdenciárias decorrentes do processo de implementação automatizada do e-Social nos órgãos da Administração Pública.

Reunião com o Delegado da Receita Federal agendada pelo Diretor da DAD visando solucionar pendências decorrentes do processo de implementação do e-Social para os órgãos públicos federais cujas ações envolveram: levantamento das divergências; envio de processo digital via e-cac; peticionamento para emissão de Certidão Negativa.

Gerenciamento e execução processo de solicitação de concurso público para a Sudene

Execução das ações para solicitação ao MGI de reposição de 67 cargos vagos em atendimento às exigências contidas no Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 e na Instrução Normativa Nº 2, de 27 de agosto de 2019 que regulamentam os pleitos para concurso público dos órgãos do SIPEC. Elaboração de planilha de impacto financeiro no exercício e para os próximos dois anos, de Nota Técnica para envio ao MIDR e cadastramento sistêmico do pedido mediante o módulo solicitação de autorização do concurso do Sigepe.

Atualização de planilha de custo para solicitação de adesão ao plano de cargos e carreiras da Suframa

Planilha atualizada de acordo com o reajuste linear de 9% concedido pelo governo federal a partir de 1º de maio de 2023, nos termos da MP 1.170, de 28 de abril de 2023, convertida na Lei nº 14.673, de 14 de setembro de 2023; da **Portaria** MGI Nº 2.797, de 29 de abril de 2024 que fixa o valor mensal do auxílio-alimentação a ser pago aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e da **Portaria MGI Nº 2.829**, de 29 de abril de 2024, que fixa valor mensal per capita para a participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar dos servidores públicos federais.

No que concerne ao acompanhamento da Administração de Pessoal que impactam diretamente nos resultados e no Relatório de Gestão da Autarquia concernente à Gestão de Pessoas, apresentamos os dados a seguir.

Despesas com Pessoal

O orçamento bruto de despesa de pessoal (ativos, aposentados, pensionistas e estagiários) da Folha de Pagamento da Sudene no período de janeiro a junho/2024 foi na ordem de R\$ 12.219.370,35 (doze milhões, duzentos e dezenove mil, trezentos e setenta reais e trinta e cinco centavos), conforme demonstrativos abaixo.

Quadro 1
Despesa de Pessoal

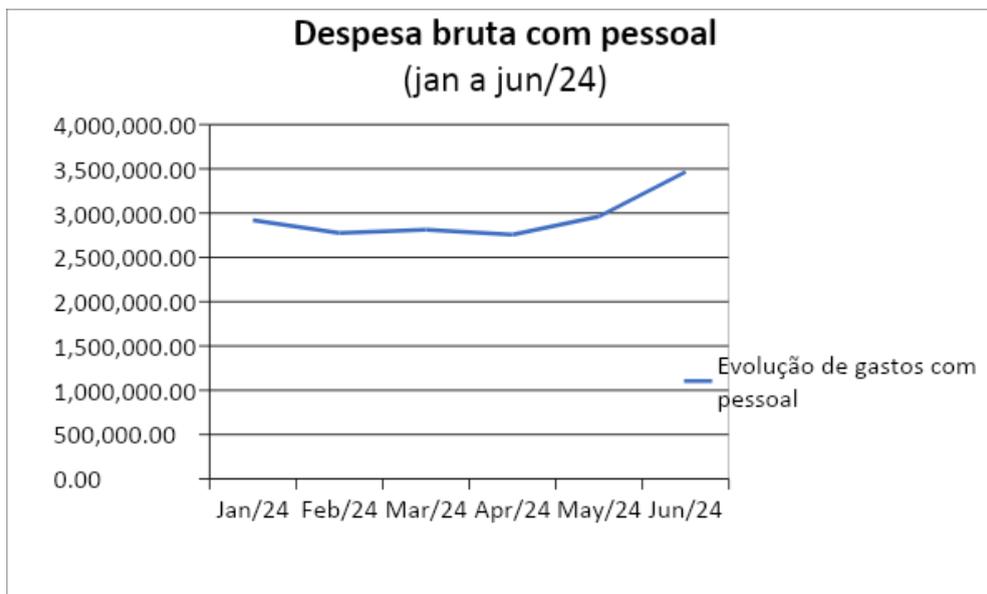
Meses	CUSTO COM PESSOAL
Jan/24	2.920.124,04
Fev/24	2.774.673,25
Mar/24	2.811.329,29
Abr/24	2.757.298,34
Maio/24	2.961.775,33
Jun/24	3.466.265,25
Total	17.691.465,50

Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo

(SIAPE)

Gráfico 1

Despesa bruta com pessoal
(jan a jun/24)



Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)

O aumento da despesa no mês jun/2024 ocorreu em decorrência de pagamento compulsório pelo Governo Federal de 50% (cinquenta por cento) de adiantamento de gratificação natalina para todos os servidores, exceto para

aqueles que a solicitaram durante a programação de férias com fruição do primeiro período para o período de janeiro a junho/2024. O reajuste dos auxílios (alimentação, transporte, pré-escolar, natalidade) e da per capita saúde suplementar concedidos a partir de 1º de maio também contribuíram para esse aumento. Observe a linha ascendente a partir de maio/2024.

Benefícios assistenciais e previdenciários aos servidores

Do orçamento de despesa de pessoal no período, a SUDENE executou R\$ 1.657.172,53 (um milhão, seiscentos e cinquenta e sete mil, cento e setenta e dois reais e cinquenta e três centavos) com benefícios assistenciais, previdenciários e custeio para os servidores e seus dependentes, conforme discriminado a seguir na Tabela 1 – Benefícios Assistenciais e Previdenciários e Gráfico 2 – percentual de investimentos em benefícios e custeio – de janeiro a jun/2024. O incremento com relação ao mesmo período do ano passado decorreu de reajustes do auxílio-alimentação, auxílio pré-escolar, auxílio-natalidade e per capita saúde suplementar concedidos pelo Governo Federal a partir da folha de pagamento maio/2024.

Tabela 1 – Benefícios Assistenciais, Previdenciários e Custeio

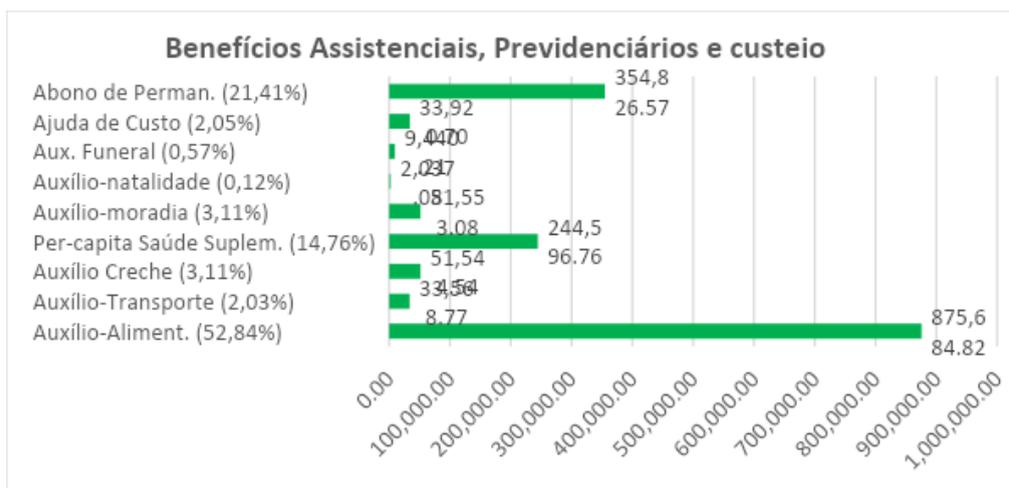
Mês/ Nº Serv. Benefic	Auxílio-Ali mentação	Auxílio-Tr ansporte (¹)	Auxílio Creche	Per-capit a Saúde Suplem.(²)	Auxílio-m oradia	Auxílio-n atalidad e	Aux. funeral	Ajuda de Custo	Abono de Perman.
Jan/24	179	30	27	165	3	1	1	0	73
Fev/24	178	30	26	165	3	1	0	0	72
Mar/24	178	29	26	164	3	0	0	0	73
Abr/24	176	28	24	165	3	0	0	0	72
Mai/2 4	178	29	25	166	3	1	0	1	71
Jun/24	176	29	25	167	3	0	0	0	71
CUSTO R\$	875.684,82	33.568,77	51544,5 4	244.596,7 6	51.553,08	2.037,08	9.440,21	33.920,7 0	354.826,5 7

Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)

(¹) Quantitativo de servidores integrantes do programa, entretanto aqueles que participam do PGD têm o pagamento proporcional aos dias trabalhados presencialmente.

(²) Quantitativo de servidores/pensionistas beneficiários per capita.

Gráfico 2



Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)

Aposentadoria e Pensões

No período de janeiro a junho/2024, a Sudene concedeu 5 (cinco) aposentadorias voluntárias e 1 (uma) vacância para posse em cargo inacumulável. Não houve concessão de pensão civil no período.

Força de Trabalho

O quantitativo de agentes públicos ativos na Sudene por situação funcional, até 30 de junho de 2024 é de 226, entre os quais estão: servidores efetivos, nomeados em cargo comissionado sem vínculo, em exercício descentralizado, anistiado, estagiários e terceirizados, compondo sua força de trabalho. Desse quantitativo, 156 (cento e cinquenta e seis) são servidores do quadro de pessoal permanente da Autarquia, dos quais 3 (três) encontram-se em atividade em outros órgãos e outros 2 (dois) em licença para tratar de interesse particular (sem vencimentos).

Sobre os estagiários, é conveniente alertar que o quantitativo disponibilizado para o órgão é de 8% de seu quadro de pessoal, em conformidade à Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019. Significa dizer que, à medida que o quadro de pessoal reduzir, reduzirão também as vagas de estagiários. Atualmente estão disponibilizadas 14 vagas para a Autarquia, das quais havia 12 preenchidas na folha de pagamento junho2024.

A contratação de empresa terceirizada para preenchimento de 41 postos de trabalho celebrada em 4 de março de 2024 com a CONNECT promete compensar um pouco a lacuna da força de trabalho concernente ao quadro de pessoal permanente. Nesse sentido, em junho de 2023 a Sudene contava com 31 colaboradores terceirizados.

Além disso, há a previsão de autorização de solicitação de concurso público para provimento de 67 cargos vagos em análise pelo MGI para deliberação.

Com relação ao mesmo período do ano passado (junho/2023), houve uma redução da força de trabalho dos servidores efetivos da Autarquia de 5,8% (cinco vírgula oito por cento) em decorrência de: **i)** 6 aposentadorias; **ii)** 2 vacâncias para posse em cargo comissionado; **iii)** e o falecimento de 1 servidor no período. Por outro lado, a seleção e ingresso de novos estagiários e a contratação de colaboradores terceirizados garantiu menor déficit no quadro de colaboradores da Autarquia. O Quadro 2 e Gráfico 3 abaixo ilustram muito bem a atual situação funcional da Sudene em comparação ao mesmo período do ano passado.

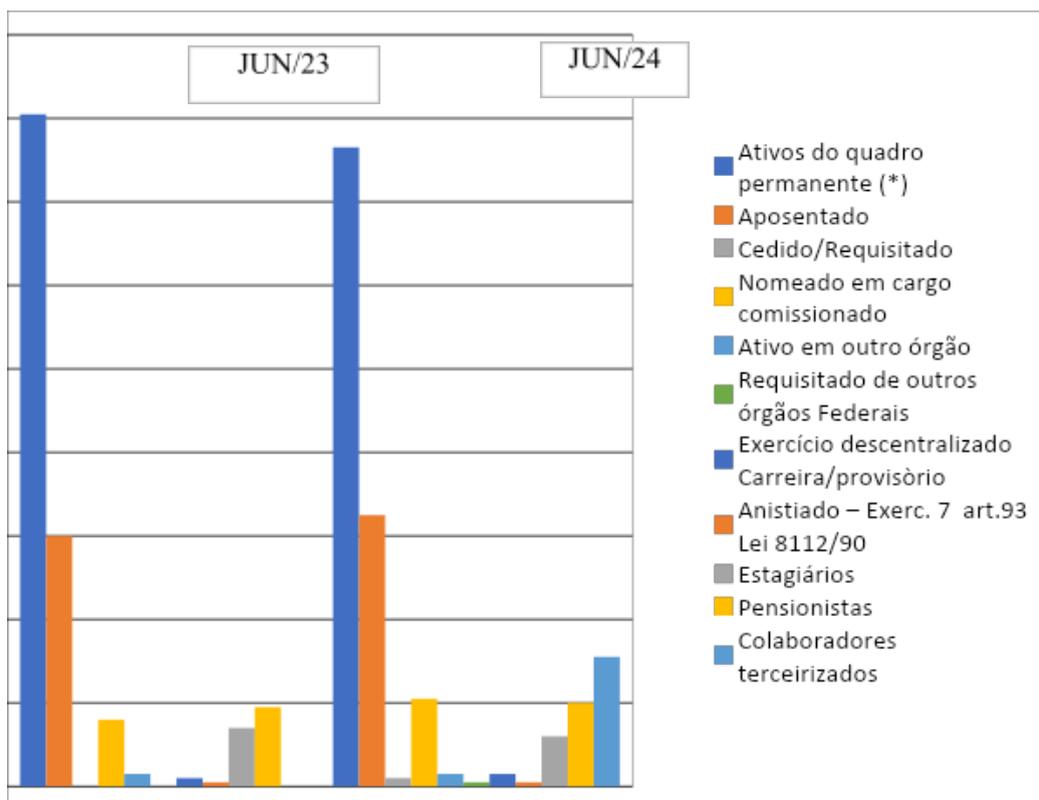
Quadro 2
Situação do Quadro de Pessoal da Sudene – Junho/2023 e Junho/2024

QUANT. SITUAÇÃO SERVIDOR /MÊS	Junho/2023	Junho/2024
Ativos do quadro permanente (*)	161	153
Aposentado	60	65
Cedido/Requisitado	0	2
Nomeado em cargo comissionado	16	21
Ativo em outro órgão	03	03
Requisitado de outros órgãos Federais	0	1
Exercício descentralizado Carreira/provisório	02	03
Anistiado – Exerc. 7 art.93 Lei 8112/90	01	01
Estagiários	14	12
Pensionistas	19	20
Colaboradores terceirizados	0	31
Total	276	312

Fonte: Base de dados SIAPE Relatório Gerencial (GRCOSITCAR)

(*) Incluídos 2 servidores em Licença para Tratar de Interesses Particulares.

Gráfico 3
Comparativo do Quadro de Pessoal por situação funcional



Fonte: Sistema Integrado de Pessoal Civil do Poder Executivo (SIAPE)

Apesar do incremento da força de trabalho com os novos colaboradores terceirizados, a curva descendente do quadro de pessoal permanente é fato irreversível, haja vista cerca de 46% deles estarem aptos à aposentação e outra parcela investindo em participação de novos certames que lhes ofereçam maiores benefícios e vantagens financeiras.

Estratégias para retenção do corpo técnico como manutenção do PGD, adesão ao Sistema de Dimensionamento da Força de Trabalho – DFT, solicitação de autorização para concurso público e criação de um plano de carreiras e salários mais aderentes às atividades da Autarquia são algumas ações primordiais desenvolvidas pela CGGP em conjunto com a alta administração.

3.3 Coordenação de Licitações, Convênios e Tecnologia da Informação - CGLCI

3.3.1 Divisão de Licitações e Contratos - DILIC

Relatório das contratações realizadas no período de janeiro a junho de 2024

Este relatório apresenta as contratações realizadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE no período de 01/01/2024 a 30/06/2024.

a) Dispensas de licitação:

- 08 procedimentos

- Valor Total - R\$ 433.939,22 (quatrocentos e trinta e três mil, novecentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos)

b) Inexigibilidades de licitação:

- 12 procedimentos
- Valor Total - R\$ 362.268,08 (trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e oito centavos)

c) Licitações:

- 01 procedimento
- Valor Total – R\$ 1.578.280,60 (um milhão, quinhentos e setenta e oito mil, duzentos e oitenta reais e sessenta centavos)

d) Contratos celebrados:

- 09 Contratos
- Valor Total - R\$ 5.420.302,95 (cinco milhões, quatrocentos e vinte mil, trezentos e dois reais e noventa e cinco centavos)

DISPENSAS DE LICITAÇÃO CELEBRADAS

Nº DO ITEM	FULCRO LEGAL	DATA	OBJETO	CONTRATADO	VALOR (R\$)
1	Art.75, II, Lei nº 14.133	22/fev	Assinatura do Monday.com	ACM BAPTISTA LTDA	17.400,20
2	Art.75, VIII, Lei nº 14.133	03/abr	Manutenção e sustentação de sistemas na área de Tecnologia da Informação e Comunicação	MABUYA TECH SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA	395.414,00
3	Art.75, II, Lei nº 14.133	04/abr	Seguro veicular do Corolla XEI 1.8 flex	GENTE SEGURADOR A S/A	700,00
4	Art.75, II, Lei nº 14.133	04/abr	Seguro veicular do Hilux SW4	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS	4.515,02
5	Art.75, II, Lei nº 14.133	18/jun	Licença de banco de imagens digitais	FRACASSAD A	-
6	Art.75, II, Lei nº 14.133	18/jun	Aquisição de 01 (uma) câmera fotográfica	ELECTROINO X COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICO S LTDA	13.990,00
7	Art.75, II, Lei nº 14.133	18/jun	Aquisição de 40 (quarenta) cartuchos de toner MLT 203U	N C DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E	1.920,00

				SERVIÇOS LTDA	
8	Art.75, II, Lei nº 14.133	19/jun	Aquisição de microondas	FRACASSAD A	-
VALOR TOTAL					433.939,22

INEXIGIBILIDADES DE LICITAÇÃO CELEBRADAS

Nº DOITEM	FULCRO LEGAL	DATA	OBJETO	CONTRATADO	VALOR (R\$)
1	Art. 74, III, a, Lei nº 14.133	28/fev	Serviço de planejamento e elaboração de edital para seleção de projetos de filmes documentários sobre os 65 anos da SUDENE	CARCARINUS PRODUÇÕES E SERVIÇOS EM CULTURA LTDA	40.000,00
2	Art. 74, II, Lei nº 14.133	08/mar	Contratação de escritor renomado para a escrita de livro comemorativo dos 65 anos da SUDENE	VANDECK SOUZA SANTIAGO	42.000,00
3	Art. 74, I, Lei nº 14.133	19/mar	Patrocínio à Paixão de Cristo de Nova Jerusalém	SOCIEDADE TEATRAL DE FAZENDA NOVA	50.000,00
4	Art. 74, I, Lei nº 14.133	10/abr	Patrocínio ao Projeto ACOMÉDIA: Encontro com a Arte e Cidadania	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MILAGRES ACOM	19.990,00
5	Art. 74, I, Lei nº 14.133	19/abr	Licença do Banco de Preços	NP TECNOLOGIA E GESTÃO DE DADOS LTDA	11.580,00
6	Art. 74, I, Lei nº 14.133	22/abr	Aquisição de licença de Sistema de Informações Geográficas ArcGIS	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	79.383,08
7	Art. 74, I, Lei nº 14.133	22/abr	Patrocínio ao Seminário de Economia e Comunicação do Nordeste	ELIELSON LEANDRO DE LIRA LIMA	19.500,00
8	Art. 74, I, Lei nº 14.133	28/mai	Patrocínio ao evento PECNORDESTE 2024	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DO CEARA	50.000,00
9	Art. 74, I, Lei nº 14.133	11/jun	Assinatura eletrônica do jornal Diário de Pernambuco	IMPACTO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA	216,00

10	Art. 74, I, Lei nº 14.133	11/jun	Patrocínio ao XII seminário de prefeitos Ceará	PRÁTICA EVENTOS LTDA	19.999,00
11	Art. 74, III, f, Lei nº 14.133	12/jun	Inscrição de dois servidores no curso "PRÁTICA AVANÇADAEM e-Social PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS COM FOCO NO GERENCIADOR INTEGRADOR"	TIFANNY MONTEIRO SILVA (ESAPH CURSOS E CONSULTORIA)	9.700,00
12	Art. 74, I, Lei nº 14.133	20/jun	Patrocínio ao Prêmio UFC de Jornalismo	FUNDAÇÃO CETREDE	19.900,00
VALOR TOTAL					362.268,08

LICITAÇÕES

Nº DA LICITAÇÃO	FULCRO LEGAL	DATA	OBJETO	CONTRATADO	VALOR (R\$)
Pregão Eletrônico nº 3/2023	Art. 1º, Lei nº 10.520/2002	11/jan/2024	Serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, a emissão, a remarcação e o cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais	AIRES TURISMO LTDA	1.578.280,60
VALOR TOTAL					1.578.280,60

CONTRATOS CELEBRADOS

Nº DO CONTRATO	FULCRO LEGAL	DATA	OBJETO	CONTRATADO	VALOR (R\$)
9/2024	Art. 74, I, Lei nº 14.133	30/abr	Aquisição de licença de Sistema de Informações Geográficas ArcGIS	IMAGEM GEOSISTEMAS E COMÉRCIO LTDA	79.383,08
8/2024	Art. 74, I, Lei nº 14.133	24/abr	Patrocínio ao Seminário de Economia e Comunicação do Nordeste	ELIELSON LEANDRO DE LIRA LIMA	19.500,00
7/2024	Art. 74, I, Lei nº 14.133	11/abr	Patrocínio ao Projeto ACOMÉDIA: Encontro com a Arte e Cidadania	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MILAGRES ACOM	19.990,00
6/2024	Art.75, II, Lei nº 14.133	08/abr	Manutenção e sustentação de sistemas na área de Tecnologia da	MABUYA TECH SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA	395.414,00

			Informação e Comunicação		
5/2024	Art. 74, I, Lei nº 14.133	20/mar	Patrocínio à Paixão de Cristo de Nova Jerusalém	SOCIEDADE TEATRAL DE FAZENDA NOVA	50.000,00
4/2024	Art. 74, II, Lei nº 14.133	13/mar	Contratação de escritor renomado para a escrita de livro comemorativo dos 65 anos da SUDENE	VANDECK SOUZA SANTIAGO	42.000,00
3/2024	Art. 74, III, a, Lei nº 14.133	09/mar	Serviço de planejamento e elaboração de edital para seleção de projetos de filmes documentários sobre os 65 anos da SUDENE	CARCARINUS PRODUÇÕES E SERVIÇOS EM CULTURA LTDA	40.000,00
2/2024	Art. 1º, Lei nº 10.520/2002	14/fev	Serviços de serviços continuados de apoio em secretariado e apoio técnico, com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva	CONNECT SERVICOS LTDA	3.195.735,27
1/2024	Art. 1º, Lei nº 10.520/2002	6/fev	Serviços de agenciamento de viagens, compreendendo a reserva, a emissão, a remarcação e o cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais	AIRES TURISMO LTDA	1.578.280,60
VALOR TOTAL					5.420.302,95

4 Auditoria-Geral

Principais ações da auditoria geral da Sudene executadas no período de janeiro a junho/2024 (mais relevantes)

A Auditoria Geral, órgão seccional desta Autarquia Federal, tem como suas atribuições, em linhas gerais, o assessoramento à Diretoria Colegiada e a Superintendência, cabendo-lhe atuar de forma avaliativa, consultiva e apurativa, aplicando seus procedimentos nas instâncias de governança, de gestão orientada por riscos, e nos controles internos implementados pela Instituição, observando a execução orçamentária, financeira e patrimonial em cumprimento ao Art. 19 do Decreto n.º 11.056, de 29 de abril de 2022, Regimento Interno, desta autarquia Federal.

Através de procedimentos de auditorias avaliativas realiza aferição da correta aplicação dos recursos federais liberados pelo Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, pelas transferências voluntárias via Convênios firmados pela Sudene, bem como avalia a aplicação dos procedimentos adotados na concessão de Incentivos Fiscais Federais, em consonância com as respectivas legislações vigentes.

Seus trabalhos de consultoria estão voltados para apresentar sugestões de melhorias direcionadas para o ambiente de controle interno da Instituição, compliance, objetivando minimizar riscos de ocorrência de indícios de irregularidades na execução dos mesmos, bem como recomenda, quando necessário, a aplicação das penalidades pertinentes.

As atividades decorrentes de denúncias de irregularidades ou conhecimento de indícios de irregularidades administrativas são apuradas através de procedimentos específicos destinados a esse fim apurativo.

A seguir relacionamos as principais atividades desenvolvidas pela Auditoria Geral, com uma síntese das mais relevantes no período de janeiro a junho/2024, que foram iniciadas em decorrência do Plano Anual de Atividades de Auditoria – PAINT do exercício de 2024, e também em decorrência de demandas internas oriundas da alta gestão (Superintendente, Diretores), conforme tabela a seguir:

Processo SEI	OBJETO	TIPO	SITUAÇÃO	RESULTADO
59336.001573/2023-25	Ordem de Serviço nº 02/2023 Avaliar a governança, gestão dos riscos e aplicabilidade do instrumento de Incentivos Fiscais na execução do PRDNE através da Renúncia Fiscal.	Avaliação	Em Andamento	–
59336.001267/2024-51	Elaboração do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna referente ao exercício de 2023	Demanda Externa	Concluído	RAINT 2023 de 28/03/2024
59336.000813/2024-36	Ordem de Serviço nº 01/2024 Avaliar a conformidade da execução orçamentária e	Avaliação	Em andamento	–

Processo SEI	OBJETO	TIPO	SITUAÇÃO	RESULTADO
	financeira dos Restos a Pagar e o atendimento aos seus requisitos normativos.			
59335.000721/2010-60 59335.000153/2012-60 59335.000720/2010-16 59335.000103/2011-00 59335.000598/2009-44 59335.000544/2009-89 59335.000402/2006-16 59335.000157/2012-48 59335.000394/2009-11 59335.000035/2011-70 59335.000098/2011-27 59335.000717/2010-00 59335.000744/2010-75 59335.000062/2010-62 59335.000032/2010-56 59335.000260/2012-98 59335.000550/2009-36 59335.000365/2011-66 59336.001622/2023-19	Ciência e providências quanto aos Acórdãos: 13160/2023 TCU 1ªC, 13163/2023 TCU 1ªC, 14071/2023 TCU 1ªC, 189/2024 TCU 2ªC, 221/2024 TCU 1ªC, 226/2024 TCU 1ªC, 227/2024 TCU 1ªC, 1090/2024 TCU 2ªC, 1191/2024 TCU 1ªC, 1298/2024 TCU 2ªC, 558/2024 TCU-P 1832/2024 TCU 1ªC, 2391/2024 TCU 2ªC, 2772/2024 TCU 1ªC, 2835/2024 TCU 2ªC, 2392/2024 TCU 2ªC, 2921/2024 TCU 2ªC, 3243/2024 TCU 1ªC, 3481/2024 TCU 2ªC	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD: 0617515 0617561 0617592 0619297 0619142 0619325 0619346 0625819 0631278 0629111 0646206 0658099 0657211 0646239 0657364 0657818 0657499 0657787 0672068
59336.000622/2022-11	Ciência e providências quanto aos Ofícios: -5876/2024-TCU/Seprac Diligência; -24940/2024 TCU/Seprac Diligência; -27.277/2024 TCU/Seprac Diligência.	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0624289 0665824 0670179
59336.002475/2024-77	Ciência e providências quanto ao Ofício 0419/2024 TCU AudTI	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0669556
59336.001715/2024-16	Ciência e providências quanto ao Ofício 19817/2024 TCU/Seprac Diligência	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0651030
59335.000373/2010-21	Ciência e providências quanto ao Ofício 21128/2024 TCU/Seprac	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0669820
59336.004180/2023-43	Ciência e providências quanto à Solicitação de Auditoria nº 02, 03, 04, 05, 06 e 07 - Auditoria 1366668 - NAC2/CGUPE - Avaliação da Gestão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE).	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0600939 0611849 0616109 0618044 0634698 0667870 0670299 0679399 0690100
59336.004221/2023-11	Ciência e providências quanto à Solicitação de Auditoria nº 19 - Auditoria 1358261 - AAC SUDENE	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0632845 0634083

Processo SEI	OBJETO	TIPO	SITUAÇÃO	RESULTADO
59336.002364/2024-61	Ciência e providências quanto à Solicitação de Auditoria nº 01 - Auditoria 1631793—Combate à escassez hídrica	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0666240 0670314 0670850
59336.001318/2024-44	Ciência e providências quanto à Auditoria Anual de Contas do MIDR e vinculadas – Auditoria 1358261 (CGU)	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0643716 0645537 0653523 0666339
59336.003166/2023-33	Ciência e providências quanto à Nota de Auditoria nº 17 – Auditoria 1438241 SFC-CGU/PR	Demanda Externa	Concluído	Despacho AUD 0670647